



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO – FORMAÇÃO DE PROFESSORES

HEDGARD RODRIGUES DA SILVA

**A PRÁTICA SOCIAL DO LAZER E A EMANCIPAÇÃO HUMANA: UM
ESTUDO À LUZ DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL**

FORTALEZA - CE
2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO – FORMAÇÃO DE PROFESSORES

HEDGARD RODRIGUES DA SILVA

**A PRÁTICA SOCIAL DO LAZER E A EMANCIPAÇÃO HUMANA: UM
ESTUDO À LUZ DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Mestrado Acadêmico em Educação – Formação de Professores, da Universidade Estadual do Ceará – Centro de Educação, como requisito final para a obtenção do título de mestre em educação.
Orientadora: Prof.^a Ph.D. Susana Jimenez
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Maria das Dores

FORTALEZA - CE
2012

HEDGARD RODRIGUES DA SILVA

**A PRÁTICA SOCIAL DO LAZER E A EMANCIPAÇÃO HUMANA: UM
ESTUDO À LUZ DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Educação, linha Didática e Formação Docente, eixo Marxismo, Trabalho e Formação do Educador, da Universidade Estadual do Ceará para obtenção do título de Mestre em Educação.

Fortaleza, 25 de maio de 2012.

Banca Examinadora:

Josefa Jackeline Rabelo _____
Doutora pela Universidade Federal do Ceará - UFC
Universidade Federal do Ceará - UFC

Maria Susana Vasconcelos Jimenez _____
Pós-doutora – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Maria das Dores Mendes Segundo _____
Doutora pela Universidade Federal do Ceará - UFC
Universidade Estadual do Ceará - UECE

DEDICATÓRIA

A todos os trabalhadores, em especial àqueles que lutam contra a resignação do mundo capitalista.

À Minha amada mãe (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual do Ceará (UECE) a possibilidade de desenvolver a continuidade da formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, pautado no campo da educação e gerenciado pelo Centro de Educação da mesma. Isto veio a contribuir no processo de consolidação do sujeito professor e pesquisador que, permanentemente, cooperará com a educação brasileira em seus anseios de transformar o Mundo num ambiente propagador e mantenedor de justiça e igualdade.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), através da concessão da bolsa de formação acadêmica na modalidade de mestrado, tornando possível minha estada durante o período de estudo na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, como também a estrutura necessária para concretude da pesquisa que viabilizou o processo de formação na pós-graduação ambientado no Estado do Ceará.

À Coordenação do Mestrado Acadêmico em Educação pela atenção e desenvolvimento dos processos necessários à consolidação do ensino e da pesquisa, pela dedicação de seus membros gestores na organização e valorização do curso que alcançou em 2011 a nota 4,0 na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES) o que possibilitou o curso de doutorado consolidar-se nesse ano no Programa de Pós-graduação em Educação. Não poderia deixar de agradecer a Joyce, secretária do mestrado, pela atenção dada durante este período de formação, encaminhando as solicitações de seus professores e alunos urgentemente e eficazmente para a consolidação do projeto do curso.

Agradeço a todos os professores do curso do mestrado, àqueles com quem tive a oportunidade de trocar conhecimentos a respeito dos processos pedagógicos e educacionais para a docência no ensino superior, como também aspectos históricos da cultura e educação brasileira, da pesquisa em si e seus métodos investigativos na educação. Aprendizagem não só no sentido dos conteúdos de cada disciplina, mas também na postura, conceituação e proposições levantadas em caráter questionador ao desenvolvimento da pesquisa e do sujeito crítico em formação.

A minha professora orientadora Susana Jimenez pela paciência e dedicação ao trabalho, à luta, à perseverança da batalha travada no conjunto dos trabalhadores em

educação. Obrigado pelos momentos em que me foram mostrados o caminho, a direção dos sentidos da pesquisa, a revisão e correção dos textos, o envolvimento no universo acadêmico crítico de reivindicação em favor da classe trabalhadora, a confiança e geração em conjunto do trabalho de pesquisa.

A coorientadora Prof. ^a Maria Das Dores pela atenção e confiança dada desde a aprovação do projeto de pesquisa até sua concretude, participando do processo de qualificação e defesa da dissertação. Obrigado, professora, pelos momentos compartilhados em reuniões, encontros, debates, aulas e seminários, também pelas contribuições dadas nas diretrizes que consolidaram a investigação científica.

Agradeço ao Instituto do Movimento Operário a possibilidade de poder ter congregado em passos e compassos a organização de trabalhadores de educação em formação e nesse conjunto ter reconhecido pares de luta, de persistência e construção de projetos comuns para o enredo revolucionário de transformação do mundo em suas relações de desigualdade, ambição, competitividade e destruição humana. Os amigos, os momentos e as contribuições de vida também jamais serão esquecidos. Aos professores deste coletivo meu muitíssimo obrigado pela colaboração ao desenvolvimento das reflexões críticas suscitadas nas aulas e nos grupos de estudos.

Aos professores Frederico Costa e Betânia Moraes a participação na banca de qualificação da dissertação e as contribuições valorosas para o desenvolvimento e consolidação da pesquisa. À professora Jackeline Rabelo por participar da banca de defesa da dissertação como avaliadora externa da UECE.

Agradeço a companhia e cumplicidade aos colegas da turma do mestrado, como também as discussões reflexivas elaboradas em sala de aula, os seminários debatidos e socializados no processo de formação, os momentos alegres e tensos de nossa jornada conjunta e separada da pós-graduação, desafio este abraçado por todos no sentido da produção acadêmica de participação em congressos, encontros, seminários e consolidação dos projetos dissertativos compartilhados em seus questionamentos e elaborações. Os laços feitos em meio a tal corrido processo não serão esquecidos, predispondo-me, portanto, à espera de poder compartilhar com satisfação de outros momentos acadêmicos, profissionais e educacionais.

A minha família, de maneira muito especial a meus pais Humberto Rodrigues da Silva e Maria Benildes Rodrigues da Silva (*in memoriam*) o esforço que fizeram pela educação dos filhos, incentivando-os aos estudos e formando o caráter do sujeito trabalhador, político e professor que hoje sou. A vocês, eternos amantes e amados, meu

muito obrigado pela vida, pelo exemplo e dedicação que tiveram para formar no seio da família homens compromissados com o presente. A meus irmãos Hildeberto e Hélder por poder compartilhar a vida em família, os desafios postos a vida e a força no momento de superação dos desafios. As minhas cunhadas e sobrinhos pelo carinho e conforto de sentir-me acolhido e amado em minhas inspirações de futuro. As minhas amadas primas-irmãs Antonieta e Catarina a força e o incentivo no sentido de viver. A Tia Beta e Vovó Alzira a confiança, o amor dedicado, a atenção redobrada e a acolhida sempre que precisei do aconchego do lar.

Agradeço, também, à Prof.^a Lourdes Macena e toda família MiraIra – Laboratório de estudos e práticas corporais de tradição folclórica a acolhida, o envolvimento, as construções, os aprendizados e a troca humana de sentimentos, sensações e reflexões do homem simples.

Por fim agradeço a meus grandes amigos de hoje e de sempre com quem compartilho a luta, a arte e a vida: Andréia Pagani, José Pereira, Cris Sousa, Daniel Pinto, Stephanie Pinto, Wéllita Aragão, Teodoro Neto, Aline (Vulgo Mafuxa), Jadilson Miguel, George Michael, Cássia Albano, Brino Correia, Péricles Davy, Gabriela, Lorena Aragão, Rogério Raposo, Tiago Moreno, Hector, Raone, Shirley Alencar e a todos aqueles com quem pude compartilhar minha produção.

EPÍGRAFE

“Quem foi que disse que amar é sofrer?
Quem foi que disse que Deus é brasileiro,
Que existe ordem e progresso,
Enquanto a zona corre solta no congresso?
Quem foi que disse que a justiça tarda mas não falha?
Que se eu não for um bom menino, Deus vai castigar!
Os dias passam lentos
Aos meses seguem os aumentos
Cada dia eu levo um tiro
Que sai pela culatra
Eu não sou ministro, eu não sou magnata
Eu sou do povo, eu sou um Zé Ninguém
Aqui embaixo, as leis são diferentes
Eu sou do povo, eu sou um Zé Ninguém
Aqui embaixo, as leis são diferentes
Quem foi que disse que os homens nascem iguais?
Quem foi que disse que dinheiro não traz felicidade?
Se tudo aqui acaba em samba,
no país da corda bamba, querem me derrubar!
Quem foi que disse que os homens não podem chorar?
Quem foi que disse que a vida começa aos quarenta?
A minha acabou faz tempo, agora entendo por que...
Cada dia eu levo um tiro
Que sai pela culatra
Eu não sou ministro, eu não sou magnata
Eu sou do povo, eu sou um Zé Ninguém
Aqui embaixo, as leis são diferentes
Os dias passam lentos
Os dias passam lentos
Cada dia eu levo um tiro
Cada dia eu levo um tiro
Eu não sou ministro, eu não sou magnata
Eu sou do povo, eu sou um Zé Ninguém
Aqui embaixo, as leis são diferentes...”
(Letra da música Zé ninguém – Biquini Cavado)

RESUMO

As relações sociais de lazer sob formulação e programação capitalista na cultura, na educação e na política pública, instauradas em mecanismos de alienação e manutenção do sistema hegemônico vigente, corroboram no controle dos meios de produção e das forças produtivas, impulsionadas ideologicamente nas relações de desigualdades, injustiças, exploração e destruição humana. A inquietação da pesquisa partiu da realidade concreta e questionou as contribuições da prática social do lazer no projeto de emancipação humana, intencionado na práxis revolucionária de transformação e reordenamento da luta popular à reivindicação histórica da sociedade socialista, posto a possibilidade ontológica da revolução. O referencial teórico está situado na elaboração e socialização crítica do conhecimento no campo da teoria marxista onto-histórico com contribuições a compreensão da essência histórica do ser, fundamentação ontológica de continuidade aos processos do homem constituído enquanto ser social através do trabalho. O modo de produção capitalista ou simplesmente “sistema sociometabólico do capital” é o palco da realidade concreta que situamos os estudos. Nesse sentido, o objetivo foi compreender o processo histórico-social da categoria lazer, pontuando a gênese e o processo dinâmico no cenário social que o capitalismo tem vivido, chamado de crise estrutural do capital que reordena o conhecimento cíclico das crises do capital para sua contínua depressão econômica e humana. As saídas da crise pautadas no aumento da taxa de lucro sob a exploração do trabalhador com crescente perda de direitos socialmente conquistados, flexibilização do trabalho, alienação, obsolescência dos produtos e suas necessidades. A formação de novos mercados e o ataque ideológico a ordem social, impõem uma demanda ao chamado mercado do lazer tratado como mercolazer ou indústria do lazer, corroborando com projetos implementados de política pública ao modo cidadão de direitos e deveres sociais da ordem do capital. As reflexões e conclusões vislumbram em seu horizonte a emancipação humana construída e elaborada pelo ser social que reivindica a diminuição do tempo de trabalho sem redução do salário, melhores condições de vida a humanidade socialmente excluída dos bens socialmente produzidos, pautando alternativas que invalidem o sistema social excludente e ponha nas mãos dos trabalhadores associados o controle da produção.

Palavras-chaves: Trabalho – Lazer – Emancipação

ABSTRACT

Social relations in leisure programming formulation and capitalist culture, education and public policy, introduced in mechanisms of transfer and maintenance of the existing hegemonic system, corroborate the control of the means of production and productive forces, ideologically driven in relations of inequality, injustice, exploitation and human destruction. The restlessness of the research came from the reality and questioned the contributions of the social practice of leisure in the project of human emancipation, meaning the revolutionary praxis of transformation and reorganization of historical claim to the popular struggle of the socialist society, since the possibility of ontological revolution. The theoretical framework is located in the development and socialization of knowledge in critical Marxist theory onto-historical contributions to the understanding of the historical essence of being, ontological foundation of continuity to the processes of man as social being made through work. The capitalist mode of production or simply "system sociometabólico of capital" is the stage of reality that we place the studies. In this sense, the goal was to understand the socio-historical process of class leisure, punctuating the genesis and dynamic process on the social scene that capitalism has lived, called the capital's structural crisis which reorders the knowledge of the cyclical crises of capital for its ongoing depression economic and human. The outputs of the crisis grounded in increasing the rate of profit in the exploitation of workers with increasing loss of social rights conquered, flexible work, sale, product obsolescence and needs. The formation of new markets and ideological attack the social order, impose a demand on the market called mercolazer treated as entertainment or leisure industry, supporting projects implemented with the way public policy citizen rights and duties of the order of social capital. The reflections and conclusions on the horizon glimpse human emancipation built and prepared by a social claiming the reduction of working time without reduction of wages, better living conditions of mankind socially excluded socially produced goods, basing alternatives that would invalidate the social system exclusionary and put in the hands of workers associated with production control.

Key words: Work – Leisure - Emancipation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	01
1. O TRABALHO COMO FUNDAMENTO DO SER SOCIAL E A SOCIEDADE DE CLASSES.	18
1.1 A centralidade do trabalho na constituição do ser social e os complexos fundados no processo histórico.	20
1.2. O complexo do lazer e sua gênese social: a divisão do trabalho e a fragmentação do tempo na sociedade de classes.	26
2. TRABALHO E LAZER NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL.	43
2.1. A reestruturação produtiva em meio ao cenário atual da crise estrutural do capital.	45
2.2. A prática social do lazer em meio à reestruturação produtiva e à consequente produção destrutiva do capital.	59
3. LAZER, DEMOCRACIA E EMANCIPAÇÃO: APROXIMAÇÕES PRELIMINARES.	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	82
REFERÊNCIAS.	100

INTRODUÇÃO

As expressões e significados da prática social do lazer que agregam valores sociais ao desenvolvimento material da vida humana configuram o objeto de investigação científico que busca compreender seu processo histórico-social no cenário da crise estrutural do capital. Para alcançar tal pretensão, adentraremos as questões da relação trabalho e lazer nas elaborações do conhecimento humano sobre a sociedade moderna em conceitos, significados e ações da práxis social, agregando os valores sociais vigentes ou lançando outros, através da crítica revolucionária fundada na transformação radical da sociedade. Nesse sentido de postura crítica, o lazer estará, enquanto elemento de formação do sujeito, entrelaçado na tarefa histórica e social à emancipação humana, procurando apresentar possíveis contribuições para consolidação da liberdade para além deste sistema opressor.

Intencionado na práxis revolucionária de transformação e organização da luta popular à reivindicação histórica da sociedade socialista, o lazer, complexo social que na exploração do homem pelo homem e na distinção das classes sociais, apresenta-se como um dado concreto na história humana:

O lazer não tem nada de espontâneo no seu desenvolvimento, ele não emerge espontaneamente na vida cotidiana. Tendo em vista as diferentes configurações sofridas no decorrer do desenvolvimento da sociedade – como o sentido de lazer como ócio na sociedade greco-romana, o significado de lazer como sendo algo “lícito” no contexto das influências do cristianismo no período medieval e também do lazer configurando-se como um tempo controlado pela racionalidade econômica, com o desenvolvimento do capitalismo –, *o momento predominante no desenvolvimento do lazer é o devir-humano dos Homens. É o desenvolvimento da generalidade humana que funda a necessidade de uma esfera do lazer e coloca as novas demandas que devem ser atendidas através de novos desenvolvimentos desse complexo.* (POLATO, 2003, p. 143 – grifo nosso)

Os mecanismos de alienação humana impressos na mercadoria são elementos da realidade capitalista que persistem na formulação das práticas sociais de cultura, educação e políticas públicas com esboços de funcionalidade para o desenvolvimento do lazer, caracterizado no momento em que o trabalhador não está nos postos de trabalho, ou seja, elaborando atividades e práticas para o preenchimento do tempo de

não-trabalho. Isto está pautado na perspectiva de utilização do tempo e atrelado à cultura hegemônica enquanto reprodução e socialização de costumes sociais alienantes.

O período decorrente do atual cenário mundial de contradição, fundamentado entre capital e trabalho em sua amplitude, configura a liberalização global do comércio, dos investimentos e finanças mundiais em meio à criação do capital fictício através de meios de créditos e mudanças no cenário político mundial em crise. Esta expressa por sua vez, de caráter estrutural do sistema, conflitos reais do processo de ampliação da produção e acumulação do capital por meio da divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos: produção e destruição da força de trabalho, dominação estrutural do capital sobre o trabalho, produção do tempo livre para reprodução e exploração do trabalho necessário, autoritarismo na decisão do processo produtivo e a necessidade de implementação por consensos ideológicos hegemônicos, expansão do emprego e geração do desemprego, economia dos recursos materiais e humanos acompanhado de seu desperdício, tendo crescimento da produção e destruição ambiental (Mészáros, 2003).

Procurando responder à crise, amplia-se a exploração humana através das políticas de caráter neoliberal que encaminham privatizações das empresas estatais acompanhadas da precarização e desregulamentação do trabalho com crescimento do setor de contrato temporário, ampliação do setor terciário, resultando em perdas de direitos sociais e financeirização da economia no contexto de disputas bélicas por área de influência.

Diante da luta entre classes antagônicas, acirra-se o conflito entre burgueses e proletários, entendidos em nosso tempo sob a analogia do legado marxista de que os proprietários são os que detêm os meios de produção, aqueles que expropriam o trabalho da classe trabalhadora, obrigam o operário a vender sua força de trabalho em meio à constituição hegemônica da cultura de reificação social. Isso gera conflitos que expressam a realidade histórica e social desse sistema de exploração do homem pelo homem, da destruição ambiental e degradação humana, estando o lazer, enquanto prática social, sustentando a defesa da propriedade privada e a lógica da exploração humana configurada no debate sobre o tempo livre no campo das ideias.

Em seu caráter de mercadoria, o lazer passa a contribuir na produção e reprodução do capital, sendo veículo para circulação de outras mercadorias. Mascarenhas (2005), ao caracterizar este fenômeno de “mercolazer”, contrapõe esta

tendência do capital com a necessidade do exercício da cidadania como prática da liberdade, perspectivando a “lazerania” através de programas de políticas públicas com reorganização dos conteúdos para formação do ser cidadão. Este, por sua vez, dotado de fronteira à conjugação da sociabilidade humana emancipada, tendo em vista seu caráter limitado ao sujeito social dotado de direitos e deveres de ordem política e econômica do capital.

Para elaboração da pesquisa, a objetivação do lazer na forma de mercadoria e sua subjetivação estática de normalidade capitalista se manifestam na necessidade da descoberta científica como nos apontam Trotski e Breton (1938, p. 2):

Naquilo que ela conserva de individualidade em sua gênese, naquilo que aciona qualidades subjetivas para extrair um certo fato que leva a um enriquecimento objetivo, uma descoberta filosófica, sociológica, científica ou artística aparece como o fruto de um acaso precioso, quer dizer, como uma manifestação mais ou menos espontânea da necessidade. Não se poderia desprezar tal contribuição, tanto do ponto de vista do conhecimento geral (que tende a que a interpretação do mundo continue), quanto do ponto de vista revolucionário (que, para chegar à transformação do mundo, exige que tenhamos uma idéia exata das leis que regem seu movimento). Mais particularmente, não seria possível desinteressar-se das condições mentais nas quais essa contribuição continua a produzir-se e, para isso, zelar para que seja garantido o respeito às leis específicas a que está sujeita a criação intelectual.

Apresentado no conjunto de novos mercados, a prática social do lazer demanda de formação profissional visado ao mercado de entretenimento com modo de produção de tecnologia leve, base microeletrônica flexível e trabalhadores polivalentes para construção de equipamentos e atividades diversificadas e personalizadas por grupos de consumo¹.

A realidade social burguesa expressa no lazer, com respaldo na sociedade dita pós-moderna sob comando da hipercentralidade e da subjetividade nas formas neo-iluminista, pragmática, irracional e unilateral (Tonet, 2005), reflete nas políticas

¹ A título de ilustração podemos citar os cursos rápidos voltados para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos profissionais de lazer, recreação e animação sociocultural, para novos e antigos adeptos. Acrescentando e apresentando atividades, jogos, brincadeiras recreativas, postura, ética e outras técnicas. Auxiliando na formação de tais profissionais para uma melhor atuação no mercado de trabalho com serviços de assessoria em organização, elaboração, captação e administração na área, propondo aliar as técnicas de gestão com inovação tecnológica qualificada para atender as necessidades e superando as expectativas da clientela.

públicas articuladas com a cidadania, estratégias e diretrizes para o desenvolvimento de indivíduos inseridos socialmente na defesa do cumprimento do direito social do lazer², servindo ao legado de reformas sociais.

Nesse processo, a luta pelo *direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre* vai sendo progressivamente disciplinada em um processo que envolve aquilo que Braverman vai chamar de *habituação do trabalhador ao modo capitalista de produção* (BRAVERMAN, 1987) ou Weintein vai chamar, no Brasil, de *(re)formação da classe trabalhadora* (WEINSTEIN, 2000). Este processo de disciplinamento envolve: a corrupção de segmentos do proletariado (LENIN, 2002); a reestruturação dos processos de produção (GRAMSCI, 2001, 265-282; BRAVERMAN, 1987), o reformismo, o ataque ideológico ao comunismo conforme elaborado por Marx e Engels, e a configuração da social democracia (LOMBARDI, 1993); o recuo liberal e a cessão dos direitos trabalhistas e sociais (HOBBSAWM, 1995); e a preocupação com a formação do trabalhador (WEINSTEIN, 2000; BRAGA, 2005), e com a ocupação do tempo livre (SANT'ANNA, 1994; GOMES, 2003b, MARCASSA, 2002). (PEIXOTO, 2007 p. 61 e 62)

No sistema vigente, a demanda da formação para o lazer com características do modelo neoliberal de educação, revestido pelo discurso da diversidade sociocultural, contribui para a manutenção do controle burguês dos meios de produção e das forças produtivas na engrenagem ideológica do capital. Entretanto, na relação do tempo de trabalho e do tempo de não-trabalho existe uma unidade muito particular em que os homens desenvolvem uma variedade de ações, ligadas à satisfação de suas necessidades.

Os estudos sobre o lazer, enquanto ocupação do tempo liberado do trabalho alienado, apresenta a compreensão de que o mesmo constitui uma das formas de extensão das leis de satisfação das necessidades capitalistas para a recuperação das forças do trabalhador no intuito de mantê-lo apto a retornar ao posto de trabalho, condicionando o indivíduo na esfera de produção, distribuição, troca e consumo como emanções da própria economia política.

² Capítulo II, artigo 6º da Constituição Federal Brasileira: são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000](#)).

As relações de desigualdades, injustiças, exploração e destruição humana continuam impulsionando a máquina do sistema social de contradições configuradas no antagonismo das classes e materializadas na vida dos sujeitos históricos.

O processo de exploração do homem pelo homem nos marcos da divisão social do trabalho e no processo de reprodução social da lógica hegemônica da ideologia burguesa esboça no lazer a mistificação social metafísica e subjetivista do empreendedorismo mercadológico de mão de obra barata e qualificada ao *status quo* de exploração da classe trabalhadora em meio à crise do capital.

A diminuição da jornada de trabalho como reivindicação dos trabalhadores resulta em delimitações funcionalistas de ocupação desse tempo, determinadas por uma diversidade de conteúdos alienantes, para conter a organização da classe operária (Peixoto, 2007). Portanto, a partir da luta dos trabalhadores pelo direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre, procura-se responder as questões em contribuição ao movimento operário na reivindicação pela diminuição da jornada de trabalho para atividades revolucionárias e independentes.

Considerando o lazer como produto do homem e fundado no trabalho enquanto categoria ontológica do ser social, é possível contribuir para a formação de uma consciência revolucionária sobre essa forma de exploração humana ou barbárie social da vida cotidiana; como para a construção de frentes de resistência ao avanço do capital sobre a destruição da vida humana.

A elaboração e a socialização crítica do conhecimento para apreender o movimento histórico da realidade social do lazer diante da crise estrutural do capital requer um método onto-histórico. A pesquisa é dotada de intenções, percepções e intervenções, marcadas desde os primeiros momentos de inquietação do pesquisador com objetivo de apreender o objeto alinhavado a determinada concepção teórica. A elaboração científica necessita de um método de investigação que sustente em bases sólidas o estudo e favoreça a produção do conhecimento em níveis de esclarecimento e elaboração palpável à socialização e compreensão do objeto investigado.

O método apresenta a estrutura da construção das reflexões e idéias que consolidam a compreensão e o desenvolvimento do que se investiga, propondo manter nexos e interlocuções no projeto de investigação. O caminho trilhado para desvendar as questões em debate é produto do método que aciona a percepção para intervir na

realidade concreta do complexo investigado, qualificando a pesquisa em suas elaborações.

Vale observar que, no estado da arte do lazer elaborado por Peixoto (2007), evidenciam-se três posições nas formulações científicas: abandono de interesse pela temática por não a considerar uma problemática social significativa, preocupação com estudos e políticas que visam à realização humana no tempo livre a partir de investigações sobre atividades humanas desenvolvidas no tempo de trabalho e no tempo livre, pautando o lazer numa perspectiva funcionalista, e por fim, a preocupação com a compreensão do trabalho abstrato, buscando refletir sobre os limites e as possibilidades do lazer na sociedade de classes.

Os financiamentos das pesquisas nas universidades públicas apresentam objetividade para desenvolver investigações científicas e tecnológicas aos interesses privados, gerando gasto público para a esfera particular de grandes capitalistas. A universidade mantida com recursos públicos tem a tarefa de retornar esse investimento público à sociedade, concedendo ciência e tecnologia para a mesma e procurando contribuir na reordenação dos problemas sociais vigentes.

A busca incessante da justiça social, compreendida na consolidação da transformação radical da sociedade, marco no processo de revolução, faz-se inspiração para manter o movimento crítico em construção e reconstrução constante na dinâmica científica. Segundo Felismino (2004, p.82), a importância do método marxista para o desenvolvimento da ciência: permite a explicitação e a compreensão dos fenômenos sociais em suas contradições e em sua relação com a totalidade histórico-social, diferencia o modo de ser da relação sujeito-objeto no processo de conhecimento e se opõe às visões unilaterais; instaura uma nova concepção de método científico com método de investigação, a apropriação analítica do objeto e o método de exposição das determinações fundamentais e as conexões dialéticas do fenômeno com a essência; não possui pressuposto de objetividade lógico subjetivista, mas se situa na prática social dos homens; diferenciam-se por buscar apreender a gênese e o movimento dos fenômenos sociais e mediá-los com as categorias da contradição e da totalidade, imanentes à realidade social; carrega no conhecimento produzido a potencialidade de não apenas desvelar o que o real é, mas também de crítica social que aponte a superação das relações sociais capitalistas.

Na pesquisa, a postura crítica como opção metodológica tem como desafio a escolha do referencial que norteará a mesma, considerando o momento de crise em meio a diversidade de perspectivas.

A variedade das propostas metodológicas a serem interconectadas, a gosto de cada um, atualmente é digna de um supermercado. A título de exemplos: anarquismo metodológico, individualismo metodológico, desconstrutivismo, método da escolha racional, teoria dos jogos, teoria dos gêneros, marxismo analítico, microteoria, teoria de ação comunicativa, teoria das trocas, abordagem culturalista, interacionismo simbólico, acionalismo, etnometodologia etc. ao lado dos mais antigos, como funcionalismo, marxismo, fenomenologia, hermenêutica. (Tonet, 1997, p. 206-207 apud Costa, 2001, p. 12)

Diferentemente do que indica a teoria positivista, o método marxista respaldado no campo crítico onto-histórica não consiste na elaboração teórica das formas aparentes do objeto com descrições detalhadas, acompanhadas de modelos explicativos sobre hipóteses empiristas. Para ele, o conhecimento teórico é o conhecimento real e efetivo do objeto, fruto de sua prática.

Como assinala José Paulo Netto (2009, p. 07), “a teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa”. Nessa perspectiva, enfatiza o mesmo autor, busca-se “o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador”.

O caminho do método para conhecer o objeto é o real concreto, partindo do que é tênue e complexo ao mais simples, pondo na ordem da realidade, construções, análises e abstrações. Em posse de determinações mais simples, o caminho se inverte, indo ao encontro do concreto pensado, caracterizado por rica totalidade de determinações e relações diversas à reprodução do concreto pensado.

A realidade concreta apresenta-se como síntese de muitas determinações, como unidade dos complexos da totalidade. Logo, o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento de suas múltiplas determinações, envolvendo *universalidade, singularidade e particularidade* (Paulo Netto, 2009, 21).

O real tem seus dados imediatos na complexidade aparente do fenômeno. Desvendar a “pseudoconcreticidade” do real é tarefa do pesquisador que caminha no sentido de encontro da essência do objeto.

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, esconde-a. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo daquilo que é (Kosik, 1995, p. 15 apud Araújo, 2003, p. 268).

Nesse processo, o pesquisador debruça-se sobre a realidade concreta em movimento e nela absorve suas categorias determinantes.

Nesse percurso, vamos intuindo, percebendo, conhecendo seu movimento e identificando as categorias mais complexas, que representam relações mais complexas, pois determinadas por outros processos, o que não nos permite conhecê-las senão da descoberta de suas determinações. Assim, chegamos às categorias mais simples, que são determinantes para a compreensão das categorias complexas. Só então, de posse dessas categorias mais simples, vamos realizando o caminho de volta, chegando às determinações mais complexas, o que nos possibilita a apropriação do real, na sua totalidade, como concreto pensado, que é o ponto de chegada do pesquisador (Araújo, 2003, p. 270).

As relações sociais compõem um sistema que expressa essência e fenômenos sociais. A essência é o *locus* da continuidade, ou seja, o complexo de determinações que se mantêm ao longo do desdobramento das categorias do ser que articulam em unidade os heterogêneos processos que se sucedem ao longo do tempo, enquanto o fenômeno é o elemento que apresenta a diversidade e a mutabilidade do ser social. Ambos, essência e fenômeno, são resultantes de atos humanos singulares e compartilham da mesma natureza do ser. No entanto, apresentam distinção na expressão de continuidade. Conforme esclarece Tonet (2005, p. 74):

Não é uma via de mão única. O fenômeno não é uma simples e direta derivação da essência. Entre eles há uma determinação reflexiva e isso é possível porque a essência põe apenas o campo de possibilidades no interior do qual se darão os atos humanos singulares. Estes atos tanto

poderão reforçar como alterar os traços que compõem a essência, assim como poderão alterar ou reforçar os que compõem o fenômeno.

Essa relação expressa a unidade indissolúvel entre o universal e o particular, indivíduo e sociedade, cujas relações e contradições só são compreendidas com a lógica do processo real determinado historicamente sob a matriz da totalidade do ser social, resultante da práxis social, fruto da radicalidade histórica do ser social, de suas relações de produção e reprodução situadas no momento de síntese entre subjetividade e objetividade, teoria e prática.

A teoria configura o movimento real do objeto perpassado para o cérebro, reproduzido e interpretado no pensamento. O objeto de pesquisa, objetivamente existente, independe da vontade do pesquisador que tem a responsabilidade de conduzir a elaboração compreensiva do mesmo para além da aparência fenomênica e imediata, desde o momento inicial do conhecimento em dados empíricos até atingir sua essência. A elaboração científica deve dar-se em meio a diversas aproximações ao objeto num movimento dialético de articulação, partindo da crítica filosófica do tempo livre para a crítica da economia política do mercado do lazer.

O movimento de investigação permite ao presente iluminar o passado para se chegar a formas menos complexas e para o desenvolvimento da “análise diacrônica (da gênese e desenvolvimento) com a análise sincrônica (sua estrutura e função na organização atual)” (Paulo Netto, 2009, p.23).

Na obra *A ideologia alemã*, Marx e Engels afirmam que seus pressupostos são reais: “os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (Marx e Engels, 2007, p. 86-87 apud Paulo Netto, 2009, p. 13).

Considerar a vida real significa considerar o homem ativo, produtor de suas ideias:

Os homens são produtores de suas representações, de suas idéias e assim por diante, mas os homens reais, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde [...]. A consciência não pode ser jamais outra coisa do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (Marx; Engels, 2007, p. 86-87 apud Paulo Netto, 2009, p. 13).

A relação entre o ser e a consciência determinada na realidade histórica e materialista possibilita a Marx e Engels avançarem nas análises sociais nas quais se constitui o ser social, fundado no trabalho e constituído na práxis e representado no conjunto de processos dinâmicos, contradições e superações sociais que impulsionam novas contradições e novas superações.

Neste sentido, o mundo da natureza, da história e do espírito é passível a transformações constantes, contada na história em termos próprio da humanidade.

As formas sociais em diferentes estágios do desenvolvimento estão para determinadas formas de produção que correspondem a diferentes formas de comércio e de consumo. A determinação da produção, do comércio e do consumo, que é de ordem social, necessita de forças produtivas, ou seja, da energia prática dos homens. As forças produtivas estão circunscritas nos modelos de produção da geração precedente. A colocação das condições humanas esboça as conexões reais na história da humanidade, tendo, enquanto base, as relações materialistas.

As relações sociais estão ligadas às forças produtivas, de forma que, quando alterado o modo de produção por aquisição de novas forças produtivas, muda-se a forma de o homem ganhar a vida, alterando assim suas relações sociais. Estas e suas derivações, apresentadas como produtos históricos e transitórios, imersos na produtividade material com princípios, idéias e categorias, são decorrentes de suas relações sociais.

Para delimitar com clareza a produção material dos indivíduos em sociedade, determinada a cada época histórica em seu grau de desenvolvimento social, é mister a compreensão da produção burguesa moderna, pondo em destaque a elaboração da teoria social como totalidade o que se torna fundamental, portanto, à análise do processo de produção fundado no trabalho.

As questões materiais da vida humana não envolvem não apenas a produção, mais também a distribuição, a troca e o consumo, sendo predominante o momento da produção.

A produção é, em parte, consumo e este, parcialmente, é produção, e também depois de relacioná-los à distribuição e à circulação, leva ao seguinte resultado: estes momentos (produção, distribuição, troca, consumo) não são idênticos, mas todos “são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma mesma unidade”. Mas, sem

prejuízo da interação entre esses elementos, é dominante o momento da produção (Paulo Netto, 2009, p. 17-18).

A satisfação das necessidades humanas, posta nas condições objetivas do mundo concreto, encontra elementos, constituídos na natureza, para satisfazer-se através do trabalho. O ato é intencional às necessidades do homem ativo dotado de teleologia.

O trabalho, como ação mediada pelas necessidades, pela teleologia e pela causalidade, é uma atividade criadora, que tem uma exterioridade objetivada. O resultado da ação humana materializa-se, torna-se concreta e externa àquela que a criou, constitui-se como um novo elemento a fazer parte das causalidades postas que serão incorporadas às atividades futuras. Temos aí, então, a retroação do resultado da atividade humana sobre o próprio ser social enquanto gênero humano (Araújo, 2003, p. 260).

Na esfera do trabalho, a subjetividade aparece relacionada à finalidade e à objetividade, que, por sua vez, é relacionada à causalidade. Estes conjuntos formam uma unidade mediada pela atividade produtiva na qual o sujeito é essencialmente ativo e consciente do projeto a ser construído concretamente, posto que:

o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (Marx, 1987, p. 202 apud Costa, 2001, p. 24).

A consciência, por imperativos materiais concretos (ontológico-práticos), propõe os fins e busca os meios para efetivar as necessidades sociais, o que impõe a compreensão a partir da relação subjetividade-objetividade dos nexos causais da realidade, expressando assim o conhecimento fundamentado no ser social. Assim, a compreensão do lazer é um fio condutor no processo do conhecimento, exigindo a apreensão de sua estrutura em seu movimento integral; o que não é dado de imediato aos homens, pois a realidade é unidade dialética entre o mundo da aparência (fenômeno) e o seu movimento interno (essência), ambos sendo, portanto, momentos do ser.

O fenômeno não é radicalmente diferente da essência; e a essência não é uma realidade pertencente a uma ordem diversa da do fenômeno. Se assim o fosse efetivamente, não se ligaria à essência através de uma relação íntima, não poderia manifestá-la e ao mesmo tempo escondê-la: a sua relação reciprocamente externa e

indiferente. Captar o fenômeno do lazer significa indagar e descrever como ele se manifesta e, ao mesmo tempo, expor o que nele se esconde.

As questões humanas de pensar e existir são um problema ontológico que empiristas e irracionalistas não resolveram, mas foram expostas por Marx ao afirmar que o trabalho é o fundamento ontológico do ser social.

Todas as outras categorias desta forma de ser têm, essencialmente, já um caráter social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações deles, ainda que sejam muito primitivas, pressupõe o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílios, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica inter-relação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (Lukács, 1981, p 13-14 apud Costa, 2001, p. 23).

Todavia, antes de tudo,

o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza com uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braço e pernas, cabeças e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana (Marx, 1987, p. 202 apud Costa, 2001, p. 24).

O método de Marx apropriado e reelaborado criticamente por Lukács articula as diversas categorias históricas e específicas a distintas formas de organização da produção humana com suas categorias econômicas e implica em determinada perspectiva que o sujeito pesquisador incorpora na relação com o objeto ao extrair dele suas múltiplas determinações. Faz-se oportuno lembrar que o movimento do real exposto na reprodução ideal não é fruto de sua vontade e definições, mas resultado das determinações concretas do objeto saturado em tratamento crítico e analítico.

As determinações estão articuladas na totalidade concreta, constituída de totalidades de menor complexidade. Diferenciadas pelo grau, apreendem a realidade da sociedade como complexo constituído por complexos. Logo, apresenta-se uma totalidade estruturada, articulada e dinâmica, via sistema de mediações de suas

complexidades. Segundo Araújo (2003, p. 261-264), são quatro pressupostos marxianos na relação trabalho/ conhecimento: historicidade, totalidade, contradição e mediação.

A historicidade do mundo e das relações do ser social se realiza como um processo de construção, continuidade, descontinuidade e ruptura. O real, espaço de vida e prática dos homens, não está pronto, acabado, está sempre sendo criado e (re) pondo novas possibilidades para a atividade social. O resultado da atividade humana se materializa no mundo objetivo, incorporando-se ao tempo e à vida, à história, tornado-se único e singular (idem, p. 262).

A historicidade é uma categoria ontológica do ser social, a abordagem genética no processo investigativo, o desenvolvimento do processo histórico, articulado na sua gênese e nas configurações da realidade do objeto, parte da própria vida dos homens, marca de sua atividade, objetivada no mundo concreto. Ela é parte do conhecimento dialético concebido na relação reflexiva entre o sujeito e o objeto. O mundo estruturado como um todo, composto de várias relações complexas, “um complexo de complexos”, na concepção lukacsiana, tem na totalidade a unidade de complexos o desafio de serem desvendadas, no processo real e composto de infinitos complexos, as mediações e relações necessárias para dar síntese aos complexos que envolvem o objeto (Lukács, 1979, p. 28 apud Araújo, 2003, p. 263). A contradição e a mediação estão presentes no movimento histórico do real concreto em sua totalidade. Nesse sentido, faz-se necessário ao pesquisador desvendar também seu objeto sob a ótica dessas duas categorias. Sendo a contradição própria da realidade, seu movimento de continuidade é elaborado no processo de negação e formulações relacionadas à tese, antítese e síntese da teoria revolucionária. As mediações são reflexões e articulações possíveis entre as categorias de menor complexidade com o todo complexo, procurando compreendê-las numa totalidade.

A realidade é uma totalidade síntese de muitas relações, sendo, desse modo, o real complexo e síntese de múltiplas determinações, relaciona-se e conjuga no trabalho sua centralidade de caráter fundante do ser social. Tendo-se a realidade enquanto objeto de estudo primeiro, a produção do conhecimento apresenta, em sua base, o contexto em que se insere tanto o sujeito quanto o objeto que se dá a partir das condições objetivas da vida social e de seus desafios impostos aos homens.

Num mesmo sentido, Costa (2001, p.18) apresenta os pressupostos marxistas resumidos em quatro momentos básicos: “humanismo, historicismo concreto, razão dialética e práxis política revolucionária”.

O humanismo se apresenta como produto humano advindo de sua própria atividade histórica e coletiva. O homem assume sua história e diferencia-se da natureza por conta de sua característica histórico-social fundada no trabalho, sendo este a práxis humana que compreende a transformação da realidade objetiva pelo homem social, processo no qual também transforma a si mesmo. O historicismo afirma o caráter histórico da realidade. Seu processo apresenta contradições na qual o homem se desenvolve e perde parte de si, complexo regulado por leis oriundas de sua própria atividade no contexto da exploração e da luta de classes. A produção social da vida dos homens, permeados em relações de produção, articula uma etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas material, direcionado em última instância ao processo de acumulação do capital. A razão dialética apresenta dois aspectos: o primeiro articulado à “racionalidade objetiva, ontológica, imanente ao desenvolvimento do real, que se apresenta contraditoriamente” (idem, p. 20); o segundo refere-se às categorias³ necessárias para apreender subjetivamente a racionalidade objetiva no sentido de superar o saber empírico.

A história é produto da atividade humana concreta, pautada na busca por sua compreensão e transformação. Objetivado a apreender o movimento do ser social em sentido a superação do sistema do capital e conquista efetiva da sociedade sem classes, a práxis política revolucionária se expressa como mediação à extinção da dominação do homem pelo homem.

A abordagem onto-histórica, inaugurado por Marx, propõe compreender e superar a crise dos paradigmas subjetivistas e empiristas dos indivíduos ou grupos isolados. Possibilita ao pesquisador esboçar as contradições da realidade social, contribuindo ao mesmo tempo para transformação radical da sociabilidade vigente e Ligada ao movimento operário na luta contra a burguesia, tendo a práxis produtiva, definida por Marx e Engels, como seu fundamento. Esse processo desenvolve-se com a superação da concepção geral do mundo burguês em suas raízes progressistas e conservadoras.

³ Algumas categorias são: “contradição, totalidade concreta, essência e fenômeno, singular, particular e universal, entre outras” (idem), sendo o pensamento e seus conceitos fundamentados na realidade.

A importância da transformação proposto no conhecimento dá-se na passagem de Marx e Engels na Ideologia Alemã (1987, p.12) apud Araújo (2003, p. 265).

A questão do saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do pensamento... não basta interpretar, o que importa é transformar.

A partir da teoria lukacsiana sobre a ontologia do ser social, inicia-se a investigação da gênese social do objeto em seu processo de complexificação na realidade social dos homens. Em síntese, ela esboça a compreensão do processo de formação e reprodução do ser social em sua totalidade, trama com perspectivas à emancipação humana através de questionamentos relevantes para a reflexão sobre o trabalho e o lazer à resistência dos processos de expansão do capital. O lazer no enredo investigativo da realidade concreta apresenta a necessidade de conhecer o processo histórico e a conjuntura da atualidade, perceber o caminho de sua gênese histórico-social e as categorias centrais a serem articuladas para sua compreensão.

O primeiro momento da pesquisa apresentará considerações quanto ao trabalho, categoria fundante do ser social e dos complexos que historicamente foram produzidos à consolidação da sociedade dos homens. Neste sentido perpassaremos as contribuições do filósofo Lukács e sua apropriação crítica da obra marxiana, resgatando sua teoria social enquanto complexo ontológico da totalidade. Seguindo esta reflexão em que a mediação entre o homem genérico e a natureza tem na consciência um dado de salto ontológico que demarca a objetividade teleológica do ser e seus processos contínuos dados pela categoria da causalidade, consolidaremos as reflexões de reprodução do ser social em seus modos de produção na história, identificando a gênese do lazer e sua relação com as categorias de necessidade e liberdade no constructo humano.

Ainda no primeiro capítulo, adentraremos a discussão do trabalho em seu caráter alienado de sociabilidade capitalista, procurando fazer as considerações cabíveis à caracterização do lazer na sociedade de classes, demarcada pela divisão do trabalho, do tempo, da expropriação do trabalhador e a produção da mercadoria, fetiche de retificação e alienação humana. A passagem destes termos pretende introduzir as considerações quanto às crises do sistema capitalista, apontadas nos estudos de Marx, para seguirmos as elaborações concretas sobre a crise estrutural do capital.

O segundo capítulo apresentará o contexto atual em que vivemos, respaldado na crise estrutural do capital e apresentada na teoria do húngaro István Mészáros, desenvolvendo as reflexões críticas e apresentando a característica das crises anunciadas por Marx de caráter cíclico decorrente da alta produção e da falta de escoamento dos produtos. Mészáros apontará para uma crise estrutural em níveis de problemáticas na produção, no consumo e na distribuição de mercadorias, tendo enquanto um dos principais problemas a alta taxa de desemprego no mundo, visto que a crise possui caráter internacional diante da liberalização mundial do comércio.

Diante das considerações iniciais do que vem a ser esta crise estrutural e as tentativas de saída da mesma, adentraremos em reflexões quanto à reestruturação produtiva, o papel do Estado e sua interface neoliberal no mundo do trabalho. Neste sentido, esboçando os nexos causais de estruturas vigentes no trato com o lazer-mercadoria.

Por fim, retomaremos alguns pontos apresentados no primeiro momento, enunciados no caráter fetichizante e reificador da mercadoria sobre a cultura, pauta do chamado tempo livre e da cidadania em conjunto ao lazer na realidade democrática brasileira. Essa discussão da cidadania será desenvolvida ao fim, posto que se caracterize como limite à sociabilidade emancipada. Para concluir esta etapa em processo das considerações às possibilidades do lazer à emancipação humana, esboçaremos as considerações quanto ao tempo disponível e o trabalho associado.

Afirma-se, então que, o lazer enquanto categoria social esboça características hegemônicas à consolidação do projeto capitalista. Os esforços para compreendê-lo na sociedade burguesa estão entrelaçados nos movimentos de resistência popular de práticas revolucionárias. As discussões sobre o lazer enquanto fenômeno e prática social estão no contexto da ordem vigente por apresentar-se hegemonicamente enquanto um espaço deliberado para o aprofundamento da exploração do sistema capitalista em detrimento à saída da crise estrutural.

A importância de emergir a teoria ontológica marxista para compreensão do lazer faz-se necessário para a mediação dos conflitos que se acirram na sociedade de classes, tendo o norte à construção do comunismo. Mas nesse percurso rumo à revolução do proletário, há a necessidade de organização e disputa das consciências para posicionamentos radicais frente à barbárie social de sua lógica; e o lazer mantém estreita relação com o processo de reprodução social por sua utilização funcionalista do

idealismo contemporâneo de mistificação da realidade social. As práticas culturais, artísticas e os processos de formação do trabalhador estão a cada dia expressando mais sobre o lazer, sem consideração por sua gênese ontológica, utilizando teorias que sustentam a exploração humana no tempo livre.

1. O TRABALHO COMO FUNDAMENTO DO SER SOCIAL E A SOCIEDADE DE CLASSES

A primeira parte da exposição da pesquisa está organizada na compreensão da formação do ser social a partir da categoria ontológica do trabalho, elemento central na constituição do homem genérico e histórico, bem como no desenvolvimento das categorias que se fundam a partir da intervenção humana na transformação da natureza, criando sobre determinantes históricos a sociedade em que vivemos.

O importante momento deste estudo está no esclarecimento do referencial ontológico marxista aprofundado por Lukács a partir do Marx, para adentrarmos a dimensão histórica do homem em busca do nosso objeto de estudo, procurando construir os nexos que esclarecem a gênese do lazer na história da humanidade, esclarecendo as diferenças entre os tempos históricos e suas categorias relacionadas a seu modo de produção.

Para melhor compreensão da teoria que trata da totalidade complexa, é preciso conhecer quem foi Lukács, filósofo húngaro que nasceu em 1885 e morreu em 1971 e militante revolucionário que participou de importantes momentos da história da humanidade, incluído nestes a revolução russa⁴ em que se posicionou contrário às teorias dogmáticas do Stalinismo.

Caso entendamos por Stalinismo um campo mais amplo, que se particulariza no interior do marxismo no século XX pelas teses do “socialismo em um só país” e pela defesa do modelo soviético como um passo efetivo na direção da sociedade comunista, certamente Lukács se encontraria no seu interior. Até o final de sua vida entendeu que as “deformações” do socialismo soviético diziam respeito, apenas, às esferas da política e da ideologia, não atingindo as relações de produção (Lessa, 2001, p.89).

A posição política de Lukács diante da primeira guerra mundial (1914-1918) e a revolução russa o coloca no campo marxista-revolucionário, integrando o partido comunista húngaro. Na década de 1930, em contato com os manuscritos de 1844 de Marx, ele confirma no pensamento marxista uma revolucionária concepção de mundo, na qual reafirma a responsabilidade dos homens na história, banindo qualquer justificativa que apresente a ordem burguesa como o fim da história, combatendo o

⁴ A revolução russa data de 1917 numa Rússia marcada por revoltas políticas e uma série de conflitos que resultaram no estabelecimento da União Soviética sob o comando do partido Bolchevique.

irracionalismo⁵, o estruturalismo⁶ e o stalinismo, corroborando com a possibilidade ontológica da revolução.

E se há um veio condutor de sua trajetória da maturidade, certamente é este: explicitar as mediações sociais que fazem do homem o único demiurgo de seu próprio destino, de tal modo a demonstrar a possibilidade ontológica (que não significa a viabilidade prática imediata, nem implica num programa) da revolução comunista (na acepção marxiana do termo) (idem, p. 86).

Suas obras de maturidade são: a estética e a ontologia, expressão de seu complexo desenvolvimento intelectual em contribuição à exposição das mediações pelas quais os homens fazem a sua própria história. Nesse sentido, faz importantes contribuições quanto à essência humana.

Nesse sentido, vislumbrar a reconstrução de alguns elementos importantes para a compreensão da sociedade de classes, como por exemplo, a divisão do trabalho e a teoria do valor por tempo de trabalho para a produção de riqueza, se faz necessário para adentrarmos no segundo capítulo que tratará do período histórico da crise estrutural do capital.

Para os estudos do lazer estabelecido no controle e disciplinamento sobre o tempo livre dos trabalhadores, o lazer, originado no processo de identificação de classe, vem sendo concebido como oportunidade para o descanso e recuperação da força de trabalho, bem como para o consumo de mercadorias, cumprindo a funcionalidade imprescindível no sistema metabólico do capital.

O trabalhador vive uma relação de oposição àquilo que ele constrói, a si mesmo e dos outros seres humanos. O produto de seu trabalho lhe parece estranho, sua vida dicotômica diante do trabalho forçado e a diferença do outro é maior que a percepção do gênero humano. Na sociedade do capital, o trabalho nega a essência humana que é o próprio trabalho onto-histórico e suas possibilidades criativas, saltando de sua esfera a alienação que, por sua vez, é um empecilho para o desenvolvimento singular e genérico dos homens.

⁵ Corrente filosófica difundida desde o século XIX, ontologicamente este pensamento consiste na elaboração do mundo sem estrutura racional, sentido ou propósito, tendo componente irracional como dominante da natureza humana (Lessa, 2001).

⁶ O estruturalismo é uma maneira de pensar e de fazer ciência datada no século XX com ênfase principalmente nas áreas humanas. Preocupado em organizar e analisar os sistemas sociais em estruturas de relações e funções de seus elementos. Teve seu apogeu com a antropologia estruturalista do século 1960 (idem).

1.1 A centralidade do trabalho na constituição do ser social e os complexos fundados no processo histórico

A compreensão da dimensão ontológica e histórica do trabalho, enquanto categoria de gênese e centralidade na constituição humana do ser social concebido por Marx e reafirmado por Lukács, afirma que o trabalho se realiza eternamente no processo em que o homem transforma a natureza, visando satisfazer suas necessidades, construído em contexto específico de organização social historicamente determinada. Marx nos explicita em *O Capital* (1985, p. 153) que o trabalho é “condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independe de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais”.

O trabalho é o caminho pelo qual o homem dotado de ação passa a mediar, regular e controlar a natureza, pondo em dinâmica as forças naturais resultantes de sua corporalidade, constituído no conjunto de seus membros. Dessa forma, o trabalho apropriar-se da natureza de maneira útil ao desenvolvimento de sua vida, modificando nesse processo a própria natureza de sua vida, produzindo a si humanamente.

Nesse sentido, consolida o movimento reprodutivo da humanidade na produção de si mesmo, tendo, enquanto correspondência de sua forma, os determinantes históricos de seu desenvolvimento. Portanto, o trabalho configura-se como a práxis da vida humana, pressuposto onto-histórico que funda o ser social.

Pondo a natureza sobre seu domínio, o homem dá sentido à vida, em consonância com a atividade primária, o trabalho, objetivando sua vontade, orientada pela consciência. Assim, o homem enquanto ser genérico produz de maneira universal sempre o novo para todo o gênero, configurando o exercício de transformação da natureza objetivada, a sua existência genérica.

Porém, quem determina a consciência é a realidade concreta do mundo dos homens em seu desenvolvimento materialista histórico-social, ou seja, em última instância, no modo de produção.

O modo de produção da vida material condiciona o processo geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário; é o seu ser social que determina a sua consciência (Marx, 1984, p.25).

Os processos de produção elaborados historicamente são armazenados na consciência de forma conceitual e abstrata, materializados nos instrumentos de trabalho, fazendo surgir dele inúmeros outros complexos sociais (política, linguagem, educação, ciência, lazer, entre outros), constituintes do ser social em totalidade, reciprocamente articulados no *complexo de complexos*, na expressão lukácsiana.

Sendo o trabalho fundamento ontológico de uma vida cheia de sentido, protoforma do agir humano, o mesmo dá condições à existência de atividades humano-sociais no processo de sua reprodução e transformação. É o trabalho que possibilita ao homem construir um ambiente e uma história cada vez mais determinada pelo ato humano e cada vez menos determinada pelas leis naturais, sendo assim, dimensão ontológica do ser social e expressão de ruptura com o estatuto do determinismo natural do ser biológico.

Para Lukács (1978), o trabalho realiza-se através da síntese entre teleologia e causalidade com unidade indissolúvel de estatuto ontológico. A teleologia caracteriza o estabelecimento consciente dos fins enquanto que a objetividade abre as possibilidades para que o sujeito assuma posição diante da causalidade, ou seja, diante do conjunto em que o mesmo se defronta socialmente.

No momento em que o homem produz os objetos de satisfação de suas necessidades vitais na consciência, o mesmo generaliza o ato produtor e diferencia-se dos outros animais que são desprovidos da consciência objetiva da produção. Nesse sentido, a consciência assume papel fundamental na realização do salto ontológico do ser natural (homem-animal) para o ser social, pois o produto, resultado do processo, já existia inicialmente enquanto projeto na consciência. Assim, o processo que funda a sociedade humana é o trabalho, condição básica e fundamental de toda a vida, sendo, ao lado da natureza, fonte de toda riqueza.

O domínio da natureza iniciado no homem primitivo com o desenvolvimento da habilidade com as mãos possibilita a descoberta de propriedades dos objetos utilizados nas produções modestas de sobrevivência. Assim, as atividades de caça e pesca são materializadas em instrumentos primitivos de trabalho. Esse exercício primitivo fica relegado a segundo plano à medida que o homem aperfeiçoa o trabalho produtivo e dele surgem outros elementos constituintes da formação social, como confirma a citação abaixo:

O trabalho mesmo se aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. A caça e à pesca veio juntar-se a agricultura e, mais tarde, a ficção e a reciclagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram às nações e os Estados. Apareceram o direito e a política e, com eles, o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. Frente a todas essas criações, que se manifestavam em primeiro lugar no cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quanto numa fase muito recuada do desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela (Engels, 2004, p. 25).

A separação entre trabalho manual e trabalho intelectual caracteriza o controle das propriedades intelectivas sobre o intercâmbio orgânico com a natureza do trabalho manual.

Como explicita Lessa (1996), na teoria lukacsiana, há três momentos decisivos da categoria trabalho: a objetivação, a exteriorização e a alienação. A objetivação é a finalidade previamente construída na consciência num produto objetivo, num complexo de atos que transforma a prévia ideação, consubstanciando-a em um novo objeto anteriormente existente, o qual possui história própria.

Citando diretamente Marx, Lukács argumenta que três são os momentos decisivos da categoria trabalho: a objetivação, a exteriorização (Entäußerung) e a alienação (Entfremdung). A objetivação é o complexo de atos que transforma a prévia ideação, a finalidade previamente construída em consciência, em um produto objetivo. Pela objetivação, o que era apenas uma idéia se consubstancia em um novo objeto, anteriormente inexistente, o qual possui uma história própria. Se em alguma medida o novo objeto continua submetido aos desejos do seu criador (este pode quase sempre, por exemplo, destruir aquilo que construiu), não raramente gera conseqüências muito distintas daquelas finalidades presentes na sua construção (idem, p. 10).

A objetivação da construção do novo, o seu surgimento e a idéia abstrata que o criou constituem momento singular que jamais se repetirão, sendo o novo ontologicamente distinto da consciência que o gerou. Sabendo que, no processo de transformação da natureza, o homem transforma também a si mesmo, envolvendo-se, conhecendo e articulando os nexos causais para vencer a resiliência da natureza que

pretende transformar; trabalho que produz um novo objeto não transforma apenas a realidade da natureza mais também exterioriza o sujeito que trabalha e dá continuidade ininterrupta a esse processo. A exteriorização desse sujeito, desse indivíduo, significa também a exteriorização da individualidade social, exposição do desenvolvimento da humanidade como um todo. A diferença entre sociedade e natureza de forma fundamental está contida nesse complexo objetivação-exteriorização como nos esclarece Lessa (idem, p.12):

Esse complexo objetivação-exteriorização é o solo genérico do ser social enquanto uma esfera ontológica distinta da natureza. A distinção fundamental entre a sociedade e a natureza, já dizia Vico, está em que o mundo dos homens é um construto humano, enquanto a natureza não o é. Os objetos construídos pelo trabalho apenas poderiam surgir enquanto objetivação de finalidades ideais; eles incorporam determinações que emergem do fato de terem um pôr teleológico em sua gênese. Um machado é muito mais do que mera pedra e madeira: é a pedra e a madeira organizadas numa determinada forma que apenas poderia surgir por uma transformação teleologicamente orientada do real. Nenhum processo natural, seja ele qual for, poderia produzir algo semelhante a um machado; este é um ente que apenas pode surgir enquanto construto humano. O mesmo *mutatis mutantis*, poderia ser dito de objetivações muito mais complexas como uma obra de arte ou uma relação social como a estabelecida pelo capital.

O resultado da atividade humana representa um salto ontológico em relação à natureza. O produto, fruto do trabalho, passa a compor a realidade junto à natureza, sendo, portanto, objetivos e detentores de nexos causais de outras atividades. Porém, como o trabalho humano em situação de reprodução social significa mediação teleológica posta nos fins, as conseqüências das atividades humanas nunca correspondem totalmente à finalidade que está na sua origem. Segundo Hungaro (2008, p. 163), são três fatores que desencadeiam isso: 1. O acaso que existe nas ações humanas, 2. Os nexos causais desencadeados pelo objeto produzido que não podem ser previstos em sua totalidade, 3. O sujeito que inicia e termina o trabalho são distintos, pois, no fim, surgem novas habilidades e conhecimentos adquiridos durante o processo.

Vale lembrar que a relação entre indivíduo e gênero é indissociável, sendo o sistema de objetivações, processo do trabalho, o que faz surgir o ser social em que o trabalho é a objetivação elementar, dado ontológico primário, práxis fundante da sociedade.

Lukács (1979) concebe a ontologia nos fundamentos da essência do ser social, demonstrando a relação entre universal e particular na processualidade histórica da sociabilidade humana. Ao afirmar que a categoria trabalho é a centralidade ontológica da práxis social, rejeitando assim a generalização da essência da natureza do homem burguês dotado da propriedade privada, possibilita-se o potencial de superação do sistema social capitalista.

O pressuposto da construção histórica da humanidade pelo trabalho que produz a vida material para satisfação das necessidades, mediando a relação natureza e sociedade através do salto ontológico do ser animal para o ser social, tendo a consciência como momento determinante dessa transição. Sendo a categoria elementar no desenvolvimento de outras formas de objetivação como a linguagem, a arte e a ciência, o trabalho caracteriza-se como a própria essência humana - ainda que não a esgote - esta, por sua vez compreendida temporalmente no conjunto de atributos, qualidades, possibilidades do ser que desenvolve sua trajetória histórica.

A teoria pós-moderna afirma que a realidade não pode ser compreendida em sua totalidade, pois seu caráter fragmentário impede tal possibilidade, fazendo uma análise através de determinações unicamente econômicas. Marx diferencia justamente sua elaboração na afirmação desta categoria que pressupõe uma análise para além de meras determinações econômicas e compartimentadas.

A totalidade é um mecanismo central no método marxista e tem em sua complexidade a posição revolucionária da continuidade histórica dos homens em sentido pleno de transformação apreendida e determinada na realidade concreta e seu sujeito histórico. Esse caráter total está expresso nos estudos marxistas sobre a sociedade capitalista, configurada e articulada em diversos complexos elaborados e vividos pelos homens.

A determinação econômica é apenas um momento da totalidade complexa articulada da sociedade, sendo esta o momento de produção material da vida social posto no conjunto que envolve as relações de produção, divisão do trabalho e formação das classes sociais.

O filósofo Lukács, ao se apropriar dos estudos de Marx, esboçou que sua formulação não apontava apenas para uma teoria do ser social em geral, ontologicamente determinada na história da humanidade. O aspecto do ser social geral apreende a sociedade como totalidade em movimento, dinamizada pelos homens através

do trabalho, que, por sua vez, compreende a transformação intencional do homem sobre a natureza, a realidade e sobre si mesmo. Na ordem burguesa, o trabalho é realizado de forma alienada, tendo, enquanto fruto produzido, a mercadoria.

O processo de formação do ser social, demarcado no salto ontológico a partir do homem biológico, tem na história da organização social seu fundamento de complexificação. Nas organizações sociais anteriores à burguesia nas quais havia menor nível de desenvolvimento das forças produtivas, menor grau de complexidade nas relações sociais, reconhecimento de indivíduo em tribos ou comunidades de caráter religioso, teve-se no capitalismo a complexificação das relações sociais e as condições objetivas de superação do estado de domínio religioso centrado em Deus como totalidade determinante da sociedade dos homens. Assim, o homem como ser social é compreendido como produto e produtor da sociedade.

As questões que perpassam a compreensão da essência humana apresentam diferentes concepções no decorrer da história. Da filosofia grega à hegeliana, a essência humana é dualista e transcendental, pautada na existência de um ser verdadeiro, eterno e fixo que corresponde ao que é essencial e outro ser de características efêmeras e processuais.

Na história grega, a existência deste ser essencial limitava o fazer da história pelos homens, já que o desenvolvimento histórico apresentava em sua estrutura a natureza da essência dos homens delimitada entre os semideuses e os bárbaros, restando-lhes, diante do dualismo, as possibilidades oferecidas nesta estrutura ontológica.

O período que remete à produção feudal é marcado pelo declínio do império romano e o fim da produção escravista. A decadência submetida em tempos pelos bárbaros concebeu a posição fatalista da história, na qual os homens estavam dispostos, tocando ideologicamente nas pregações de que a vida humana na Terra era para sofrer por seus pecados. As seitas religiosas, em especial de forma hegemônica a Igreja Católica, cumpriram este papel por toda a Idade Média, mantendo a essência humana no dualismo ontológico entre o Deus imutável e essencial com o homem mutável, efêmero e pecador. Assim, a história dos homens se manteve limitada entre a gênese e o apocalipse.

No curso histórico da transição medieval para a modernidade, a dualidade entre o estático e o dinâmico se manteve. A essência humana deixa de estar simbolizada na

divindade de Deus e passa a se apresentar na natureza dos homens, sendo o homem colocado no centro do universo, onde a representação deste nada mais é que a imagem e semelhança do homem burguês, natureza dotada da propriedade privada.

Tal como os gregos e medievais, também o pensamento moderno está preso à concepção segundo a qual os homens desdobram na sua história determinações essenciais que nem são frutos de sua ação, nem poderiam ser alteradas pela sua atividade. Por serem essencialmente proprietários privados, o limite máximo do desenvolvimento humano não poderia jamais ultrapassar a forma social que permite a máxima explicitação dessa sua essência imutável, a propriedade privada (Lessa, 2001, p.89).

Em Hegel, a história adquire processualidade teleológica e dialética, ou seja, dotada de objetividade no desenvolvimento humano, limitada por sua natureza essencial, visto que esta não pode ser modificada pela processualidade histórica, pois a determinação da essência se mantém no homem dotado da propriedade privada, afirmação de sua gênese insolúvel que funda o processo histórico.

Nesse sentido, a dualidade ontológica permeia os sistemas que consideram a essência humana a-histórica, posto que a gênese humana não se encontre na processualidade histórica, mas como uma essência pré-determinada.

Para Aristóteles, o lugar natural dos homens fazia de Atenas o último e mais desenvolvido estágio de desenvolvimento humano, para a Idade Média, a sociedade feudal era uma criação divina que corresponderia à essência pecadora dos homens, para os modernos, a melhor sociedade é aquela que possibilita a explicitação plena do egoísmo essencial dos proprietários privados, a sociedade mercantil burguesa; e, finalmente, para Hegel a plena realização da essência humana é o espírito absoluto, no qual a sociedade civil (*bürgerlich Gesellschaft*) encontra no Estado seu complemento dialético ideal, garantindo assim a vida social em seu momento mais pleno (o que inclui, claro, a propriedade privada burguesa) (*idem*, p. 91).

Todas as concepções ontológicas conceberam a essência humana como a-histórica, tendo como consequências: o respaldo ao fundamento da história dos homens em patamares transcendentais. Sendo a essência a categoria fundante da história, encaminha seu sentido na mesma lógica, limitando a história dos homens e justificando ideologicamente a estaticidade do homem em sua natureza essencial, propondo em

caminhos objetivos, teleologia da história, a pré-determinação do destino da humanidade.

As contribuições teóricas de Lukács assinalam que o projeto revolucionário marxiano funda uma ontologia histórica da essência humana.

Há uma distinção entre essência e fenômeno nas concepções a-históricas, sendo a essência a representação autêntica do ser e o fenômeno a possibilidade dinâmica fundada no ser autêntico. Diferentemente disso, a teoria de Marx, reafirmada por Lukács, põe a essência e o fenômeno num mesmo estatuto ontológico, sendo estas categorias fundamentalmente importantes no desdobramento da história da humanidade.

A diferença entre estas categorias está nas diferentes funções que cada uma exerce na processualidade dos acontecimentos históricos, sendo a essência o elemento de continuidade e o fenômeno o elemento de singularidade.

Há, portanto, duas determinações fundamentais para que ocorra qualquer processo: os elementos de continuidade que articulam cada um dos seus momentos singulares em um único processo, e os elementos que consubstanciam a diferença dos momentos entre si, e, portanto, do ponto de partida do processo do seu ponto de chegada.
(...)

Há, portanto, intrínsecas a toda processualidade, duas funções ontológicas articuladas e distintas: as determinações mais universais que perpassam todo o processo, e os momentos singulares que consubstanciam as mediações indispensáveis para que o processo se desenvolva de um estágio mais primitivo ao mais desenvolvido (Lessa, 2001, p. 93).

A interação entre as categorias se dá na processualidade histórica. O fenômeno exerce influência real nas transformações da essência, esta por sua vez se apresenta como a universalidade do processo e não como o universal em si. Enfim, tanto o fenômeno quanto a essência são categorias do processo histórico da humanidade limitado nas relações sociais construídas pelos homens.

Diante do processo histórico que realiza o mundo dos homens, Lessa (idem) afirma que há quatro categorias em Lukács que são fundamentais: trabalho, reprodução, ideologia e estranhamento.

Ao lembrar que a história dos homens é determinada pelas relações sociais que os mesmos desenvolvem sob a base de um mesmo fundamento genético-biológico dado pela natureza e que a transição do ser animal para o ser social é denominado por Lukács de salto ontológico em que o homem salta para fora da natureza, afirma-se que a

determinação do desenvolvimento do mundo dos homens não está em seu desenvolver biológico, mas na conjugação de suas relações sociais.

Nesse processo histórico, o homem objetiva suas ações na transformação do real, projetado previamente e idealizado na consciência, sendo esta uma mediação fundamental no complexo do trabalho que produz objetiva e subjetivamente um novo elemento social que permeará suas relações e consubstanciará outro processo de transformação da reprodução social, o que nos esboça a afirmação marxista de que, ao transformar a natureza, o indivíduo e a sociedade também se transformam. Conforme Lessa (2001, p. 95):

A construção de uma lança possibilita que, no plano da reprodução do indivíduo, este acumule conhecimentos e habilidades que não possuía antes; ou seja, após a lança, o indivíduo já não é mais o mesmo de antes. Analogamente, uma sociedade que conhece a lança possui antes; ela também já não é mais a mesma. Todo processo de objetivação cria, necessariamente, uma nova situação sócio-histórica, de tal modo que os indivíduos são forçados a novas respostas que devem dar conta da satisfação das novas necessidades a partir das novas possibilidades. Por isso, a história humana jamais se repete: a reprodução social é sempre e necessariamente a produção do novo.

Nesse processo de criação do novo, a sociedade humana caminha cada vez mais a processos mais complexos e cheios de novas objetivações e com elas suas possibilidades para produção de outros bens materiais necessários a sua reprodução.

As capacidades humanas contidas no processo de reprodução social contam com o desenvolvimento das forças produtivas e a individualidade humana. Contribuições da primeira a modos de produção cada vez mais complexos e a segunda garante o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos na contribuição a modos de produção cada vez mais desenvolvidos. Neste sentido a reprodução social desdobra a reprodução das individualidades e a reprodução da totalidade social.

Assim, a criação do novo no mundo dos homens tem no trabalho o lócus ontológico do desenvolvimento contínuo da humanidade, ontologicamente conexo com a reprodução social.

Por ser o lócus ontológico da criação do novo, o trabalho é o fundamento genético de necessidades que, muitas vezes, requerem o desenvolvimento de complexos sociais que são em tudo e por tudo heterogêneos do trabalho. Basta pensarmos em complexos como a

linguagem (como a lingüística, a gramática, etc.), como o direito, a filosofia, as ciências, a religião, etc., para termos uma noção da complexidade do processo aqui referido. É por esse processo de desenvolvimento que o mundo dos homens vai se explicitando, ao longo do tempo, como um “complexo de complexos” cada vez mais mediado e internamente diferenciado, cada vez mais desenvolvido socialmente.

Para distinguir entre o trabalho e o conjunto muito amplo das práxis sociais que não operam a transformação material da natureza, Lukács denominou o primeiro de posição teleológica primária e o segundo de posições teleológicas secundárias (idem, p.96).

As escolhas teleológicas no sentido de construir a materialização dos processos causais de movimentos concretos da realidade postos pela consciência ativa e as posições teleológicas entre as classes sociais antagônicas presentes no enredo que desenrola a divisão do trabalho pressupõem os conflitos e contradições que se localizam em questões ideológicas, portanto, formas em que o homem torna-se consciente dos conflitos e neles se inserem mediante a luta.

Esses conflitos envolvem de modo cada vez mais profundo a totalidade da vida social. Partindo dos contrastes privados e resolvidos de modo diretamente privado no trabalho individual e na vida cotidiana, eles chegam até aqueles graves complexos problemáticos que a humanidade vem se esforçando até hoje para resolver, através da luta, em suas grandes reviravoltas sociais (Lukács, 1978, p.9-10).

O idealismo estando à razão enquanto questão ontológica fundamenta-se na causalidade posta através da objetividade de escolha entre alternativas. A história dos homens em suas posições econômicas está relacionada à tendência constante de diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução humana, tornando o processo de reprodução cada vez mais social, com intencionalidade de momentos sociais que passaram e passam por constantes transformações e a elaboração quantitativa e qualitativa cada vez mais complexa entre as singulares e autônomas sociedades, num grande bloco unificado de sentido geral.

O homem deixa a condição de ser natural para tornar-se pessoa humana, transforma-se de espécie animal que alcançou certo grau de desenvolvimento relativo elevado em gênero humano, em humanidade. Tudo isso é o produto das séries causais que surgem no conjunto da sociedade. O processo em si não tem uma finalidade. Seu desenvolvimento no sentido de níveis superiores, por isso, contém a ativação de contradições de tipo cada vez mais elevado, cada vez mais

fundamental. O progresso é de certo uma síntese das atividades humanas, mas não o aperfeiçoamento no sentido de uma teleologia qualquer: por isso, esse desenvolvimento destrói continuamente os resultados primitivos que, embora belos, são economicamente limitados; por isso, o progresso econômico objetivo aparece sempre sob a forma de novos conflitos sociais (idem, p. 13).

No momento de generalização do ser, fruto do desenvolvimento social, o homem transforma em perguntas suas necessidades e as possibilidades de satisfação destas, elaboradas de forma imediata pela consciência. A consciência é compreendida enquanto um produto lento em relação ao ser material, não sendo este um produto de menor valor ontológico, visto que demanda muita força na constituição do ser, pois reflete sobre a realidade, acionando intervenções que possibilitam transformações.

Mas, o ser social, portador de consciência, só pode surgir e se desenvolver a partir de bases orgânicas em conjunto a composições inorgânicas inerentes a natureza, sendo rudimentos à reprodução da vida com adaptação ativa, ou seja, através da modificação consciente do ambiente, fazendo surgir no seio desta metamorfose um novo complexo social de forma aperfeiçoada e qualitativamente nova do ser que por sua natureza orgânica gera cada vez mais correspondências a sua própria essência, em que o trabalho é a base dinâmica desse processo.

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia “já na representação do trabalhador”, isto é, de modo ideal (idem, p.5).

A teoria marxiana esboça a gênese, o desenvolvimento, as crises e as possibilidades de superação da ordem burguesa. A necessidade de superação aponta para o sentido da emancipação humana, visto que a mesma vive determinada ao trabalho alienado e a sociedade reificada.

O marxismo congrega ferramentas para consolidação da emancipação humana, tendo na apropriação do conhecimento um dos elementos necessários para o processo de transformação. Empenhado em compreender o que vem a ser social na ordem burguesa, Marx, segundo Lukács, nos apresenta uma teoria do ser anunciada como uma ontologia

do ser social, cuja essência humana encontra-se na característica do ser social em estado dinâmico, processual e de autoconstrução.

As relações de propriedade, organizadas no modo de produção capitalista, alienam a humanidade e impedem a apreensão do sujeito enquanto ser social. Isto está posto nos Manuscritos de 1844, em que Marx apresenta a afirmação de que a alienação humana se deve ao tipo de sociedade fundamentada na propriedade privada. Logo, a superação da alienação só é possível com a superação da propriedade privada.

A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e unilaterais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é imediatamente possuído, comido, bebido, vestido, habitado, em resumo, utilizado por nós. (...)

Em lugar de todos os sentidos físicos e espirituais apareceu assim a simples alienação de todos esses sentidos, o sentido do ter. (...)

A superação da propriedade privada é por isso a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanas; mas é precisamente esta emancipação, porque todos os sentidos e qualidades se fizeram humanos, tanto objetiva quanto subjetivamente. O olho se fez um olho humano, assim como seu objeto se tornou um objeto social, humano, vindo do homem para o homem. Os sentidos fizeram-se assim imediatamente teóricos em sua prática. Relacionam-se com a coisa por amor da coisa, mas a coisa mesma é uma relação humana e objetiva para si e para o homem e inversamente. Carecimento e gozo perderam com isso a natureza egoísta e a natureza perdeu sua mera utilidade, ao converter-se a utilidade em utilidade humana. Igualmente o sentido e o gozo dos outros homens converteram-se em minha própria apropriação. Além destes órgãos imediatos constituem-se assim órgãos sociais, na forma da sociedade; assim, por exemplo, a atividade imediatamente na sociedade com outros, etc., converte-se em um órgão de minha exteriorização de vida e um modo de apropriação da vida humana (Marx, 1974, p. 17).

Diante da alienação do sentido do ter, a única saída possível para a forma do ser, realmente humana só poderá consolidar-se diante da superação da propriedade privada. Esta tem consequências diretas no homem em seu processo de alienação, impedindo o desenvolvimento do homem enquanto ser.

O ser social, no capitalismo, tem sua essência alienada (Lembrando que para o marxismo a maneira do ser na ordem burguesa não é imutável). A responsabilidade está na apropriação privada, a base dos processos que desencadeiam as relações sociais burguesas. Para indicações de como seria o ser social numa sociedade verdadeiramente humana, Marx (idem, p.38) diz que:

Se se pressupõe o homem como homem e sua relação com o mundo como uma relação humana, só se pode trocar amor por amor, confiança por confiança, etc. Se se quiser gozar da arte deve-se ser um home artisticamente educado; se se quiser exercer influencia sobre outro homem, deve-se ser um homem que atue sobre os outros de modo realmente estimulante e incitante. Cada uma das relações com o homem – e com a natureza – deve ser uma exteriorização determinada da vida individual efetiva que se corresponda com o objeto da vontade. Se amas sem despertar amor, enquanto amor, não produz amor recíproco, se mediante tua exteriorização de vida como homem amante não te convertes em homem amado, teu amor é impotente, uma desgraça.

Lukács, ao recuperar a obra marxista em dimensão ontológica, salvaguarda a tradição marxista do marxismo stalinista, enfrentando as perspectivas neopositivistas de sua época.

O que particulariza a leitura lukacsiana de Marx é sua proposta de tomá-lo como fundador de uma nova concepção ontológica do mundo dos homens. Tanto os que, de algum modo, se identificam com esta leitura, como aqueles que a consideram um equívoco, coincidem em um aspecto: ainda que a evolução teórica do pensador húngaro o tenha conduzido por fases bastante diferenciadas, o referencial ontológico de suas últimas obras é decisivo para a avaliação do conjunto de sua obra (Lessa, 2000, p. 159).

Devido ao capitalismo tardio, em que a racionalização formal domina a vida do homem mantendo os indivíduos a uma sociabilidade manipulada, é que Lukács apresenta sua ontologia.

A manipulação, gerada inicialmente no campo da economia, vai alastrando-se nas áreas da cultura, da ideologia, da política, expandindo a teoria fundada no neopositivismo, contrário aos estudos de análise da essência real para esclarecimento formal e lógico da racionalidade do homem. Na elaboração do conhecimento, o crescimento da corrente neopositivista de cunho filosófico burguês, a retomada do marxismo em fundamentação ontológica, apresenta-se como contribuição no processo de luta ideológica nos enfrentamentos a essa corrente.

O trato com a ontologia aborda o estudo da essência humana, como nos aponta Lessa (2000, p. 159-160) enquanto uma questão tradicional:

Se Lukács estiver correto, nem a ontologia tem como única possibilidade o horizonte metafísico tradicional, nem, por outro lado, é possível a constituição de qualquer concepção de mundo

autenticamente revolucionária sem que resolvamos algumas das questões ontológicas mais tradicionais, entre elas e acima de tudo, a questão de essência humana.

Ao compreender a essência do homem na ordem capitalista, enquanto processo histórico possibilitado de transformação, o mesmo acaba por elaborar uma teoria do ser social geral fundada no trabalho, protoforma da práxis social. É no trabalho que se identifica os aspectos essenciais do ser social tanto na ordem burguesa, quanto em suas características genéricas.

Os estudos da economia política de Max encontram seu desenvolvimento inicial nos estudos das obras de Smith e Ricardo, buscando aplicar as categorias dialéticas num momento singular de sua teoria. Os Manuscritos de 1844 apresentam uma rica e transitória reflexão de preocupação filosófica e crítica da economia política. Esta se desenvolveu principalmente na Inglaterra entre os séculos XVII e XVIII, quando se organiza a luta contra o feudalismo em detrimento à consolidação e desenvolvimento da ordem burguesa. O sistema feudal entra em crise por volta do século XVI com o renascimento do comércio.

O período feudal fundou sua riqueza na propriedade imobiliária que passou a desenvolver-se na produção de bens e reorganização comercial, levando os donos do dinheiro (proprietário imobiliário) a comprar o tempo de trabalho de homens e mulheres, tendo na manufatura o embrião da indústria moderna.

As mudanças desse período, observadas pelos economistas, questionavam-se quanto à fonte de riqueza desse novo sistema, considerado mais livre, justo e igualitário do que a ordem feudal. O acréscimo ao valor empregado na produção de bens, o lucro, é o valor que fica sob o domínio do capitalismo enquanto que do trabalho operário resta apenas o salário como única remuneração; ao Estado caberá à função de legislar, imprimir a moeda e criar o sistema tributário.

A teoria da economia política procurou compreender o modo de funcionamento da sociedade que surgiu com o fim da sociedade que emergira com o fim do feudalismo, inaugurando outra configuração social e política. Descobriu-se que a fonte de riqueza é o trabalho constituindo a teoria valor-trabalho, além da descoberta de elementos funcionais para a sociedade como o capital, lucro, juro, mercado e outros.

Via influência naturalista, as categorias encontradas pelos economistas foram aceitas e assimiladas como naturais, percebendo inalterada sua estrutura fundamental.

Vale ressaltar que os economistas estavam organizados no processo de modernização revolucionária de classe burguesa, incapaz de alcançar os princípios revolucionários: liberdade, igualdade e fraternidade, limitando-se a igualdade jurídica das leis do capital.

Nesse sentido, configuram-se as classes antagônicas que passam a compor o cenário social. A classe burguesa, revolucionária com princípios emancipatórios diante das desigualdades no sistema feudal, configura-se depois de tomada do poder e da ordem como conservadores, tendo no proletariado sua classe antagônica, conservadora dos princípios revolucionários e emancipatórios da humanidade. Em 1848, diante de rebeliões, o processo revolucionário se desencadeia na decadência da ideologia burguesa, ficando na mão do proletariado a responsabilidade de encaminhar o projeto histórico da emancipação. Nesse enredo, a economia clássica divide-se em duas tendências teóricas contraditórias. Uma das características da herança revolucionária, apontada na crítica da economia política, tem Marx como um representante significativo do proletariado.

Nos manuscritos econômico e filosófico ou manuscritos de 1844, Marx aborda algumas categorias da economia política. Para ser mais claro, ele debruça-se sobre o estudo da propriedade do dinheiro e do trabalho, tratando-os num sentido ético. Porém, sua maior constatação foi quanto à concessão de trabalho que vinha sendo pautado pela economia política.

Numa postura radical, procurando articular o trabalho em sentido amplo, conjuga suas ações e elaborações procurando resolver a questão desde o centro de sua análise e o trabalho como sua essência. Além disso, a ordem burguesa negou e nega o próprio homem genérico, adotando a singularidade individual como princípio do desenvolvimento da humanidade.

A singularidade percebida imediatamente pelo indivíduo nega o sujeito genérico social e esboça como natural o indivíduo privado, o sujeito da propriedade privada singular, a cultura e os nortes histórico-sociais.

A unilateralidade de percepção do ser enquanto indivíduo terá consequência no trato que os burgueses deram ao trabalho, construindo a produção consciente da riqueza humana num meio de subsistência para a classe trabalhadora, empobrecendo os desenvolvimentos singulares e genéricos.

O trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isso na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (Marx, 2004, p.80).

O trato com o trabalho se dá no campo da objetivação, pois esta é a condição para a existência humana, processo em que o sujeito se expressa singular e genericamente, objetivando as elaborações históricas da humanidade, construindo um acervo disponível para o enriquecimento das singularidades por meio da apropriação da essência genérica do ser. Este, por sua vez, enriquece-se com o desenvolvimento das singularidades, tendo nessa atividade uma relação dialética entre o gênero e o indivíduo.

Inspirado e consciente do processo de emancipação que só poderá ser alcançado com o fim da essência humana fundada na propriedade privada e consolidação do comunismo na história dos homens, Marx prossegue a nos explicar que a apropriação das riquezas produzidas pelo trabalho na ordem burguesa está condicionada à situação de classe a que o sujeito singular pertença. Portanto, o homem realiza sua interação na natureza por meio do trabalho, sendo este um dado ontológico do ser social que, em seu processo, modifica a intenção e a realidade. O trabalho é sinônimo de sociabilidade por organizar no social a individualidade genérica e singularizar o social no indivíduo.

O trabalho é a categoria que funda o ser social, determinante ontológico da humanidade, conjugando a criatividade e a realidade do homem que se (re) criam no seu processo, possibilitando sua realização e liberdade enquanto gênero humano. A exteriorização e a objetivação do trabalho pressupõem a historicidade e a processualidade do ser social que enfrenta a alienação a ser superada pela própria prática social dos homens. Porém, esta categoria é fundamental na vida humana burguesa, continuidade de contensão do desenvolvimento humano-genérico em detrimento à exploração e dominação do homem sobre o homem.

1.2 O complexo do lazer e sua gênese social: a divisão do trabalho e a fragmentação do tempo na sociedade de classes.

Apresentar a gênese do lazer significa esboçar o momento de origem dessa categoria enquanto objetivação do homem, reconhecendo sua forma nos diferentes

modos de produção. Para esta tarefa, a formulação filosófica clássica do pensamento de Marx e Engels acerca dos reinos da necessidade e da liberdade e na crítica da divisão do trabalho é procedimento teórico essencial para reconhecimento do lazer.

A história do lazer, apresentada no contexto do trabalho para a qualidade de vida, tem justificado inicialmente a diversidade que o termo lazer é entendido pelas pessoas, seja tempo livre, tempo desocupado, fuga, tempo de descanso, coisas que permeiam o cotidiano para apresentar a capacidade do lazer de sublinhar todas as dimensões da vida. Porém, ela reflete suas contradições e múltiplas formas de alienação ao compor no lazer uma possibilidade de resolver as várias mazelas sociais.

A oposição de lazer e trabalho é compreendida através do processo histórico na Antiguidade Clássica do Ocidente, marcado pelo apogeu urbano, desenvolvimento artístico e intelectual dos atenienses, povo que constituiu o conhecimento e seus princípios básicos ocidentais.

Para os gregos, a relação com o tempo livre constituído no ócio, tempo era determinado para sabedoria contemplativa que elevava aos espíritos frutíferos dados à alma racional. As formas denominadas ócio, *scholé* e *licere* referem-se fundamentalmente ao gozo do tempo livre para uma atividade livre, enquanto direito social, que possibilita a produção e usufruto da cultura, entendida no campo da arte, da música e da literatura. O ócio era na sociedade grega o momento dedicado à contemplação, reflexão e sabedoria, exercício de elevação da alma racional para alcance dos tesouros espirituais. Essa atividade estava direcionada apenas para aqueles que dispunham das condições e privilégios sociais e econômicos, reservados aos filósofos. Aos que se dedicavam à vida ativa, como artesãos, lavradores e guerreiros, tinham-se como função a produção e a guerra. Estava o ócio, portanto, inverso a estas atividades de labor, pois o tempo ocioso estava para a vida contemplativa (Sá, 2006).

No período medieval de domínio cristão, o tempo livre estava relacionado a um estado de condenação, por relação ao código moral e religioso. O tempo livre representava um perigo aos objetivos de purificação da alma, sendo permitida a contemplação restrita dos deleites do espírito aos escolhidos. O trabalho, por sua vez, estava relacionado às ordens de castigo aos pecadores, punição concebida em detrimento ao pecado original. O tempo de descanso era orientado para a busca da paz, encontro com Deus, evitando-se todos os tipos de tentação causados pelos prazeres da carne. Nesse sentido, a busca moral cristã para o desenvolvimento do trabalho e da

família era um subsídio para manutenção do domínio das diretrizes demandadas pela Igreja.

A condição de vida moral determinada nessa época condicionava toda a vida dos servos, inclusive aqueles dedicados a momentos festivos. Eles eram direcionados ao dever do trabalho e a obediência a Deus, evitando o consumo supérfluo que corroborava para a satisfação das tentações de vadiagem e relaxamento.

A divisão do trabalho foi o que possibilitou aos indivíduos o exercício dicotômico entre atividade intelectual e material, assim como o gozo e o trabalho, a produção e o consumo. Do acesso ao gozo, estava impedida a classe trabalhadora, sendo este prazer reconhecido no reino da liberdade, possível de ser conquistado apenas com o fim da produção do capital.

Porém, o direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre sempre esteve restrita apenas aos detentores dos meios de produção, ou seja, a apenas a uma parcela da sociedade. A ideologia e a coerção da força foram e são utilizadas em favor da classe subalterna; esta por sua vez, responsável pela produção da riqueza humana e renegada ao acesso do gozo do tempo livre para uma atividade livre enquanto direito social.

Por sua vez, o tempo livre, fruto da divisão social do trabalho, está posto diante das relações de produção e do desenvolvimento das forças produtivas, além do nível de organização e autonomia dos trabalhadores (Cunha, 1987), sabendo que a diminuição do tempo de trabalho e o aumento do tempo livre são possibilitados pela luta dos trabalhadores organizados e que as forças produtivas são frutos da interação material do homem com a natureza no processo de satisfação das necessidades com criações materiais de utilidade para o desenvolvimento da vida humana.

Nesse processo de desenvolvimento de forças produtivas, há uma contradição gritante na relação do tempo de trabalho, pois, quanto maior o grau de desenvolvimento das forças produtivas utilizadas nas tarefas da produção das necessidades, menor deveria ser o tempo de trabalho necessário à produção.

A determinação do usufruto do direito social ao tempo livre para uma atividade livre estará posta pelas relações sociais de produção em estado peno de desigualdade.

Numa sociedade escravocrata, o acesso ao direito social ao gozo do tempo livre era um privilégio dos homens liberados da tarefa de produção, portanto, incabível pensar a universalização desse direito, posto sua negação aos escravos. É na sociedade

capitalista que ficam postas as condições para que a classe que produz a riqueza social possa reivindicar o direito ao gozo do tempo livre. Como registra Peixoto (2007, p. 609-610):

Em primeiro lugar, estabelecem como critérios centrais para a identificação do lazer (1) a identificação do modo como o homem produz sua existência; (2) a identificação do grau de desenvolvimento das forças produtivas que ampliam as possibilidades da produção da existência; (3) o grau de desenvolvimento das relações de produção, ou da divisão social do trabalho; (4) a capacidade organizativa e de pressão daqueles que, na divisão social do trabalho, produzem a existência. Com base nestes critérios, afirmamos que é no modo capitalista de produção que, pela primeira vez, estão colocadas as condições para que, na divisão social do trabalho, a classe que realiza a produção da vida possa reivindicar o direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre. Contudo – e isto Marx e Engels também já assinalaram no conjunto de sua obra – a apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho por uma parcela diminuta da sociedade e a condição privilegiada que esta apropriação permite impedem o desenvolvimento das condições que viabilizariam o acesso da classe trabalhadora a este direito, na medida em que ameaçam esta condição privilegiada, pois tal tempo livre pode viabilizar o reconhecimento desta situação de opressão e a consciência da necessidade de revolução de suas bases.

No século XIX, a luta pelo direito social ao tempo livre tem suas primeiras expressões realizadas através da organização dos trabalhadores europeus na década de 1880, no movimento de reivindicação à redução da jornada de trabalho apresentada no panfleto “O direito a preguiça” de Lafargue.

A divisão social do trabalho é marcada pela fragmentação do processo produtivo e alienação humana, pois o homem deixa de se apropriar do processo como um todo para conhecer apenas parte do procedimento de transformação da natureza em objetos materiais de satisfação de suas necessidades.

Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção e de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos já fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já desenvolvidas. Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um

paradoxo que desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução (Marx e Engels, 1998, p. 20).

O controle e gerência da sociedade pela burguesia se dão mediante a criação de instituições burocráticas e organizativas da sociedade de classes, abarcando a política, o Estado, a administração, o planejamento da produção e seu escoamento no comércio. O controle da produção, de forma geral, está atrelado à classe hegemônica, burguesa que, através da violência e da coerção de força, condiciona a classe trabalhadora à condição de classe subalterna do sistema social, limitada à sobrevivência e venda da força de trabalho.

No final do século XV, marcado por uma maior complexificação da divisão social do trabalho, aumenta a preocupação do domínio humano sobre a natureza⁷. O momento, marcado pela crise da sociedade medieval com mudanças de caráter econômico, político, científico e cultural, é fruto do desenvolvimento das forças produtivas em que os indivíduos se libertam da comunidade feudal, tornando-se sujeitos de direitos e deveres, membros de uma sociedade civil regida pela tendência à generalização das relações humanas entre proprietários.

No contexto brasileiro, inicialmente de base econômica escravocrata, na compreensão do período colonial, o trabalho escravo e a utilização de maquinarias para exploração do pau-brasil, da cana-de-açúcar e suas estruturas de engenhos açucareiros foram iniciativas exploratórias dos índios e negros trazidos da África na formação da mão de obra inicial do trabalho na Colônia. O período mercantil de exploração e busca por novos mercados no século XVI, construído em perspectivas de acumulação de riqueza, esboça o contexto da colonização do Brasil.

A revolução francesa de 1789 apresenta-se como o marco da revolução burguesa e a instituição da lógica do capital. Com ideias configuradas no período das grandes navegações e expansão mercantilista de novos mercados, houve o aumento da riqueza dos grandes reinos europeus que pouco a pouco alargaram o liberalismo mercantil com concessões a propriedade privada.

O processo de industrialização que se desenvolve na Inglaterra repercute na organização e expansão do capital, definindo junto aos marcos políticos e econômicos

⁷ No contexto Europeu, fundamentalmente na França e Inglaterra.

uma nova forma de pensar e de agir humano. A lógica mecânica-industrial de produção em larga escala pela indústria em ascensão marca a formação do proletariado fabril.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado (Marx e Engels, 1998, p. 14).

O período que marca o final do século XIX e início do século XX está traçado por transformações que consolidam a burguesia como classe hegemônica, momento marcado na revolução burguesa que põe fim ao sistema feudal e domínio da classe proletária diante do massacre na comuna de Paris de 1871. Assim, as consequências históricas demarcam o início do capitalismo financeiro e monopolista, imperialismo burguês universalizado pelo poder do capital.

Falando sobre o lazer no Brasil, Requixa (1977) apresenta o processo de industrialização no início do século XIX caracterizado pelo emprego da energia hidráulica e do trabalho braçal escravocrata com jornadas de trabalho diário de dez horas ou mais. No início do século XX, as condições de trabalho na indústria têxtil reproduzem o sistema exploratório instaurado na Europa com jornadas de trabalho diárias entre 12 e 13 horas, exercidas de forma desumana pelo trabalhador, incluindo nesse conjunto o valor insuficiente do salário na sua sobrevivência.

O movimento de doutrinação política das massas nessa época está associado em parte na institucionalização de espaços destinados a funções políticas e de diversão, centros recreativos para os trabalhadores (clubes, ligas, centros e círculos). Os trabalhadores, militantes, construíram centros culturais objetivados ao desenvolvimento da posição política socialista, realizando festivais nos centros urbanos, iniciados por palestras e críticas sociais, concluídos com bailes que serviam de atrativo para a juventude. Os hinos de cunho socialistas não deixavam de fazer parte da festa. Eram cantados por grupos de corais, além da existência de momentos improvisados pela juventude que levavam seus instrumentos. Esse enredo mostra a relação que se construía entre o tempo livre e os movimentos sociais de trabalhadores organizados na esfera da reivindicação política.

O processo mercantil e industrial demonstra o desenvolvimento das forças produtivas concebidas sobre a exploração dos trabalhadores nas longas jornadas de

trabalho, nos baixos salários, na exploração de mulheres e crianças, no descaso com as condições de ambientes de trabalho sem higiene, insalubres e perigosos, evidenciando a exploração do homem no contexto de suas relações sociais trabalhistas de produção capitalista.

A dinâmica industrial contribuiu para a concentração humana nas grandes cidades, conduzindo a uma civilização urbano-industrial dependente do trabalho para sobrevivência. A recreação, elemento que configura a política de lazer para as famílias dos trabalhadores nessa época, cumpre o papel de educar social e moralmente os hábitos culturais, artísticos e desportivos, concebidos na força física e espiritual, para boa formação da dignidade do trabalho.

Para Marcassa (2002) *apud* Cândido (2008), o lazer é compreendido como o tempo livre que foi institucionalizado através da função de formação da classe trabalhadora via o enfoque da assistência social. A recreação e os fins educacionais formaram, em sentidos objetivos e subjetivos, o perfil social dos trabalhadores necessários para a consolidação do capitalismo.

A recreação nesse período toma proporções importantes nas discussões sobre o tempo livre que vinha sendo elaborado na esteira da educação. No interregno entre 1920 e 1930, observou-se a preocupação pública com a recreação e a diversão da população que antes não existiam.

As experiências voltadas para o desenvolvimento do lazer no Brasil foram pautadas em algumas capitais na primeira metade do século XX. Em Porto Alegre, o Serviço de Recreação Pública foi organizado para atividades recreativas de atividades físicas e culturais com preocupações em relação à educação moral, social e física; a Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Educação e Recreação em São Paulo desenvolveram atividades recreativas como meio a realização de política cultural para utilização e ampliação do tempo livre; no Rio de Janeiro (Distrito Federal) o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio volta-se para a recreação como possibilidade a ampliação do tempo de folga dos trabalhadores (Gomes, 2003).

A importância do lazer para o desenvolvimento industrial no Brasil esteve relacionado ao descanso, à formação cultural e à reposição da força para o trabalhador voltar aos postos de trabalho.

A criação dos sistemas SESI e SESC pela Confederação Nacional da Indústria e a Confederação Nacional do Comércio, autorizada pelo governo federal em 1946,

volta-se para o lazer e a formação dos trabalhadores da indústria com intervenções que buscam amenizar conflitos de relacionamento entre empregados e empregadores. Nesse mesmo período, nos EUA, a propósito, o lazer estava associado à saúde, buscando aumentar a eficiência muscular e o desenvolvimento do sistema nervoso (Peixoto, 2007).

Ao final da primeira metade do século XX, o conceito de lazer surge no Brasil, no livro de Acácio Ferreira, de 1959, com o título: *O lazer operário: apresentando a importância do lazer para a integridade das sociedades industrializadas*.

Na década de 1970, as posições críticas do lazer aparecem nas obras do francês Joffre Dumazedier, contribuindo na formação dos trabalhos do SESC. O autor brasileiro Marcellino é quem dá continuidade a suas reflexões sob um viés sociológico.

Os estudos diante da sociedade capitalista formulam e programam na cultura, na educação e nas políticas públicas mecanismos de alienação humana impressas na mercadoria. As propostas mercadológicas esboçam funcionalidade no desenvolvimento do lazer, caracterizado no momento em que o trabalhador não esteja nos postos de trabalho, ou seja, elaborando atividades e práticas para o preenchimento do tempo de não trabalho, pautado na perspectiva de utilização do tempo, atrelado à cultura hegemônica enquanto reprodução e socialização de costumes sociais alienantes.

Diante do contexto de reprodução social em que a categoria do lazer se processa nos conformes mercadológicos, as considerações que seguem no próximo capítulo relaciona a continuidade da compreensão histórica do mesmo ao contexto da crise estrutural, cenário conjuntural das implementações de novas objetivações sobre o tempo livre de caráter vigente.

2. TRABALHO E LAZER NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL.

Neste segundo capítulo, temos o propósito de explicitar o contexto atual do sistema capitalista, imerso numa crise estrutural (Mészáros, 2009), para esclarecimento do movimento vigente à prática de lazer, apreendida nos sentidos da mercadoria necessária à reprodução do capital, bem como seu caráter social de direito para corroborar as insanidades capitalistas de ludibriação do trabalhador em manutenção de sua exploração.

Considerar que o sistema capitalista construiu em profundidade uma crise contínua e permanente, não mais cíclica, anuncia a possibilidade de superação do atual modo de existência pela classe trabalhadora e consolidação de um novo modo de produção social. A necessidade de disseminar o debate em níveis de teses socialistas em meio à literatura crítica tem em sua arte o auxílio do processo de esclarecer a miséria da existência desumana dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora, excluídos e oprimidos diante da riqueza que os mesmos produzem.

A saída para a classe trabalhadora para além da social democracia e do reformismo apresenta-se no socialismo, alinhavado na organização internacional dos trabalhadores. O fim do capitalismo não está posto em estatuto de naturalidade humana; seu fim depende da organização, união e articulação da classe trabalhadora em torno de um programa voltado à superação da propriedade privada. Os fatores objetivos revolucionários estão ancorados na crise, mas dependem também de fatores subjetivos que favoreçam a disposição pela disputa do controle social para patamares de ordem socialista através de ações contundentes que quebrem a hegemonia burguesa por protestos de massas e mobilizações insurrecionais.

Os bens humanos no período de crise são modificados em acesso e produção, como por exemplo, a educação que é utilizada para garantir em parceria entre Estado e instituições privadas, as condições de produção e reprodução do *status quo* social manifestada nas reformas educacionais executadas na tentativa de saída da crise do capital. Há limites estruturais à educação de qualidade revolucionária, pois não há saída se não superar os limites estruturais do capitalismo, tendo foco no fim da propriedade privada. Esta luta requer transformações radicais no campo estatal com domínio popular da classe trabalhadora e seus interesses.

Vale retomar as colocações feitas por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista sobre a predominância da burguesia como classe hegemônica na constituição da crise em limites exploratórios, alienantes e desumanos na história da sociabilidade capitalista e suas contradições na relação entre capital e trabalho que, por essência, no modo de produção capitalista, molda as relações sociais em função do desenvolvimento do capital, esferas humanas reificadas na mercadoria.

As crises do capitalismo são associadas à superprodução e contínua expropriação da classe trabalhadora. A lógica do capital apresenta em seu desenvolvimento ações administrativas para as sucessivas crises, procurando evitar a perda da hegemonia da classe burguesa e a revolução pautada pela classe trabalhadora. Os trabalhadores, neste enredo, possuem a tarefa de escancarar o movimento contraditório do capital a fim de superá-lo como modo de produção dominante.

A intervenção estatal nas finanças mundiais soma esforços para o controle da instabilidade econômica mundial, inclusive com aparências de tranquilidade e esperanças econômicas de que a crise vai passar. Por outro lado, a desigualdade humana, que não tem como ser negada em dados reais da vida do trabalhador, e os conflitos sociais no mundo marcam questionamentos em torno da barbárie humana diante do quadro vigente de negação à terra e aos meios de transformação da natureza, bem como aos complexos sociais concretamente elaborados historicamente pela humanidade.

Agrava-se o caráter precário e flexibilizado dos postos de trabalho que se constituem em trabalho temporário, banco de horas, em cartões verdes que implicam na submissão acentuada do trabalhador ao capital e de dificuldades crescentes em projetar a vida com um mínimo de estabilidade, mesmo para os que têm trabalho assalariado, em virtude do baixo do valor do trabalho. Um bilhão de pessoas passa fome em 2009. No entanto, os governos disponibilizam os fundos públicos para socorrer os setores financeiros e produtivos (Peixoto, 2009, p.11).

Os postos de trabalho temporário, de caráter precário e flexível agravam a situação da classe trabalhadora que encontra crescentes dificuldades em organizar a vida com um mínimo de estabilidade, dificuldade sentida por aqueles que detêm o trabalho assalariado em função dos baixos salários. O estado de funcionalidade governista disponibiliza fundos públicos para ‘salvar’ setores financeiros e produtivos atingidos pela crise.

Na obra *A ideologia alemã* de Max e Engels (1846/1847), os autores esboçam que a classe que sofre com as contradições do modo de produção vigente de intensa exploração humana tem em si as condições possíveis do processo revolucionário. Como discutiremos, mais sistematicamente a seguir, a atual conjuntura evidencia o momento de crise estrutural; e a possibilidade revolucionária está associada à organização da classe proletária no movimento de tomada da ordem social.

2.1. A reestruturação produtiva em meio ao cenário atual da crise estrutural do capital

Na obra de Mészáros, *A crise estrutural do capital* (2009), estão expostos os pontos centrais de compreensão dessa crise. Desde a década de 1960, descortinando o cenário da crise que se consolidou na história, o autor vem alertando e elaborando contribuições significativas para o devido entendimento deste momento histórico, bem como as possibilidades a sua superação. Na Introdução do livro, Antunes já mostra que Mészáros:

alertava que as rebeliões de 1968 assim como a queda da taxa de lucro e o início da monumental reestruturação produtiva do capital datado de 1973 já eram ambas as expressões sintomáticas da mudança substantiva que se desenhava, tanto no sistema capitalista quanto no próprio sistema global do capital. [...] Mészáros indicava que o sistema de capital (e, em particular, o capitalismo), depois de vivenciar a era dos ciclos, adentrava em uma nova fase, inédita, de crise estrutural, marcada por um contínuo depressivo que faria aquela fase cíclica anterior virar história, embora pudesse haver alternância em seu epicentro, a crise se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural (Antunes, in Mészáros, 2009, p. 11).

Para melhor compreensão da crise, a distinção das categorias capitalismo e capital faz-se necessária, posto que o capitalismo seja uma das formas possíveis de realização do sistema do capital⁸.

O sistema sociometabólico do capital se caracteriza na divisão hierárquica do trabalho que subordina a vida ao capital. A busca eterna pelo lucro, pelo controle do

⁸ Nos períodos pré e pós capitalista, assim denominados por Mészáros, o autor explica que, tendo resultado das experiências revolucionárias do século XX, aquelas sociedades, contudo, permaneceram engendradas no sistema sócio-metabólico do capital. Vale ressaltar que as experiências citadas foram historicamente limitadas na capacidade de romper com a lógica do sistema dominante.

movimento humano vigiado, conduzido, elaborado, articulado nos moldes sociometabólicos do capital, sustentáculo da desigualdade, da exploração e da destruição da natureza, a condução desse processo em meio a elementos de segunda ordem, fruto do trabalho e determinado por vias institucionais atadas ao mecanismo de reprodução social do sistema vigente, pauta a produção e o consumo em estado de obsolescência supérflua. A crescente expansão da busca de mais-valor no contexto destrutivo de produção, distribuição e consumo descartável, sem sentido, põe o sistema sociometabólico do capital em seu limite incontrolável de degradação da vida em todos os sentidos.

Mas a necessidade de manutenção dos fundamentos capitalistas determina que, para o capital se desenvolver, ele precisa recorrer à organização do sistema que reduza ao máximo a função de uso dos bens produzidos, tornando-os obsoletos, efêmeros, necessidades vazias de sentido, alimentados ideologicamente no movimento de consumo aligeirado dos bens com baixo tempo de vida útil. A vida cada vez mais veloz em seus mecanismos de comunicação e processualidade dos sentidos que mudam a cada instante, centrada no indivíduo e suas necessidades capitais, apresenta, no momento atual, alarmante preocupação diante dos processos de destruição da natureza e de precarização estrutural do trabalho, expressão de contínuo crescimento da taxa de desemprego.

No meio do furacão da crise que agora atinge o coração do sistema capitalista, vemos a erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado, herdeiro da era taylorista e fordista, modelo dominante no século XX – resultado de uma secular luta operária por direitos sociais – que está sendo substituído pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico”, formas que oscilam entre a superexploração e a própria auto-exploração do trabalho, sempre caminhando em direção a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global. Isso sem falar na do desemprego que atinge enormes contingentes de trabalhadores, sejam homens ou mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, nativos ou imigrantes, considerando que estes últimos são os primeiros a serem mais fortemente penalizados (Antunes, in Mészáros, 2009, p. 13).

Procurando manter a ordem vigente e a exploração do trabalhador, as mudanças no campo do mundo do trabalho se expressam na ordem flexível, propondo ajustamento do mercado da força de trabalho no afrouxar dos contratos, no cenário decorado pela

terceirização do trabalhador, com retirada de direitos trabalhistas e pressionamento da classe trabalhadora à competição e conquista de seu bem-estar. O bem-estar citado relaciona-se à política que antecede o período de crise estrutural, alternativa que vigorou na política de intervenção estatal na saída da crise anterior, de 1930, posto que, no atual cenário, há algumas alternativas lançadas na condução do pensamento neokeynesiano.

O neokeynesianismo de diretrizes no sentido da privatização dos bens socialmente necessários à vida - compromisso do Estado em fornecê-los - busca alternativas em investimento do dinheiro público em setores privados, injetando capital no jogo internacional, preocupado em estabilizar o momento de crise. Porém, a característica desta crise é diferente das anteriores. Segundo Mészáros (2009), a crise é estrutural. Não há alternativas para o colapso social, ensaiadas inicialmente nos dados econômicos. A possibilidade revolucionária do socialismo é um sentido permanente deste momento, considerando-se a importância deste momento, a produção de valores de uso e de concretude funcional no tempo disponível da vida.

O sistema capitalista nos anos pós-guerras até meados dos anos 1970 desenvolveu-se em ampla escala com sua produção baseada no modelo fordista/taylorista, acompanhada da política keynesiana de bem-estar social, atingindo picos significativos no processo de acumulação e gozando de valoroso período reprodutivo de sua lógica de extração de mais-valia.

A racionalização do mercado desse modelo produtivo acompanhado de avanços significativos da tecnologia no período em questão, possibilitado por causa da alta acumulação do capital, contribuiu significativamente no desenvolvimento da economia sob o domínio das grandes potências pós-guerra, com destaque para a nação dos Estados Unidos que passou a controlar as relações econômicas.

A participação do Estado nas diretrizes keynesianas garantiu investimentos no setor privado à consolidação de seu pleno funcionamento, procurando evitar crises financeiras, pautado no acesso a bens como educação, saúde, saneamento, dentre outros, através de instituições privadas, financiadas com os recursos públicos que deveriam ser direcionados a investimentos públicos.

A sociologia empírica do lazer no Brasil esboça propostas resultantes do período de bem estar social europeu chamado de Welfare State, organização política e econômica nos moldes keynesianos. Apurado de ideias que propunham a intervenção estatal com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego, o Welfare State

acreditou que a economia seguiria o mesmo caminho, pois o desemprego seria uma situação temporária que desapareceria graças às forças do mercado. O que não aconteceu.

Buscando o bem-estar social, a economia de intervenção estatal keynesiana fortaleceu no período pós-guerra a acumulação do capital, seus exorbitantes valores, além de caracterizá-lo com aspectos de humanidade assistencialista. No campo dos direitos sociais, a classe trabalhadora alcançou algumas conquistas que, com a chegada da crise em 1970, o Estado de concessões se limitou aos parâmetros exigidos pela lógica de contínua expansão lucrativa do capital, tendo, por fim, o descontrole inflacionário nos bens de serviços e produtos.

A partir da década de 1970, o capitalismo entra em sua crise de superprodução, incapaz de seguir aumentando sua acumulação de capital via consumo e produção de mercadorias. A lógica encontrada para resolver o problema de escoamento das mercadorias estagnadas nas fábricas foi pautada na destruição. A destruição causa a necessidade de nova produção, o que, para o capital interessado unicamente no lucro, encaminha uma produção orientada para a contínua destruição. Mézáros denomina de produção destrutiva, essa produção pautada na diminuição da taxa de utilidade dos produtos, tornando-os efêmeros, consolidação da ideologia de consumo, aprofundando a criação de necessidades superficiais, fetichizadas no consumo de mercadorias descartáveis.

Com o fim da ascensão histórica do capital, as condições de reprodução expandida, do sistema foram radical e irremediavelmente alteradas, empurrando para o primeiro plano suas tendências destrutivas e seu companheiro natural, o desperdício catastrófico (Mészáros, 2003, p. 22).

O aparecimento da crise estrutural que resultou das vergonhosas contradições fundamentais do capital, bem como de seu limite estrutural de acumulação, no período pós-crescente acumulação e desenvolvimento capitalista, expressou a decadência desse processo de reprodução em estado crescente da taxa de lucro, atingindo inicialmente o sistema econômico do capital global e alastrando-se para suas demais dimensões fundamentais de funcionamento.

Conferindo a explicitação de Mézáros (2009, p.7):

[Trata-se de] Uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado.

A estratégia de guerra para reerguer o capital em crise, utilizado no século XX no confronto em massa das organizações militares, posta como possibilidade para saída da crise estrutural, é um risco para toda humanidade, significando uma violência proporcionada hoje com todo um arsenal nuclear.

O aumento da exploração do trabalhador na busca de extração de mais-valia é reforçado ideologicamente pelo neoliberalismo, política de liberação do mercado e seus investimentos no capital fictício de crédito, além de hoje contar com a participação na economia dos países que se articulavam com a extinta URSS.

Procurando responder à crise, amplia-se a exploração humana através das políticas de caráter neoliberal que encaminham privatizações das empresas estatais acompanhadas da precarização e desregulamentação do trabalho, com crescimento do setor de contrato temporário e ampliação do setor terciário, resultando em perdas de direitos sociais e financeirização da economia no contexto de disputas bélicas por área de influência.

O Estado neoliberal acaba por colocar-se como mediador econômico indispensável para a reprodução ampliada do capital. Assim, no processo de complexificação da reprodução social, com o aparecimento de novos complexos mediadores e com a tendência de crescente diversificação interna das classes sociais, o Estado intensifica seu papel econômico intervencionista do movimento global do capital.

Neste sentido, o Estado assegura a propriedade privada e encaminha os processos de trabalho, intervindo diretamente em todos os planos da vida social, articulando, promovendo e administrando o processo produtivo destrutivo, bem como a lógica ideológica da obsolescência de consumo. Tal intervenção direta no processo sociometabólico, não mais em situações de emergência, mas de forma contínua, não pode ser mantida em existência a extremada capacidade de desperdício do sistema capitalista. Para Mészáros, sua principal dimensão é o sempre crescente envolvimento direto e indireto do Estado em salvaguardar a continuidade do modo de reprodução do metabolismo social do capital.

O sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado. [...] O capital, na fase atual de desenvolvimento histórico, tornou-se completamente dependente da oferta sempre crescente de “ajuda externa”. [...] Na verdade, a crise estrutural do capital é inseparável da insuficiência crônica dessa ajuda externa, sob condições em que os defeitos e as falhas desse sistema antagonístico de reprodução social exigem uma oferta ilimitada dela (Mészáros, 2003 p. 29 - 31).

Observar que a crise estrutural do capital é irreversível, cumulativa, endêmica, permanente e crônica, sinaliza-se uma única solução: a superação das contradições que afetam o sistema do capital nas relações de produção e controle, produção e consumo, produção e circulação, competição e monopólio, desenvolvimento e subdesenvolvimento, produção e destruição, capital e trabalho vivo, expansão de emprego e geração do desemprego e produção e destruição ambiental. A intensificação dos antagonismos existentes é a tendência para este momento contínuo da crise, sendo inconcebível a superação de suas contradições, ainda mais em características sociometabólicas, portanto, restando uma alternativa radical de transição revolucionária ao socialismo.

A produção, o consumo e a circulação são três partes constituintes vitais do sistema em crise. A menor disfunção que ocorra nessas partes emperra todo o movimento do sistema, algo que, diante da crise, suas disfunções não conseguem se dissipar, tornando a crise cumulativa e estrutural. Neste sentido, o alastramento da crise a toda esfera da vida é fato que aos poucos se revela na dinâmica da luta de classes.

A sistematização dos pressupostos ontológicos referendados no trabalho e na reprodução social do capital está articulada no caráter de totalidade das categorias da realidade concreta da práxis humana. Assim, o período decorrente do atual cenário mundial de contradição, fundamentada na relação entre capital e trabalho em sua amplitude, configura a liberalização global do comércio, dos investimentos e finanças mundiais em meio à criação do capital fictício através de meios de créditos e mudanças no cenário político mundial.

A crise estrutural do capital expressa conflitos reais do processo de ampliação da produção e acumulação do capital por meio da divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos: produção e destruição da força de trabalho, dominação estrutural do capital sobre o trabalho; produção do tempo livre para reprodução e exploração do

trabalho necessário; autoritarismo na decisão do processo produtivo e a necessidade de implementação o por consensos ideológicos hegemônicos; expansão do emprego e geração do desemprego; economia dos recursos materiais e humanos acompanhado de seu desperdício, tendo crescimento da produção e destruição ambiental (Mészáros, 2003).

[...] a questão do desemprego também foi significativamente alterada para pior. Ele já não é limitado a um “exército de reserva” à espera de ser ativado e trazido para o quadro da expansão produtiva do capital, como aconteceu durante a fase de ascensão do sistema, por vezes numa extensão prodigiosa. Agora a grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter crônico, reconhecido até mesmo pelos defensores mais acríticos do capital como “desemprego estrutural” (idem, p. 22).

Diante da luta entre classes antagônicas, acirra-se o conflito entre burgueses e proletários, entendidos em nosso tempo sob a analogia do legado marxista de que os proprietários dos meios de produção, aqueles que expropriam o trabalho da classe trabalhadora, obrigam o operário a vender sua força de trabalho em meio à constituição hegemônica da cultura de reificação social; conflitos que expressam a realidade histórica e social desse sistema de exploração do homem pelo homem, da destruição ambiental e da degradação humana, estando o lazer, enquanto prática social, sustentando a defesa da propriedade privada e a lógica da exploração humana configurada no debate sobre o tempo livre no campo das ideias.

Nas décadas de 70 e 80 do século XX, conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político do processo mundial de acumulação, o trabalho é reorganizado através da flexibilização dos seus processos, produtos e padrões de consumo, caracterizando-se pelo surgimento de novos setores de produção e mercados com formas gerenciais de inovação tecnológica e comercial que destroem e reconstroem rapidamente as habilidades necessárias ao processo de trabalho. Ao mesmo tempo, o desemprego estrutural pressiona o achatamento dos salários reais e diminui as possibilidades de organização dos trabalhadores.

A expansão de novos mercados apresenta como demanda a formação do mercado do lazer acompanhado de formação profissional voltado ao mercado de entretenimento com modo de produção de tecnologia leve de base microeletrônica flexível, formação de trabalhadores polivalentes para produção de objetos diversificados

em pequena escala e um aumento na produtividade personalizada por grupos de consumo.

O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho, despojando o trabalho do operário de seu caráter autônomo, tiraram-lhe todo atrativo. O produtor passa a um simples apêndice da máquina e só se requer dele a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender. Desse modo, o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de manutenção que lhe são necessários para viver e perpetuar sua existência (Marx e Engels, 1998, p. 21).

Mais uma vez, confirma-se a participação do Estado no núcleo do sistema do capital, no qual assume a função de regular o direito dos indivíduos, especialmente o da propriedade privada, sendo um agente da organização da sociedade, conjugada no interesse nacional. Enquanto resultado do processo histórico da luta de classes, o Estado moderno participa da estrutura política do capital, viabilizando sua reprodução:

(...) é ele quem oferece a garantia fundamental de que as recalitrâncias e as rebeliões potenciais não escapem ao controle. Enquanto esta garantia for eficaz (parte na forma de meios políticos e legais de dissuasão e parte como paliativo para as piores consequências do mecanismo socioeconômico produtor de pobreza, por meio dos recursos do sistema de seguridade social), o estado moderno e a ordem reprodutiva sociometabólica do capital são mutuamente correspondentes (Mészáros, 2002, p. 126-127).

Desse modo, a democracia burguesa se expressa na sociedade política, jurídica e econômica do estado mostrando, enquanto desafio a ser enfrentado, a formulação de novas formas de atuação para a articulação das lutas sociais no alargamento da participação nas decisões do Estado e eliminando a separação entre a ação política parlamentar e a ação no campo da economia.

A partir das contribuições de Antunes (1998), percebe-se a década de 1980 como um período marcado por mudanças no mundo da produção; momento em que as relações passam a se moldar a novas configurações do sistema, iniciadas em décadas anteriores. Os saltos da tecnologia, da robótica, da automação e da microeletrônica abraçam o processo industrial fabril e encaminham novas formas organizativas do trabalho.

Os novos processos de trabalho que emergem no cenário global, perpassados pelo processo de flexibilização e especificidade no campo da produção, procuram

adequar a produção à lógica do mercado em crise. Propõem-se, nesse contexto, outras maneiras de gestão da força de trabalho demarcadas no controle de qualidade da mercadoria e, não mais em sua expressão quantitativa do modelo fordista de produção em massa. Pauta-se a participação no processo produtivo, buscando a qualidade total do serviço oferecido. Estas características, segundo o mesmo autor, são observadas na sociedade japonesa, nos países de capitalismo avançado e no terceiro mundo industrializado.

As mudanças produtivas demarcadas neste período respingam com força na classe trabalhadora, suas conquistas históricas em termos de direitos sociais do trabalho, posto que:

...estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias (Antunes, 1998, p. 16).

Compreendendo que a história é processual, dinâmica e consolidada no mundo dos homens enquanto sujeitos ativos, as mudanças que ocorreram neste período não foram diferentes: mudanças de caráter processual e dinâmico na consolidação da organização da produção, processo este chamado de reestruturação produtiva, mecanismo necessário para o capital desatar o nó de seus entraves na consolidação da extração de mais-valia.

Neste processo ganha destaque a forma organizacional de produção toytista em contrapartida à já não tão produtiva organização fordista/ taylorista. As categorias são expressões de sistemas articulados para a gestão do capital sobre a produção global. A organização do trabalho e a extração do lucro cada vez maior acarretam na exploração do trabalhador que cada vez mais produz riqueza e cada vez menos tem acesso às mesmas, além da própria degeneração das características onto-histórica do ser social.

Para melhor compreensão do referido fenômeno, é importante socializar que o fordismo foi preponderante no século XX, principalmente para o campo da indústria, pautado na produção em massa de produtos homogêneos e produção em série de fundamentação taylorista.

A inspiração toyotista de acumulação flexível propõe a desconcentração da produção, enaltecendo a produção artesanal auxiliada com o desenvolvimento tecnológico, viabilizada no sentido de atingir um público consumidor mais localizado, regional, específico em suas características e exigências. A desconcentração ou descentralização produtiva reflete a fragmentação do trabalho que, somada aos aparatos tecnológicos, esboça tanto maior controle quanto exploração da força de trabalho.

Essa transição está sinalizada a partir da aguda recessão que se instalou em 1973, enfraquecendo o modelo de produção fordista/taylorista nas transações de acumulação do capital, abrindo as portas para a chamada acumulação flexível como esboça a síntese de Harvey (1992, p. 140) apud Antunes (1998, p. 21):

Marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

Continuando nesse sentido de desvendar a acumulação flexível, é importante registrar que a mesma corrobora com o sistema capitalista de produção, mantendo três características essenciais: a primeira está relacionada ao crescimento da taxa de lucro e, na sequência, do próprio valor acumulativo do capital; em segundo lugar, este crescimento do valor capital se mantém na exploração do trabalhador, do trabalho vivo do sistema de produção; e o terceiro ponto é a manutenção das estratégias do capital em elaboração organizacional com dinâmica tecnológica (idem).

Outro elemento a se considerar da reestruturação produtiva é a negativa individualidade do sujeito social na dinâmica global. A elevação da exploração se reflete no aumento competitivo dos sujeitos entre si por postos de trabalho. A seleção dos indivíduos torna-se cada vez mais complexa, privilegiando critérios de qualidade e formação, encaminhando para o trabalhador a necessidade de qualificação profissional para a disputa de postos de trabalho ínfimos, uma vez que o período de reestruturação

produtiva, ou melhor, de crise estrutural do capital, é marcado pelo aumento da taxa de desemprego em caráter contínuo.

O advento do modo de produção baseado no toyotismo, segundo Coriat (1992, 27-30) apud Antunes (1998, p 23-24), foi fruto de quatro fases, a saber:

1. a introdução, na indústria automobilística japonesa, da experiência do ramo têxtil, dada especialmente pela necessidade de o trabalhador operar simultaneamente com várias máquinas;
2. a necessidade de a empresa responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores;
3. a importação das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram origem ao kaban⁹;
4. a expansão do método kaban para as empresas subcontratadas e fornecedoras.

Nesse sentido, trabalha-se na perspectiva de reposição de mercadorias após o consumo das que foram postas à venda, aproximando o consumo a um estado quase que instantâneo ao da produção. Os estoques são mínimos, aproveitando-se ao máximo o tempo de produção pelo *just in time*, o que encaminha a determinação do processo produtivo ao tempo certo de sua produção, logística e consumo, pautando assim uma produção enxuta a demandas específicas.

No sentido proposto de diversificação flexibilizada da produção, as exigências ao trabalhador estão na ordem da polivalência, ou seja, profissionais qualificados com diversas habilidades e competências que o conjuguem multifuncional. Porém, uma multifuncionalidade direcionada ao trabalho cooperativo em equipe, sinalizado no conjunto de trabalhadores explorados pelo capital e desenvolvendo funções diversas num contexto fragmentado e articulado nas demandas de produção, distribuição e consumo ao prazer do sistema vigente.

A flexibilização dos trabalhadores acarreta diretamente a instabilidade e a insegurança do trabalho que lhe fornece a possibilidade de sobrevivência, pois há flexibilidade dos direitos, o que esboça a quantidade mínima de trabalhadores nas fábricas, ampliando o quantitativo, caso necessário, através da produção de horas extras com trabalhadores temporários ou em estado de subcontratação.

⁹ Reposição dos produtos somente depois da sua venda.

O toyotismo na Europa apresentou-se como uma alternativa à saída da crise do capital, possibilitada por uma nova forma de organização do modo de produção capitalista, como nos confirma Antunes (1998, p. 32).

Naturalmente, formulações como a de Coriat, que defendem a introdução do toyotismo na Europa, inserem-se na busca de uma saída para a atual crise do capitalismo, visualizando em seu interior uma nova forma de organização do trabalho, uma nova forma de regulação e um novo ordenamento social pactuado entre capital, trabalho e Estado. Concepção que se sustenta, portanto, na convivência e na colaboração entre as classes sociais, relação esta concebida como cooperativa. Isto supõe, evidentemente, a incorporação e aceitação, por parte dos trabalhadores, da política concorrencial e de competitividade, formulada pelo capital, que passa a fornecer o ideário dos trabalhadores.

As mudanças causadas no cenário da produção do sistema sociometabólico do capital, reestruturadas com o propósito de manter a ordem social e econômica da dinâmica de vida dos seres humanos, atingem aspectos que envolvem a organização da classe trabalhadora, bem como o ataque as suas subjetivas elaborações.

A crise atinge também intensamente, como se evidencia, o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das suas formas de representação. Os sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva. Distanciam-se crescentemente do sindicalismo e dos movimentos sociais classistas dos anos 60/70, que propugnavam pelo controle social da produção, aderindo ao acrítico sindicalismo de participação e de negociação, que em geral aceita a ordem do capital e do mercado, só questionando aspectos fenomênicos desta mesma ordem. Abandona as perspectivas que se inseriam em ações mais globais que visavam a emancipação do trabalho, a luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, operando também uma aceitação acrítica da social-democratização, ou o que é ainda mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal (Antunes, 1998, p. 34-35).

A partir da seção V de O Capital, sob o título: “A produção de mais-valia relativa”, o pesquisador Alves (2011), orientado nos escritos de Marx, esboça que o método de produção da mais-valia relativa é caracterizado no processo de cooperação, manufatura e grande indústria. Essa característica apontada por Marx reverbera na compreensão da reestruturação produtiva como o movimento que põe ou repõe os métodos de produção de mais-valia relativa, na busca da autovalorização do valor, do lucro, em estratégias de novas formas de organização do trabalho.

Na verdade, cooperação, manufatura, e grande indústria são formas históricas de organização do capital que se repõe em cada fase de desenvolvimento do capitalismo. Os princípios da cooperação (trabalhador coletivo), manufatura (divisão do trabalho) e grande indústria (maquinaria) são repostos em sua processualidade dialética, em cada etapa histórica de desenvolvimento capitalista. Por isso, o fordismo-taylorismo, “ideologia orgânica” da organização do trabalho e da produção capitalista no século XX, que surge na etapa da grande indústria, em vez de ser mero “retorno da manufatura”, é a reposição desta forma de organização da produção capitalista nas condições materiais de grande indústria (Alves, 2011, p. 34).

As mudanças no modo de produção capitalista, introdução de novos modelos, se desenvolvem no limiar da história de maneira lenta, desigual e combinada em diversas partes do globo durante o século XX, racionalizando o trabalho vivo nos conformes de produtividade demandada pelo capital e refletindo no sentido e significado da vida social.

A reestruturação produtiva pautada nos conformes toyotista com base na especificidade flexível concebe a produção em sua totalidade social, buscando a máxima amplitude e intensidade no procedimento acumulativo. Agregada qualitativamente às dimensões dessa reestruturação - inovação tecnológica, organizacional e sociometabólica – ela possibilita a empreitada capitalista manter-se afinada em seus objetivos, constituído agora num todo orgânico de produção do capital.

A relação de produção que se opera no contexto vigente de crise estrutural força através da forma de produção, estabelecida em suas dimensões, a produção da vida social, inclusive na produção da subjetividade mediada em alinhamento tecnológico e organizacional do tempo de trabalho e do tempo livre. Este enredo é reforçado pela estrutura política que se procede na lógica do capital, sendo o neoliberalismo sua expressão de fortalecimento de domínio político, estatal e ideológico, posto que obnubilam e tomam de assalto a consciência do sujeito.

Sobre esta interferência do capital na consciência, Alves (2011, p. 36-37) citando Gramsci, fala-nos sobre o espírito do toyotismo e de seu nexos essencial.

Ao tratarmos do espírito do toyotismo e de seu nexos essencial, a “captura” da subjetividade, iremos constatar que o toyotismo é também um “fato filosófico”. É nesse sentido que Gramsci nos diz: “quando se consegue introduzir uma nova moral adequada a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também essa

concepção, isto é, determina-se uma reforma filosófica total” (Gramsci, 1984b, p.403).

O trabalho em equipe, tratado em estado cooperativo, está intrínseco no modelo de produção toyotista em suas conexões possibilitadas pela inovação tecnológica, mormente à criação de redes informacionais. Assim o tempo e o espaço de trabalho flexibilizado podem ser articulados ao sistema de produção, circulação, distribuição e consumo com mais facilidade de comunicação em grandes distâncias geográficas.

Diante da crise estrutural do capital, a reestruturação produtiva impõe o arrocho ao trabalho. As consequências do enfrentamento entre capital e trabalho se alastram nesse momento da história da humanidade. Mézáros (2007, p. 155) é quem acentua a afirmação, como expressa a citação que se segue:

Na verdade, não apenas a América corporativa impõe uma pressão implacável sobre sua força de trabalho, mas também as “personificações do capital” de *todos os lugares*. Porque as conquistas reformistas do passado tinham como premissa o contínuo *crescimento do bolo* – que aparecia sob condições econômicas favoráveis como concessões do capital, embora *já* possa existir uma questão de “reordenação do bolo em favor do trabalho”, já que o capital deve sempre se apropriar de maneira leonina da maior parte. Hoje, devido à crise estrutural do capital e ao estreitamento da viabilidade produtiva do sistema, torna-se absolutamente necessário “reordenar o bolo econômico da nação”, mais do que nunca, em favor do capital, de modo a assegurar uma “tomada do arrocho do trabalho”, em virtude da passividade e resignação da força de trabalho. Mas, o que acontece quando o trabalho se recusa a consentir uma reordenação tão implacável do bolo econômico, porque não pode mais arcar com ela, como consequência das crescentes privatizações impostas pelas formas tradicionais ou reinventadas da “economia de arrocho do trabalho”? As possibilidades de “reordenar” mesmo um bolo estacionário, para não mencionar um bolo em processo de recolhimento, têm limites bem definidos. Sem esquecer o fato de que a inatividade resignada do movimento operário não pode ser simplesmente pressuposta como algo necessário, natural e eterno em todos os países. Nem mesmo nos países capitalisticamente mais avançados. Não é surpreendente, pois, que hoje até o principal economista da Morgan Stanley tenha de falar sobre “O retrocesso do trabalhador” nos Estados Unidos, dando voz às suas preocupações relativas a uma possível “luta nua e crua entre capital e trabalho”, acrescentando que “foi-se o tempo de uma força de trabalho dócil que aquiescia a uma reestruturação corporativa drástica e destrutiva”.

A reivindicação da diminuição da jornada de trabalho neste momento histórico representa um enfrentamento às ordens do capital que exploram cada vez mais a classe

trabalhadora. Este enfrentamento não tem um caráter fraterno, visto que o sistema do capital não tem condições de conceder às bandeiras dos trabalhadores, pelo contrário: a tendência é de barrá-las, assim como, também, frear os trabalhadores em sua organização revolucionária de diretriz socialista, uma vez que a luta pelo direito ao tempo livre não pode estar descolada da luta em favor da revolução socialista e da superação concreta do sistema vigente.

2.2. A prática social do lazer em meio à reestruturação produtiva e a consequente resultante destrutiva

A reestruturação produtiva demarcada na década de 1970, momento da crise estrutural do capital, reconstitui o mundo do trabalho em sua organização, produção, distribuição e consumo dos bens. Diante desta nova configuração do processo produtivo, o lazer, composto no conjunto da reprodução social enquanto direito, intervém na educação e na cultura ideológica. Ademais, participa diretamente o escopo da mercadoria, tomando a forma de bem socialmente produzido, comercializado, propagandeado e estudado por uma diversidade de profissionais graduados e pós-graduados específicos da área.

Perceber o estado de mercadoria do lazer para o conjunto do capital intencionado ao lucro, compreendido desde então como um complexo social, bem produzido pela humanidade, fruto do trabalho ontologicamente referenciado e apropriado conforme as distinções de classe, resultado do tempo liberado do trabalho, tem um significado para o trabalhador e outro, para o capitalista.

As práticas sociais do lazer são fruto dos elementos da cultura da corporalidade elaborados historicamente. A distinção de suas apropriações está nas relações sociais que as geram e consomem, perpassadas por diferentes modos de produção e complexos sociais que engendraram em diferentes épocas a organização do tempo em função de sua produção. Assim, o lazer, neste sistema, tem função de recompor a força de trabalho, restaurando o corpo do trabalhador para que o mesmo possa render em suas tarefas diárias, compostas pela vida de cidadão comum na ordem democrática do pagamento de impostos e obediência à ordem capital (Faleiros, 1998).

O que diferencia centralmente a distinção entre as classes é a economia, distinguindo, dessa forma, a apropriação do lazer pelas distintas classes. Porém, o

consumo do tempo liberado do trabalho tem sido utilizado na produção do mercado de entretenimento, recreação, turismo, gastronomia, e outros compostos com a função de garantir a recuperação do trabalhador em todas suas esferas.

A construção de espaços cada vez mais caracterizados como de lazer está sendo vendida na sociedade. A especulação imobiliária constrói e explora cada vez mais a natureza para oferecer verdadeiros paraísos para o descanso, o lazer, o bem-estar, bem como as alternativas de saída da rotina da cidade e suas perturbações, buscando esportes de aventura, contato com a natureza, o mar, a arte, a música, enfim, prazeres significativos para que o sujeito possa manter um equilíbrio entre o trabalho que o explora e a vida que lhe é proporcionada. Porém neste, há possibilidades criativas e críticas, de sentido revolucionário, radical em sua consciência de classe.

A busca da felicidade no momento de lazer é palco de reprodução e consolidação do movimento da vida, devido ao fato da intenção de suas práticas não acontecerem desinteressadamente, mas sim, estarem determinadas por uma lógica que parte da necessidade da sobrevivência à confusão de pseudonecessidades alienantes calcadas no consumo motor do capital. Neste sentido, há um complexo movimento social que envolve o consumidor da prática de lazer e os mediadores desse investimento, interessado em promover seu trabalho, seja o professor de educação física, o animador sociocultural, o profissional do lazer, enfim, todos são financiados por empreitadas sinalizadas internacionalmente para investidas necessárias do capital.

Em contra corrente, a luta pelo tempo livre e pelo lazer genuíno não pode estar dissociada da luta pela superação das relações de produção capitalista, pois caso contrário, os avanços da classe trabalhadora se limitarão a consensos com a legislação que rege o sistema, demarcando a aceitação da estrutura mercadológica da venda da felicidade no tempo de gozo.

O lazer em práticas mercadorizadas alinha-se de modo a ofertar serviços de qualidade, diversificado e direcionado a público específico, participando do complexo de produção, distribuição, circulação e consumo.

A partir das mudanças ocorridas no processo de reestruturação produtiva, Mascarenhas (2005) articula o “mercolazer” como categoria que exprime o lazer-mercadoria como fruto da transição fordismo/taylorismo para o toyotismo, de caráter flexível de acumulação, tendo na década de 1990 sua maior expressão no Brasil.

Mesmo que manifestações do lazer sob a forma de mercadoria possam ser localizadas bem antes do início dos anos 1970, a afirmação das relações mercantis como padrão dominante, dando o contorno daquilo que estamos convencendo chamar de mercolazer, ocorre justamente no contexto em que a acumulação flexível emerge como um processo de reestruturação das relações econômicas, políticas e culturais, impulsionando a decisiva universalização do capitalismo. Nesta direção, reafirmamos que tais mutações se evidenciam em nosso país principalmente a partir da década de 1990, momento em que o governo se subordina mais intensamente à globalização, não só dissolvendo as fronteiras que antes limitavam a expansão e livre circulação do capital divertido, mais do que isso, financiando grande parte dos empreendimentos da grande indústria do lazer (Mascarenhas, 2005, p. 150-151).

Ao apresentar sua tese, o autor mostra que o lazer se processou em categoria de direito social do tempo livre para o mercolazer do tempo de consumo, articulando as mudanças econômicas da produção às mudanças culturais da vida social, como revela a seguir:

Em articulação com o econômico e o político, atuando junto com o aumento da exploração do trabalho, com a redução das utilidades das mercadorias e com a desintegração dos direitos sociais, formando uma só totalidade racional, no plano da cultura, corrobora ainda como determinante fundamental na mercantilização do lazer, a relativização do luxo e da necessidade, dinâmica que se delineia pelo apelo ao consumo indiscriminado e permanente redefinição dos chamados estilos de vida. Trata-se de uma mudança qualitativa no comportamento de amplos setores da população, particularmente, naquilo que se refere aos hábitos de consumo, expressão de uma avaliação positiva do supérfluo. O que se evidencia, portanto, é um processo de legitimação do luxo, aqui considerado como o consumo de bens e serviços de segunda ordem, outrora moralmente condenado (idem, p. 113-114).

Os fundamentos e expressões impressas no lazer mercadoria, no quadro da crise estrutural do capital, traduzem o amoldamento que o mercado industrial do lazer-entretenimento tem imposto nas configurações atuais de desenvolvimento mercantil da fruição do prazer para consolidar a alienação, aprisionamento acrítico e reproduzidor da lógica social vigente.

O que se apresenta é que a tendência preponderante do lazer é seu viés mercadorizado, respaldado no vazio de conteúdos educativos e carregado de coisas, objetos, produtos ou serviços em sintonia com a lógica hegemônica da economia global envolvido no consumo da mercadoria fetichizada.

Mas o que se produz e consome no âmbito do lazer capital são elementos da cultura enviesados em apropriações acrílicas e alienantes do processo de reprodução social. A produção do lazer voltada para o consumo da cultura alienante contribui na dinâmica produtiva de bens tornados rapidamente obsoletos, efêmeros, superficiais, sem sentido à vida humana calcada na experimentação de serviços relacionados à qualidade de vida.

Ao considerar a cultura como complexo social fundado no trabalho, categoria elaborada pelos homens em seu desenvolvimento histórico, apropriado e moldado ao gosto do capital, atesta-se que esta internaliza determinações subjetivas sociometabólicas de reprodução do capital. Logo, apreender o movimento social da história humana por modificações no âmbito da cultura, bem como perceber a sociedade industrial avançada como a sociedade de consumo é por limites à compreensão da totalidade sociometabólica do capital, empreendedora ideológica da produção, circulação, distribuição e consumo.

Assim, vale relembrar os pontos apresentados no primeiro capítulo, pois considerar o lazer enquanto mercadoria requer observar o caráter ontológico do ser social e a centralidade da categoria trabalhista para seu desenvolvimento: a mercadoria lazer não é fruto da cultura do consumo, mas, mediação necessária para consolidação do consumo ideológico e cultural das subjetivações e objetivações do capital. O consumo não é simplesmente cultural, mas, consumo do trabalho humano, da força de trabalho do trabalhador que agrega valor ao lazer na sociedade complexa de industrialização avançada, tecnológica e sociometabolicamente articulada.

As considerações sobre a crise estrutural do capital, neste momento atual da conjuntura global do sistema capitalista diante da reestruturação produtiva nos moldes flexíveis do mercado sinalizados por Mészáros como produção destrutiva, atrelam disfunções ao lazer no processo de reposição/ potencialização da força de trabalho (fruto do tempo livre, conquista da classe trabalhadora para fruição criativa de sentidos da vida e a organização da classe), sendo, portanto, elemento mediador de segunda ordem, fundado no trabalho, síntese de múltiplas determinações. A conjectura do lazer inicialmente dado enquanto direito social ao gozo do tempo livre vem historicamente sendo apropriado pelo capitalista no intuito de dominação e maior exploração do trabalhador.

A priori, o tempo liberado do trabalho para a organização dos trabalhadores em meio à exploração de jornadas de trabalho exorbitantes em condições precárias de trabalho abstrato, o tempo livre, foi configurando-se enquanto tempo/espço de consumo de mercadorias, bem como assumindo as características de mercadoria produtora de mais-valia através da exploração do trabalhador que o produz para consumo por outros sujeitos enquanto bem mercantilizado à indústria do entretenimento.

O que importa ressaltar neste momento é o caráter que o lazer assume em meio à crise estrutural do capital, sendo este, além de um direito social enviesado a garantir tempo e espaço de divertimento, um descanso e desenvolvimento cultural e social pela política pública que esboça no contexto novos mercados produzidos para dinamizar o processo de acumulação do lucro.

Vale reafirmar, ademais, que o mercado sinalizado neste contexto está relacionado à indústria do entretenimento, diversão e prazer, voltado estritamente não só ao consumo de bens socialmente elaborados pela humanidade, mas na produção empreendedora de empresas voltadas à exploração do trabalhador e extração de mais-valia em seu trabalho abstrato.

O que se consolida são investimentos consoantes à lógica reprodutora do capital, à utilização do tempo livre enquanto mercado ascendente para difusão, produção, consumo de prazeres, momentos de felicidades, tentando camuflar perspectivas críticas ao trabalho alienado.

No trabalho de Padilha (2000), a autora explora o contexto concreto do trabalho e do desemprego em meio à sociologia do trabalho e do lazer, apresentando a impossibilidade do tempo de não trabalho, ou tempo livre, ou mesmo o lazer, de ampliar, no modo capitalista de produção, a fruição da liberdade, da criatividade, da vida cheia de sentido e da felicidade. A discussão que envolve o trabalho, o lazer, o tempo livre, a jornada de trabalho, aglutinados no mundo do trabalho, esboça, segundo a autora, que “as transformações em curso no mundo do trabalho – sobretudo as inovações tecnológicas e organizacionais – engendram necessariamente uma nova maneira de gerir o tempo de trabalho e, conseqüentemente, o tempo de não trabalho” (idem, p. 15).

O movimento de exploração humana no modo de produção, seja no tempo de trabalho ou de não trabalho, suscita a impossibilidade de emancipação humana no

capitalismo. Acresce ainda que, no tempo livre organizado e gerido pela lógica do capital, o homem obedece unicamente ao produtivismo e, no limite, ao consumismo, diante do trabalho desprovido de sentido. Nas palavras da autora:

Parece improvável que o homem possa transformar o seu tempo livre em momentos que propiciem uma autêntica individualidade, na medida em que ele está inserido na sociedade capitalista, cuja lógica de valorização do capital privilegia o produtivismo e o consumismo desenfreados, em detrimento das efetivas necessidades humanas e sociais.

Essa lógica, entendida aqui como expressão da “racionalização econômica”, altera totalmente os princípios do trabalho como necessidade vital para o ser humano e o transforma em uma atividade desprovida de sentido. O estranhamento, o fetichismo e a barbárie aparecem como resultado do capitalismo moderno e também como forma de mantê-lo, tornando necessário pensar e repensar não só o trabalho como também o que não é trabalho, do desemprego ao tempo livre.

Assim, a conquista efetiva do tempo livre potencialmente emancipador depende de uma profunda mudança nas estruturas econômicas, política, social e cultural da sociedade moderna, de forma a ferir esta lógica do capital. Seria preciso ultrapassar o reducionismo economicista que direciona as práticas governamentais e empresariais no mundo todo para que esferas muito mais amplas da vida humana fossem valorizadas (idem, p. 17-18).

No sentido da emancipação humana, faz-se necessário a ruptura completa com a lógica vigente e destrutiva do sistema capitalista, sua gerência basilar na propriedade privada, domínio e controle da riqueza produzida humanamente pelos trabalhadores em meio à exploração da natureza.

O consumismo, enquanto forma ideológica de encaminhar a mobilidade contínua do capital, se expressa também num outro texto da mesma autora, no qual, ao discutir sobre o *shopping center* como a catedral das mercadorias, referencia a relação lazer e consumo na lógica capitalista de produção.

O *shopping center*, cenário do capital urbano visto em processo de remodelação urbana, apropria a promoção do consumo e recorre ao lazer como atrativo, buscando respaldar nas compras o sentido do prazer; e nesse processo:

acaba por dificultar a tomada de consciência dos conflitos sociais e econômicos, do imperialismo norte-americano, dos riscos trazidos pela globalização e pelo desenvolvimento tecnológico sem limites, da manipulação do “tempo livre” pela via de consumo etc. (Padilha, 2006, p. 26).

Ao incorporar no *shopping center* o centro de lazer ao divertimento, submete-se o lazer ao mercado do entretenimento. A conversão do lazer em mercadoria é tendência do modo capitalista de produção, tendo em vista que o sistema visa a explorar o homem, mercadorizando todos os bens social e historicamente elaborados. Não há distorção das necessidades humanas em meio ao modo de produção. O que ocorre é a apropriação indevida do capital sobre a riqueza produzida pelos trabalhadores, bem como sua desapropriação da vida em todos os sentidos.

A compreensão de que o trabalho, no modo capitalista de produção, reduz a vida a mais um meio de produção que o capitalista adquire no mercado para produção de mercadorias, produzindo mais valia e trabalho estranhado, bem como a explicitação da relação necessidade, produção e consumo, evidencia que a produção humana não está mais atrelada à realização das necessidades, porém, mais do que nunca, na história dos homens para a acumulação do capital.

Outro ponto importante a ser levantado diz respeito ao fetiche das mercadorias, desprovidas de sentido e caráter social de sua produção. Nesse sentido, a necessidade de liberdade e emancipação humana conjuga-se no limiar revolucionário da classe trabalhadora.

Retomando as contribuições de Mascarenhas sobre o mercolazer, o autor apresenta a “lazerania” como uma oposição à tendência de mercado, vista sob a ótica da formação crítica, exercício da cidadania em sua vivência social, expressando em programas sociais de políticas públicas o viés da garantia do direito ao lazer, bem como a organização de grupos sociais articulados na intervenção crítica. Este ponto será mais bem tratado no próximo capítulo e apresentado no conjunto das elaborações sobre a cidadania e o Estado de direito.

Em síntese, a lógica do capital utiliza o tempo livre ou lazer para alcançar maiores índices de exploração humana, extraindo mais-valia em todos os momentos da vida, atacando e pressionando cada vez mais a classe trabalhadora à barbárie.

3. LAZER, DEMOCRACIA E EMANCIPAÇÃO: APROXIMAÇÕES PRELIMINARES.

Diante das mudanças em curso na história da humanidade e da condução das determinações em meio a mediações cada vez mais complexas do contexto social (cenário já apresentado com a crise estrutural do capital e a reestruturação produtiva de caráter destrutivo em período que aprofunda a exploração do trabalhador em meio a retirada de direitos e conquistas históricas da classe), propõe-se a “lazerania¹⁰” em permanente construção.

O complexo quadro de mudanças no sistema tecnologicamente avançado a contradição com o número de desempregados e pessoas vivendo no quadro de miserabilidade é contrastante ao nível alcançado pelo sistema de desenvolvimento das forças produtivas, capazes de garantir bem-estar a todos os seres humanos.

O avanço das empreitadas violentas do capitalismo frente ao ser humano é alargado em seu processo produtivo e destrutivo da obsolescência de produtos e serviços fetichizados incapazes de fornecer ao sujeito elementos suficientes para seu desenvolvimento enquanto sujeito histórico e satisfação de suas necessidades, posto que a maior necessidade que importa para o capitalismo é a contínua acumulação.

A criatividade destrutiva do capital tem acirrado cada vez mais a luta de classes por afronta aos direitos humanos, desabilitados em meio à política neoliberal, apontando necessidade urgente de reorganização da classe trabalhadora para o enfrentamento aos ataques do capital aos direitos dos trabalhadores. A proporção de privatizações e falta de recursos, investimentos necessários à educação, saúde, moradia, e outras necessidades básicas de direito social estão sendo violadas e substituídas à lógica competitiva, individual do livre mercado, posto a uma economia globalizada de desigualdade social e miserabilidade humana.

A reivindicação do lazer enquanto direito social, organizado e desenvolvido na política pública de Estado, pautado em relação com a educação e a cultura, promessa de garantia social a formação do cidadão ao acesso aos bens culturalmente elaborados pela humanidade, está na roda do jogo político neoliberal de retirada de direitos, assegurando

¹⁰ Mascarenhas (2005)

em contrapartida projetos como megaeventos esportivos¹¹ ao gosto do sistema sociometabólico do capital.

Além dessa empreitada megaescravizante da classe trabalhadora, o lazer em forma de mercadoria corresponde ao conjunto dos arrochos sinalizados pelo sistema na crescente taxa de exploração do trabalho, pautado em flexibilização e fragmentação do tempo livre para o aumento da velocidade do giro do capital na economia global, acelerada na produção de bens com baixa taxa de utilidade, obsoletos e descartáveis produtos que assombram a destruição em massa do planeta.

O complexo social formado em meio à crise estrutural, a reorganização da produção e o Estado de política neoliberal, programa a liberdade de mercado, desregulamentando as relações entre capital e trabalho com diminuição de impostos, barreiras comerciais e redução dos investimentos em políticas sociais.

Apesar de não ter sido vivenciado no Brasil o *Welfare State*, os traços nacionais da política se assemelham ao Estado de bem-estar social, espelhando-se em políticas de países centrais as suas ideologias e medidas de modernização e desenvolvimento, divulgadas nos países subdesenvolvidos periféricos do contorno capitalista, propondo melhores condições de vida, seguindo o modelo norte-americano em estado hegemônico no pós-segunda guerra mundial, sinalizando nas empreitadas internacionais das organizações um mundo padrão de desenvolvimento e louvor ao modo capital de rezar.

Neste sentido, Mascarenhas (2004) sinaliza que a conquista de direitos e o reconhecimento do indivíduo como cidadão não foram unicamente resultado dos consensos internacionais dos órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT); são consequências advindas da batalha social. No ano de 1948, a assembleia geral da ONU, em declaração universal dos direitos do homem, declara o lazer como direito de todo cidadão. Citando Ribeiro, Ferraro e Veronez (2001, p. 40), Mascarenhas (2005, p. 76 – 77) diz que:

embora tenham prevalecido, naquele contexto, os interesses do capital, os direitos sociais devem ser igualmente considerados como um avanço conquistado pela organização dos trabalhadores, pois “o Estado social, ainda que bastante criticado pela sua burocratização e pela individualização dos direitos, significou, em muitos casos, a universalização das possibilidades de acesso ao trabalho, à educação e ao lazer”. Mesmo que no Brasil o pleno emprego nunca tenha se

¹¹ Consolidação da Copa do Mundo no Brasil em 2014 e Olimpíadas em 2016.

concretizado, que somente três redes de atendimento universal – a educação básica, a saúde e a previdência – tenham precariamente sido implementadas e que, para o direito ao lazer, uma solução originalmente brasileira tenha sido construída, com instituições como o SESI e o SESC – auxiliados por sindicatos, outras tantas entidades recreativas de classe, clubes sociais e mais algumas instituições particulares, todos contando com subvenção estatal – incumbida pela difusão e implementação das ações desenvolvidas para o setor, os ecos do que se declarava no centro foram ouvidos na periferia.

A investida dada nos setores sociais propunha uma maior rentabilidade das forças produtivas. Assim, o lazer, em conjunto com outros serviços sociais, acaba por contribuir para a lógica do capital em seu processo reprodutivo da força de trabalho em meio à produção fordista de acumulação. Sentido por volta de 1970, à maneira de acumulação e estagnada na crise de superprodução do capital, o modelo da política de bem-estar social é substituída aos conformes do mercado regulador do movimento contínuo do capital.

Por volta da década de 1990 no Brasil, a política neoliberal de caráter privatista dos bens socialmente necessários (dever do Estado em oferecê-los no caráter público) sofre diversos ataques, pautados na retirada de recursos e investimentos públicos no setor público de direito social do cidadão, arraigando a posição do Estado frente à lógica burguesa de governar. Neste quadro inerente à realidade social no Brasil por volta do fim do século XX, verifica-se o aumento do número de desempregados e a crescente demanda de contratos terceirizados e desvinculados de qualquer obrigação de garantia de direitos trabalhistas.

Nesta perspectiva, os bens e serviços de lazer tornam-se acessíveis apenas para uma minoria, apresentando-se como um tipo muito específico de propriedade. Somente de posse deste “direito”, adquirido numa relação de compra e venda efetuada no mercado, nem sempre de modo direto, que o cidadão consumidor, como “proprietário”, pode valer-se do direito o consumo, usufruindo, desfrutando, fruindo ou gozando de um determinado complexo de experiências lúdicas proporcionadas por aquilo que doravante convencionaremos chamar por “mercolazer”, forma contemporânea e tendencial de manifestação do lazer como mercadoria (Mascarenhas, 2005, p. 79-80).

Tratando como uma transição do lazer enquanto direito social ao lazer como mercadoria, o autor sobrecarrega o sentido embutido no lazer mercadoria para a lógica

vigente do capital que tenta se safar a qualquer custo de sua crise. Neste sentido, prossegue afirmando que seus valores de antes já não são os mesmos de hoje.

Seus antigos atributos ou valores de uso sociais, dentre os quais podemos citar o descanso, a diversão ou o desenvolvimento (Dumazedier, 1976), atrelados ou não a propósitos de cunho romântico, moralista, utilitarista ou compensatório (Marcellino, 1987), muito pouco ou nada valem no atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Em larga medida, cederam espaço ao “mercolazer”, do qual não se espera outra coisa senão a realização de um valor de troca, o “salto perigoso” em direção ao equivalente geral, momento final do giro do capital em que se resgata a mais-valia e se conferem os lucros, objetivo essencial da crescente e heterogênea indústria do lazer (idem, p. 80).

No sentido de amenizar a situação, projetos desenvolvidos de caráter filantrópicos, muitas vezes organizados e gerenciados por organizações não governamentais (outra demanda que cresceu nos últimos tempos, tentando solucionar as falhas deixadas pela administração pública do Estado), encaminham atividades de cunho educativo, cultural e de lazer para solução de problemas sociais como, por exemplo, a situação de vulnerabilidade social da juventude perante a violência urbana.

Marco da lógica neoliberal, a desresponsabilização do Estado na implementação de políticas sociais gera problemas em decorrência da exclusão social e falta de assistência social, passando pela situação de naturalidade à vergonhosa situação de milhares de trabalhadores no país. O resultado de tanto descaso por parte do Estado nas políticas sociais de lazer, demarcadas na utilização dos espaços públicos como praças, parques, quadras e campos, é entregue ao recanto burocrático da impossibilidade de realização de suas efetivas restaurações ou melhorias para a vivência do tempo livre pela população.

Corroborando com a fragmentação das políticas sociais públicas, o fortalecimento das ONGs e do terceiro setor, majoritariamente, assentado no pragmatismo e particularismo das mudanças pontuais, em um processo de focalização das ações, impotente ante a necessidade da organização da luta em favor de valores ético-políticos universais, mas capaz de aliviar a pobreza para garantir a institucionalidade, encontra-se em perfeita sintonia com os princípios e valores da modernização capitalista, isto é, flexibilidade, competitividade etc. (Mascarenhas, 2005, p. 82).

Nesse sentido, o capitalismo em estágio avançado das forças produtivas conduz as mudanças em meio a reformas sociais, consolidando patamares culturais da ideologia dominante, acertada na criminalização dos movimentos sociais, na naturalidade das desigualdades sociais e desintegração da noção de direito social. Os investimentos no sentido de controle social, assegurando e freando a violência por parte da população, estão envolta nos projetos de lazer, entendidos e encaminhados para amenizar os conflitos sociais, pautando a erradicação da violência.

Diante de tantos problemas a enfrentar no cotidiano da vida, pautados em paradigmas pragmáticos de soluções e enfrentamentos a lógica corrente da política e economia desenvolvida internacionalmente em sua totalidade, alcançando em território nacional a continuidade dos desmandes de órgãos como Banco mundial, FMI e outros para acertar a política nacional, envolvendo neste contexto o lazer, conquista dos trabalhadores, a cidadania é posta como uma grande conquista pelo autor da “lazerania”.

Preocupação que tem viés conecta, com a educação e a cultura, elementos intrínsecos nas demandas de lazer construtivo, utilizado na elaboração crítica dos sujeitos, pautado na socialização de práticas e atitudes transformadoras em pautas locais de comunidades e coletivos reorganizados por vivências carregadas de criticidade à demanda da reivindicação do direito social no tempo livre de crianças e adolescentes, público alvo das empreitadas filantrópicas do lazer empobrecido da escala do “mercolazer”.

Procurando encaminhar uma proposta objetiva, Mascarenhas (2005, p.85) apresenta o principal objetivo para o momento na história do enfrentamento, da luta popular:

Assim, julgamos que o principal objetivo, para o momento, é radicalizar a democracia, o que requer a formação de uma sociedade civil nova e verdadeiramente autônoma, com o fomento à multiplicação de espaços e mecanismos para o exercício, conquista e consolidação de uma cidadania organizada. É hora para a “guerra de posições”, minando, pouco-a-pouco, o poder, o alcance e a influência ideológica dos neoliberais.

O enfrentamento se dá à política neoliberal implementada no Brasil com grande força na década de 1990 e encaminhada continuamente nos anos seguintes: a obediência à ingerência internacional do capital. Porém, o enfrentamento, diante da

crise estrutural do capital está posto à estagnação da produção da lógica destrutiva do capital, sinalizada em todas as esferas da vida.

Na continuação, o autor apresenta os desafios postos à conquista da “lazerania”, entrelaçando o lazer e a cidadania em relações de cunho interdisciplinar.

Em nosso campo específico de luta política, no que diz respeito à conquista da “lazerania”, o desafio consiste, nesse sentido, em converter cada espaço, cada equipamento e cada programa de lazer em verdadeiras casamatas da “vontade coletiva”, da autodeterminação popular rumo a uma nova direção política, da “reforma intelectual e moral” para uma nova direção cultural, um modo de conceber a vida e o mundo definido no jogo das forças sociais, com indivíduos e coletividades protagonizando a luta pela emancipação frente às estruturas de dominação e alienação, conquistando, dia-a-dia, uma participação cidadã que acumulam saberes, habilidades, métodos, estratégias, experiências, enfim, instrumentos de poder que reivindicam direitos, reconhecem determinações e reclamam transformações (idem, p.86).

Na continuidade de reflexão crítica a respeito do assunto, a crítica à cidadania será posta a partir de Tonet (2005) como contraponto às proposições apresentadas até então, procurando clarificar os enredos que conjugam na cidadania uma conquista rumo à revolução socialista.

A cidadania na ótica liberal pressupõe que todos os homens são iguais e livres por natureza, sendo a desigualdade social vivenciada pela humanidade fruto do desdobramento das igualdades e liberdades individuais, posto no conflito existente naturalmente entre os homens. A desigualdade é, então, algo intrínseco ao próprio homem; e qualquer tentativa de suprimi-la põe em risco a supressão do próprio homem, sendo necessário apenas podar os excessos da desigualdade, pondo a mesma em equilíbrio social na ordem do conflito das classes antagônicas.

O Estado apresenta-se como mediador para que todos possam ter acesso ao mínimo de riqueza humana produzida, limitando o alargamento da desigualdade social, mediando conflitos e equacionando as diferenças entre as classes sociais.

As igualdades dos sujeitos cidadãos são postas a partir da comunidade política organizada pelos homens, esta por sua vez atribui a seus membros, individualmente postos, seus direitos e deveres, sendo neste sentido referido ao cidadão uma estrutura sustentada no princípio da legalidade jurídica. Ao concluir esta ótica sobre a cidadania e seus autores, Tonet (2005, p.84) nos diz que:

O que importa é que em todos eles encontramos como pressuposto o indivíduo autocentrado (egoísta) como unidade social última e irreduzível. O ponto de partida é a concepção de indivíduo como um ente ontologicamente anterior e fundante da sociedade, com todas as consequências que daí deriva. Uma das principais consequências é exatamente o fato de que a *socialidade* (estado de sociedade) passa a ser instaurada pelo momento jurídico-político, quer dizer, os homens só passam a existir como sociedade (antes disso viviam no “estado de natureza”) no momento em que entra em cena – por meio do contrato social – a dimensão jurídico-política. Tudo isso não é nenhuma novidade. O que é novo é o caráter de naturalidade, de verdade absoluta, de inquestionabilidade de que esta ideia é revestida. É considerada uma verdade tão evidente como o fato de que dois mais dois são quatro, de modo que não faria nenhum sentido questioná-la. O direito e a política são, portanto, uma conquista insuprimível e positiva da humanidade e seria impensável uma sociedade sem estas duas dimensões. É também esta ideia que confere à dimensão jurídico-política o caráter de princípio decisivo de inteligibilidade da totalidade social e da atividade humana. Ser cidadão é, pois, ser membro de uma comunidade jurídica e politicamente organizada, que tem como fiador o Estado, no interior da qual o indivíduo da qual o indivíduo passa a ter determinados direitos e deveres. Do mesmo modo, e explicitamente para os clássicos e implicitamente para os contemporâneos, os indivíduos são essencialmente rígidos pelo interesse pessoal, o que faz com que as desigualdades sociais sejam uma consequência inevitável do processo social.

A continuidade das pontuações sobre a cidadania e a esquerda democrática que tinha como foco as ideias mestras do tema de tempos anteriores ao modo capitalista de organização da vida na qual havia cidadania, como exemplo, a cidadania grega, seus direitos e deveres frente à sociedade, era sustentada no trabalho escravo. Dessa forma, apresenta-se que não há vínculo essencial entre cidadania e capitalismo.

A cidadania, como um direito social aos bens socialmente necessários a vida, não é um dado acabado na forma de sociabilidade capitalista, pois os direitos sociais são fruto da luta de classes em constante enfrentamento cotidiano com ganhos e perdas, avanços e recuos no campo da luta. Portanto, o processo histórico em que o capital cede o mínimo para manutenção do controle social está disposto à retirada imediata das conquistas dos trabalhadores no momento em que estiver em xeque a reprodução contínua do sistema do capital.

Outro caráter dado à cidadania e a democracia, é que estes são valores universais; não se tratando, portanto, de valores burgueses. Nesse sentido, a forma de sociabilidade é indefinidamente aperfeiçoável, aberta e histórica (processo que lembra

constantes mudanças de caráter reformista no sentido de moldar a sociedade em níveis de igualdade, fraternidade e liberdade).

O que se expressa no caráter aberto, contínuo de sentido reformista é que não há significados de superação à dimensão da política e do direito. Porém, a plenitude do estado democrático e do cidadão só pode realizar-se com a erradicação do capital. A conjugação da cidadania plena incorpora os direitos civis que, por sua vez, não são suficientes para a realização da emancipação humana, pois a elaboração dos direitos democráticos se choca com a lógica do capital.

Assim, a emancipação humana só pode realizar-se em uma sociedade sem classes, ou seja, na sociedade socialista que é a expressão da soberania popular. Porém, a emancipação acaba por se apresentar também como as lutas processuais sem fim definido, uma constante no interior da sociabilidade humana na busca pela autêntica liberdade.

As observações críticas levantada neste trabalho seguem a linha do exame do processo social, portanto, a exposição do conjunto de objetivações que constituem a cidadania no caráter de sua totalidade, enquanto categoria presente no enredo da realidade concreta, pautada em meio à crise estrutural do capital por determinações que englobam as políticas públicas de esporte, lazer, cultura, educação e turismo, bem como nas empreitadas de parceria público privada de ordem democrática ao alcance da igualdade.

Seguindo as considerações de Tonet (2005), faz-se importante frisar o caráter da totalidade no exame do processo social que tem como eixo a autoconstrução humana, observar a gênese histórico-ontológica para desvendar a natureza e a função que a cidadania cumpre na reprodução social.

A cidadania está relacionada ao processo de emancipação política. Esta, por sua vez, desenvolvida historicamente desde os gregos, romanos e modernos na dimensão relacionada a existência humana, incorporada em sentido irrevogável, apresenta em sua função a administração e organização do bem comum, podendo os homens através da política expressar seus conflitos e sua diversidade sem torna-los motivos de guerra ao extermínio recíproco, como diz Chauí (1997, p. 370) apud Tonet (2005, p. 91): “o modo pelo qual os humanos regulam e ordenam seus interesses conflitantes, seus direitos e obrigações enquanto seres sociais”.

A mesma autora aponta que a política não é uma criação da sociedade sem classes, justa e feliz, mas uma alternativa as diferenças, aos conflitos e a contradição que se arraiga na sociedade, sem nega-las diante do poder, ou estagnar o tempo às mudanças. Neste sentido a concepção mais difundida sobre a política está imersa em sua dimensão social insuperável, o limite a autodestruição humana e o aperfeiçoamento a convivência social.

Porém, para Marx, a política tem caráter negativo no processo de autoconstrução humana, posto que a mesma “nem faz parte da natureza essencial do ser social, nem é uma dimensão insuperável dele” (Tonet, 2005, p. 92).

Para ele o caráter essencialmente negativo da política significa, apenas, que ela é uma expressão da alienação – (...) – e como tal, em última análise, um obstáculo à plena autoconstrução humana. E que, mesmo quando realiza uma tarefa positiva, como no caso da destruição do poder político da burguesia por parte da classe trabalhadora, esta tem uma dimensão de negação, de eliminação e não de construção positiva da nova ordem social (idem).

Considerando o processo social da história dos homens, os primórdios da humanidade enquanto comunidades em dinâmica de desenvolvimento das forças produtivas, a condições objetivas em determinado momento pautadas na crescente produtividade que tem enquanto fruto a divisão social do trabalho e suas diretrizes mercantis de compra e venda do trabalho, divisão das classes sociais entre proprietários e não proprietários dos meios de produção há necessidade de mediação do Estado e seu poder jurídico e político.

Contudo, o poder político engendrado no Estado, sinalizado por Marx (1998), corresponde ao poder de uma classe para opressão da outra, levando-se em consideração de que o mesmo fala do poder político na ordem do Estado burguês, pois a política em sua totalidade representa força social elaborada nas atividades humanas objetivadas sobre caráter funcional.

Ao perceber o conjunto de elaborações pautadas na política do Estado de caráter neoliberal, sua funcionalidade nada mais expressa que os processos conformes de corroboração ao mecanismo da lógica social em sentido ideológico e permanente da defesa da propriedade privada e da economia global do capitalismo destrutivo dos trabalhadores.

No sentido positivo da produção humana, a política apresenta a possibilidade de mediar os conflitos existentes, limitando a destruição em massa dos homens por meio da guerra, evitando assim sua autodestruição. Além disso, a intervenção crescente nos processos democráticos na disputa pelo poder põe na política o sentido de supressão da arbitrariedade no exercício desse poder (lembrando que há nesse processo a necessidade da intervenção da classe trabalhadora em sua agenda de luta e enfrentamento das determinações do Estado). Por fim, há a possibilidade de autoconstrução da individualidade complexa, determinada e determinante dos encaminhamentos e procedimentos referenciados à política (Tonet, 2005).

Assim, a emancipação política posta na cidadania coloca em xeque a formação da individualidade em sentido crítico e construtivo da consciência de classes, do enfrentamento às posições idealistas dominantes de consolidação à reprodução social da desigualdade e dos limites postos aos acordos de não destruição nuclear da humanidade.

Posto à compreensão de que a liberdade humana nos conformes cidadãos limita-se à liberdade de posição, de pauta crítica e coerciva do enfrentamento na luta de classe. Todavia, ontologicamente, a política está sobre domínio das objetivações econômicas em curso, o que esboça a necessidade do enfrentamento a economia internacional hegemonicamente consolidada na sociabilidade capitalista.

A sociabilidade capitalista em processo no sistema sociometabólico do capital vem desde sua gênese pautada na compra e venda da força de trabalho, tratado nos conformes abstratos do valor de troca e acúmulo de capital por meio da extração de mais-valia, tempo de trabalho explorado do trabalhador pelo capitalista no lucro dos bens produzidos.

A consolidação do mercado de trabalho e toda lógica do modo de produção vigente tem em sua natureza a geração de desigualdade social, revelados na conformidade de indivíduos proprietários da riqueza produzida no trabalho acumulado e, por outro lado, no indivíduo proprietário apenas de sua força de trabalho: sistema estrutural que subordina os detentores da força de trabalho, os trabalhadores, aos proprietários dos meios de produção. Assim, a relação capital e trabalho expressa a reprodução da desigualdade social.

O que se reforça no desencadear da reflexão é que o ato produtivo é cerceado no trabalho abstrato, na construção social do trabalho humano enquanto mercadoria, caracterizado na vida do trabalhador como único meio de satisfação de suas

necessidades, enquanto os capitalistas compram sua energia, sua força manual e intelectual, consomem a riqueza produzida em estado de tecnologia avançada para satisfação de suas necessidades, ficando negada ao trabalhador o gozo e usufruto dos bens que ele mesmo produz. Neste sentido, negar o trabalho abstrato em sentido ontológico de totalidade ao sistema produtor de mercadorias é um dos primeiros pontos a serem acertados na busca da autoconstrução humana.

Essa característica do trabalho na sociabilidade capitalista mantém no viés ideológico da reprodução social o caráter alienante da consciência. Contudo, a alienação não é fruto apenas de complexos processos ideológicos de domínio da consciência do trabalhador, mas é fruto do complexo processo do mundo material em escala produtiva do trabalho assalariado e conseqüentemente da divisão do trabalho. A partir dos escritos: *Manuscritos econômicos e filosóficos* e *Ideologia Alemã*, Tonet (2005, p. 104) corrobora com a posição marxiana conforme a citação abaixo:

Sendo assim, embora a alienação como fenômeno da consciência seja de fundamental importância, ela não é apenas e nem principalmente um problema de consciência. Antes de mais nada, ela é um fenômeno que brota do mundo material, ou seja, de determinadas relações concretas que os homens estabelecem entre si no processo de trabalho.

A desumanização, a negação dos fins de liberdade, igualdade e fraternidade, a contradição posta nos processos sociais colocam em questão a dinâmica das relações humanas contraditórias como naturais, insuperáveis à lógica social vigente, pois o acerto objetivo está na construção de sujeitos individuais proprietários e donos de seus destinos, lançados no mercado competitivo do trabalho assalariado, desligados de consciência crítica de sujeitos pertencentes ao gênero humano, construtores e detentores da história, membros irrefutáveis na luta de classes em direção à apropriação de toda riqueza produzida historicamente pela humanidade.

Nos *Manuscritos*, ao mesmo tempo em que desvela, a partir do ato do trabalho, as determinações essenciais do ser social, Marx também mostra que, na medida em que este ato realiza sob a forma de trabalho assalariado, ocorre um processo de desumanização, que atinge principalmente o trabalhador, mas do qual também não sai indene o capitalista. Em síntese, o que Marx afirma é que, nesta forma de trabalho, o trabalhador é expropriado de sua essência humana, porém não no sentido de desapropriá-lo de algo pronto e acabado, mas de impedi-lo de realizar, por intermédio da apropriação da riqueza

socialmente produzida, as suas potencialidades especificamente humana. Analisando com mais detalhes esse processo de alienação, Marx deixa claro que ele é uma atividade complexa, que se refere tanto ao produto do trabalho quanto ao processo de produção e às relações do indivíduo com o gênero humano e com os outros indivíduos (idem, p. 105-106).

O que se apresenta é que os valores, os sentidos e as necessidades capitalistas, medidas e calculadas em sua produção, gerenciam o lucro no sentido de acúmulo do capital na totalidade complexa da vida, induzindo as construções humanas no ritmo e prazer do capital destrutivo. Perde-se, em meio à alienação, o senso crítico de percepção do valor de uso dos produtos, induzindo os sujeitos à necessidade do consumo de produtos fúteis à sobrevivência, mas úteis à circulação de mercadorias e movimentação do mercado financeiro.

Porém este é apenas uma impostação imediata do sistema do capital vigente, pois o alcance do complexo da alienação no trabalhador e sua relação com o produto estão na consideração marxiana de que, sendo o produto fruto do trabalho do homem, projetado, arquitetado, construído e experimentado, respalda o próprio trabalhador; lembrando que o trabalho é um processo de modificação da natureza e do próprio homem.

No sentido do capital, o produtor tem sua criação entregue à lógica do mercado. Isto revela que, estando também o produtor no produto, ele passa a ser mercadoria de valor produtivo, criador de bens comercializáveis, os quais a maioria dos trabalhadores não consegue, com seu salário, adquirir para seu usufruto.

O processo produtivo, por ser este momento em que o homem elabora os bens necessários para satisfação de suas necessidades, deveria refletir a satisfação e autoconstrução pessoal do trabalhador em sua produção, dando vez a criatividade no sentido de valoração em todas as suas dimensões.

No entanto, o trabalho alienado expropria do trabalhador seu produto, o qual se torna mero bem de consumo, encaminhando de forma fragmentada a produtividade em torno do homem também fragmentado em suas apropriações de produção. O que acontece é que o trabalhador assume de maneira compartimentada o processo produtivo, ficando sua gerência em totalidade com os dirigentes capitalistas. Isso engloba a circulação e distribuição.

No sentido da autoconstrução do indivíduo, repleto de riquezas genericamente elaboradas historicamente, é negado, ao mesmo, a apropriação dessa riqueza material, servindo-lhe apenas de suporte para satisfação de suas necessidades de sobrevivência, limitando o desenvolvimento de suas capacidades humanas à mera reprodução.

A reprodução do processo criativo da mercadoria faz do trabalhador um ser que não se realiza na mercadoria que construiu, mas a estranha. Ele a vê como uma coisa envolvida de valores de troca financeira; não a percebe enquanto instrumento de satisfação de suas necessidades, a não ser pelo valor de troca que o mesmo lhe ofertará para sua subsistência.

Esses acontecimentos do capital destrutivo exacerbam ainda a individualidade do ser que deixa de ser sujeito singular e passa a compor pontos produtivos cada vez mais fragmentados na autonomia de cada um. A conjugação da família e das comunidades produtivas é continuamente desmembrada na produção individual do sujeito sem identidade coletiva. A importância deste desmembramento é alvo de desarticulação dos trabalhadores que se veem cada vez mais individualizado na batalha competitiva do mercado.

Nesse sentido, as relações sociais se distinguem em três formas, como aponta Tonet (2005, p. 111):

A primeira é a relação de dependência pessoal. A terceira é a forma da “livre individualidade, fundada no desenvolvimento universal dos indivíduos e na subordinação da sua produção coletiva, social, como patrimônio social” (Marx, 1978, p.85). A segunda, que é a forma das relações na sociedade capitalista, caracteriza-se pela “independência pessoal, fundada na dependência em relação às coisas” (idem, p. 84).

O individualismo das pessoas a tornam egoístas e interessadas em resolver seus míseros ganhos particulares na escala do mercado de trabalho, considerando a livre iniciativa de criação de mercadorias a sua satisfação pessoal como pessoa humana, desconsiderando o universo em que está imersa sua produção e desconsiderando que sua produção é parte de um todo social. Isso limita a apreensão por parte da classe trabalhadora das ingerências do capital na lógica de suas vidas no trabalho.

O empreendimento individual de competição que se consolida, inclusive em níveis desiguais de concorrência expressos nas condições de existência e formação, impõe ao sistema capitalista, acompanhado de reivindicações históricas da classe

trabalhadora, o alcance do que se postula na configuração essencial da sociabilidade capitalista: a igualdade dos sujeitos singulares em indivíduos livres e produtores de mercadoria.

A expressão desta igualdade é de característica da comunidade política em que está imerso o trabalhador, sendo, portanto, iguais em direitos e deveres sociais que se pautam na ordem da compra e venda da força de trabalho. Logo, a cidadania é a categoria que equaciona a desigualdade dos membros sociais no limiar de que todos são regidos sob a mesma constituição política e jurídica de indivíduos iguais e proprietários. As considerações que respaldam a emancipação política e igualam burgueses e operários num mesmo status social de gerenciamento do Estado alavancam ainda o desaparecimento das distintas classes sociais.

Marx (1991) explicita que a emancipação política implica na dissolução da velha sociedade feudal, em que não havia separação entre sociedade civil e Estado e na qual os entes singulares estavam irrevogavelmente subsumidos às ordens sociais ou às corporações de ofício. Assim, a emancipação política significou tanto a separação entre sociedade civil e Estado – sem que isso implicasse em nenhuma dissolução do vínculo ontológico entre eles, mas apenas numa nova configuração – quanto a cisão da sociedade em duas esferas – privada e pública – constituindo a segunda a expressão da primeira. O Estado, portanto é apenas um instrumento de defesa dos interesses particulares da burguesia, mas também uma expressão invertida da desigualdade social de raiz. Invertida porque o interesse particular, que reina soberano na sociedade civil, apresenta-se, na sociedade política, sob a forma de interesse geral (Tonet, 2005, p. 117).

Logo, o Estado expressa condição indispensável à reprodução da lógica vigente de desigualdade social, pois o antagonismo existente na sociedade civil expresso nas classes é quem funda o mesmo em sua função social de mediar os conflitos por meio de medidas paliativas consolidadas com ingerência do sistema econômico produtivo capitalista.

A emancipação política não é por fim a emancipação humana, pois esta significa a consolidação comunista de sociabilidade alcançado no socialismo em seu desenvolvimento comunitário dos trabalhadores em meio à propriedade da riqueza produzida materialmente em comunhão de todos.

O cidadão, membro da comunidade política e indivíduo livre politicamente, orientado em determinações constitucionais de legalidade jurídica, não significa a expressão do homem integral.

O cidadão não é o homem integral. Isso porque o momento egoísta, autocentrado, do homem, continuamente produzido na sociedade civil, não deixou de existir. E ele não só continua a exercer o seu papel de momento fundante. O cidadão é apenas o homem em seu momento jurídico-político, expressão de que o homem está dividido no interior de si mesmo (idem, p.120).

Neste sentido, a formação cidadã tem em seu contexto onto-histórico o limite emancipador no viés da política, do sujeito membro da comunidade política, livre para viver nos conformes burgueses ideológicos da sociabilidade capitalista. A formação humana se propõe a aprofundar e superar esses limites impostos à liberdade e autoconstrução humana, encaminhando a humanidade à consolidação de uma nova forma de sociabilidade, transformada radicalmente em seus conformes produtivos, pautando o homem integral, totalidade de complexos que consolidem nesses termos a totalidade da vida da humanidade igualitária e comunista.

Os pontos principais à condução desse processo transitório radical da forma de sociabilidade, segundo a tradição marxista, estão ocultos nos conformes produtivo capitalista. Porém, eles possíveis de serem identificados, principalmente no momento de crise, em que as contradições são crescentemente expostas.

O processo de revolta dos sujeitos à lógica opressora, exploratória e desleal da produção da vida e dos conformes do trabalho abstrato será na ordem do dia desencadeador de críticas e subversões contra a ordem do capital e todo seu sistema sociometabólico.

Uma das condições histórico-sociais de possibilidade apresentada na teoria marxiana diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produção da riqueza em grande escala, capaz de suprir as necessidades humanas e dotá-lo de liberdade.

Outro ponto importante está no desenvolvimento tecnológico alcançado no desenvolvimento histórico da produção do conhecimento: aprofundamento científico e exploratório do homem sobre o processo de transformação da natureza. A riqueza de grandes descobertas, mutações e avanços do conhecimento e domínio sobre a natureza

multiplicam em possibilidades o alcance de superação da carência humana de sobrevivência do trabalhador.

A redução do tempo de trabalho para a fruição do tempo livre é possibilitado em meio ao desenvolvimento da força produtiva, cabendo o desenvolvimento de práticas revolucionárias na extensão do tempo que, em todas as esferas, não perde seu fundamento no trabalho; o que se configura na vivência crítica do tempo de não trabalho, livre de ingerências da mecânica laboral, porém em construção de desamarras da lógica da produção estrutural do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do aprofundamento dos estudos no campo marxista, debruçado sobre a compreensão do lazer no sentido à emancipação humana, expressa no contexto da realidade essa categoria social mercantilizadora e alienada nos bens de serviços de caráter privado e público. Ela aparece nas estratégias de saída da crise em meio ao bloco dos novos mercados com formação profissional nos moldes da competência e empreendedorismo cidadão, estando os esforços emancipatórios entrelaçados nos movimentos de resistência popular de práticas revolucionárias.

As discussões sobre o lazer, enquanto fenômeno e prática social, estão no contexto da ordem vigente por se apresentar hegemonicamente enquanto um espaço deliberado para o aprofundamento da exploração do sistema do capital em detrimento à saída da crise estrutural.

Neste sentido, a escolha do referencial teórico e, também, o método onto-marxista, histórico e dialético foram pressupostos categóricos da produção do conhecimento engajado com a luta, com a revelação de mediações possíveis ao limite da pesquisa do objeto em relação às contradições da sociabilidade capitalista e os processos em curso da revolução socialista.

O objetivo da pesquisa, imerso no conjunto complexo da sociabilidade do capital internacional e lapidado de sua forma aparente no conjunto do processo histórico, revela, a partir da superficialidade fenomênica de conceitos, os dados, funções e determinações de mediação no corpo da sociabilidade regida pelo capital. Realizar o mergulho no objeto, na prática social do lazer, na busca de suas determinações não pôde ser feita às cegas, sem norte e sem objetividade. Logo, os fundamentos teóricos da ontologia do ser social e o método onto-histórico de apreensão da realidade apresentaram no decorrer dos estudos a conjuntura social para apreensão das mediações do lazer. Esse contexto conjuntural do mundo dos homens se consolidou na crise estrutural do capital: debate que se pôs em questão para o dever dos homens e seus processos de transformação social.

As primeiras objetivações em projeto partiram das considerações teóricas e práticas da manifestação do objeto (no caso, a prática social do lazer). As observações delinearam a leitura de complexas intervenções, ou seja, mediações do lazer no cenário econômico, educacional e social; enfim, nas diversas esferas da vida.

A busca do estado da arte nos estudos do lazer de Peixoto (2007) iluminou em grande contribuição a compreensão do comportamento do lazer enquanto prática social, principalmente na apreensão dos fundamentos teóricos que justificam, negam e mediam a prática.

Percebendo as áreas, eu me debruço sobre o lazer, encontrando na diversidade dos fundamentos teóricos do fragmentado conhecimento por área profissional, fazendo, assim, as primeiras impressões sobre o objeto. Diante dos diferentes encaminhamentos dado a relação do lazer no contexto social, o mapeamento e escolha do arcabouço teórico crítico sobre o objeto foi outro ponto inicialmente encontrado na obra já citada, alargando-se a investigação de livros, artigos, teses e dissertações que comungam no referencial teórico marxista.

As colocações mostram que o lazer é uma categoria social que surge na sociedade moderna dos homens, carregada de questionamentos quanto à justificativa teórica da prática em si, bem como suas contradições imanentes do processo social.

Considerar o método de investigação e contrapô-lo aos diferentes pressupostos de construção possibilitou elencar, no percurso da elaboração crítica, os questionamentos necessários e relevantes sobre o objeto. A percepção das intenções e ingenuidades acadêmicas na produção do conhecimento possibilitou a formulação crítica, baseada no legado marxiano de desenvolvimento das contradições da forma social burguesa, sistema organizado e articulado na lógica de acumulação do capital. Além disso, o vislumbrar revolucionário da classe trabalhadora organiza-se e articula-se internacionalmente em meio às tentativas de negação e supressão desta perspectiva ideológica e concreta às possibilidades de transformação radical da sociabilidade humana.

Diante das primeiras percepções da prática social do lazer em seu estado da arte, pôde-se perceber o grande volume de trabalhos produzidos em escala crescente sobre a temática, apreciada e relacionada a categorias sociais diversas, compondo blocos de conhecimentos ao gosto intelectual do sistema vigente, tendo na contramão produtiva, elaborações críticas que partem da relação do lazer com o trabalho e a compreensão do trabalho abstrato para apreensão dos limites e possibilidades do lazer frente ao contexto social da luta de classes.

Diante do momento de sistematização conclusiva é importante frisar e reafirmar alguns pontos revelados pela investigação. A primeira delas é a de que a categoria social

do lazer vem sendo apresentada no conjunto de novos mercados com demanda de formação profissional destinado ao entretenimento com modo de produção de tecnologia leve, base microeletrônica flexível e trabalhadores polivalentes para a construção de equipamentos e atividades diversificadas e personalizadas por grupos de consumo.

Ao referenciar o lazer como produto do homem, fundado no trabalho enquanto categoria ontológica do ser social, foi possível contribuir para a formação de uma consciência revolucionária sobre essa forma de exploração humana ou barbárie social da vida cotidiana como, também para a construção de frentes de resistência ao avanço do capital sobre a destruição da vida humana.

A elaboração e a socialização crítica do conhecimento para apreender o movimento histórico da realidade social do lazer diante da crise estrutural do capital só foram possível a partir das considerações postas no método onto-histórico, pois a pesquisa foi dotada de intenções, percepções e intervenções marcadas na apreensão do objeto alinhavado ao referencial teórico.

A formulação científica aqui apresentada manteve preocupação com a compreensão do trabalho abstrato, buscando refletir sobre os limites e as possibilidades do lazer na sociedade de classes, posto que o método marxista é respaldado no campo crítico onto-histórica que consiste na elaboração do conhecimento real e efetivo do objeto fruto de sua prática. Assim, como nos afirmou José Paulo Netto (2009, p. 07), “a teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa”.

O caminho do método para conhecer o objeto foi o real concreto, partindo do que é tênue e complexo ao mais simples, pondo na ordem da realidade, construções, análises e abstrações. Em posse de determinações mais simples, o caminho se inverteu, indo ao encontro do concreto pensado, caracterizado por rica totalidade de determinações e relações diversas à reprodução do mesmo.

A realidade concreta apresentou-se como síntese de muitas determinações e como unidade dos complexos da totalidade. Logo, o conhecimento concreto do objeto foi fruto do conhecimento de suas múltiplas determinações, envolvendo universalidade, singularidade e particularidade (idem, p. 21).

Tendo em vista que o real tem seus dados imediatos na complexidade aparente do fenômeno, desvendar a “pseudoconcreticidade¹²” do real foi tarefa necessária para o encontro com a essência do objeto. Nesse processo, o debruçar-se sobre a realidade concreta em movimento foi crucial para absorver as categorias determinantes do objeto em meio à realidade social.

A apropriação do conhecimento elaborado por Marx e Engels sobre a relação entre o ser e a consciência determinada na realidade histórica e materialista possibilitou o avanço nas análises sociais, partindo do processo de constituição do ser social, fundado no trabalho e consolidado na práxis: conjunto de processos dinâmicos de contradições e superações sociais que impulsionam novas contradições e novas superações. Neste sentido, conta-se que o mundo da natureza, da história e do espírito é passível a transformações constantes, contada na história em termos próprio da humanidade.

Os aspectos históricos das formas sociais em diferentes estágios de desenvolvimento apontaram para as diferentes formas de produção, de comércio e de consumo. A determinação da produção, do comércio e do consumo, que é de ordem social, necessita de forças produtivas, ou seja, da energia prática dos homens. As forças produtivas estão circunscritas nos modelos de produção da geração precedente. A colocação de suas condições humanas esboça as conexões reais na história da humanidade, pois tem como base de suas relações o materialismo.

Neste contexto, a sociedade burguesa expressa a mais desenvolvida e diferenciada produção material da humanidade, o que se apresentou como necessária sua compreensão em detrimento ao processo histórico para elaboração de uma teoria social como totalidade, tendo sido fundamental a análise do processo de produção fundado no trabalho. Outro importante aspecto apontado foi o de que as questões materiais da vida humana não envolvem apenas a produção, mais também a distribuição, a troca e o consumo, sendo predominante o momento da produção¹³.

¹² O mundo da pseudoconcreticidade é um claro escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo daquilo que é (Kosik, 1995, p. 15 apud Araújo, 2003, p. 268).

¹³ A produção é, em parte, consumo e este, parcialmente, é produção, e também depois de relacioná-los à distribuição e à circulação, leva ao seguinte resultado: estes momentos (produção, distribuição, troca, consumo) não são idênticos, mas todos “são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma

As construções de bens materiais para satisfação das necessidades humanas postas nas condições objetivas do mundo concreto são satisfeitos através do trabalho, ato de transformação da natureza, dotado de intencionalidade do homem ativo e teleológico. Nesse sentido, as considerações sobre o trabalho em sentido ontológico revelou não só o ato construtor da materialidade, mas também o fundamento primeiro do ser social como reafirma as citações abaixo:

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílios, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica inter-relação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (Lukács, 1981, p 13-14 apud Costa, 2001, p. 23).

Todavia, antes de tudo,

o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza com uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braço e pernas, cabeças e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana (Marx, 1987, p. 202 apud Costa, 2001, p. 24).

O primeiro capítulo apresentou considerações quanto ao trabalho como fundamento do ser social e à sociedade de classes, tendo como importante momento deste estudo o esclarecimento do referencial ontológico marxista aprofundado por Lukács a partir de Marx. Na busca pelo objeto de pesquisa, propôs-se construir os nexos que esclareceram a gênese do lazer na história da humanidade, estabelecendo as diferenças entre os tempos históricos e suas categorias relacionadas ao modo de produção.

Os primeiros apontamentos elucidaram que os estudos do lazer estão estabelecidos no controle e disciplinamento sobre o tempo livre dos trabalhadores. O lazer, originado no processo de identificação de classe, vem sendo concebido como

mesma unidade”. Mas, sem prejuízo da interação entre esses elementos, é dominante o momento da produção. (Paulo Netto, 2009, p. 17-18)

oportunidade para o descanso e recuperação da força de trabalho, bem como para o consumo de mercadorias, cumprindo funcionalidade imprescindível no sistema metabólico do capital. Assim, constroem-se relações com o fundamento do trabalho abstrato que nega a essência humana que é o próprio trabalho onto-histórico e suas possibilidades criativas, saltando de sua esfera a alienação, empecilho para o desenvolvimento singular e genérico dos homens.

Na contramão de posições alienantes, a pesquisa reafirmou o trabalho como o caminho pelo qual o homem dotado de ação passa a mediar, regular e controlar a natureza, pondo em dinâmica as forças naturais resultantes de sua corporalidade, constituído no conjunto de seus membros, apropriando-se da natureza de maneira útil ao desenvolvimento de sua vida, modificando nesse processo a própria natureza de sua vida, produzindo a si humanamente.

A relação entre teleologia e causalidade foi posta por Lukács (1978) como unidade indissolúvel do estatuto ontológico do trabalho, sendo a teleologia caracterizada pelo estabelecimento consciente dos fins, enquanto que a objetividade abre as possibilidades para que o sujeito assumira posição diante da causalidade, ou seja, diante do conjunto em que o mesmo se defronta socialmente.

Outra categoria importante apresentada no enredo da pesquisa foi à consciência, considerando-se que no momento em que o homem produz os objetos de satisfação de suas necessidades vitais na consciência, o mesmo generaliza o ato produtor e diferencia-se dos outros animais que são desprovidos da consciência objetiva da produção. Nesse sentido, a consciência assume papel fundamental na realização do salto ontológico do ser natural (homem-animal) para o ser social, pois o produto, resultado do processo, já existia inicialmente enquanto projeto na consciência.

Ao considerar os fundamentos da ontologia do ser social, fez-se necessário a compreensão do sentido ontológico posto nesta teoria social. Assim, configurou-se que os estudos que envolvem as questões que perpassam a compreensão da essência humana apresentam diferentes concepções no decorrer da história. Da filosofia grega à hegeliana, a essência humana é dualista e transcendental, pautada na existência de um ser verdadeiro, eterno e fixo que corresponde ao que é essencial e outro ser de características efêmeras e processuais¹⁴.

¹⁴ As seitas religiosas e, em especial, de forma hegemônica a igreja católica, cumpriu este papel por toda a Idade Média, mantendo a essência humana no dualismo ontológico entre o Deus: imutável e essencial

Tal como os gregos e medievais, também o pensamento moderno está preso à concepção segundo a qual os homens desdobram na sua história determinações essenciais que nem são frutos de sua ação, nem poderiam ser alteradas pela sua atividade. Por serem essencialmente proprietários privados, o limite máximo do desenvolvimento humano não poderia jamais ultrapassar a forma social que permite a máxima explicitação dessa sua essência imutável, a propriedade privada (Lessa, 2001, p.89).

Nos estudos, a posição hegeliana esboçou que a história adquire processualidade teleológica e dialética, ou seja, dotada de objetividade no desenvolvimento humano, limitada por sua natureza essencial, visto que esta não pode ser modificada pela processualidade histórica, pois a determinação da essência se mantém no homem dotado da propriedade privada, afirmação de sua gênese insolúvel que funda o processo histórico. Desse modo, a dualidade ontológica permeia os sistemas que consideram a essência humana a-histórica, uma vez que a gênese humana não se encontra na processualidade histórica, mas como uma essência pré-determinada.

As contribuições teóricas de Lukács assinalam que o projeto revolucionário marxiano funda uma ontologia histórica da essência humana. Uma distinção entre essência e fenômeno nas concepções a-históricas é a de que a essência é a representação autêntica do ser e o fenômeno a possibilidade dinâmica fundada no ser autêntico. Diferentemente disso, a teoria de Marx reafirmada por Lukács põe a essência e o fenômeno num mesmo estatuto ontológico, sendo estas categorias fundamentalmente importantes no desdobramento da história da humanidade. A diferença entre estas categorias está nas diferentes funções que cada uma exerce na processualidade dos acontecimentos históricos, sendo a essência o elemento de continuidade e o fenômeno o elemento de singularidade.

Ao lembrar que a história dos homens é determinada pelas relações sociais que os mesmos desenvolvem sob a base de um mesmo fundamento genético-biológico dado pela natureza e que a transição do ser animal para o ser social é denominado por Lukács de salto ontológico em que o homem salta para fora da natureza, afirma-se que a determinação do desenvolvimento do mundo dos homens não está em seu desenvolver biológico, mas na conjugação de suas relações sociais.

com o homem: mutável, efêmero e pecador. Assim, a história dos homens se manteve limitada entre a gênese e o apocalipse.

No momento de generalização do ser, fruto do desenvolvimento social, o homem transforma em perguntas suas necessidades e as possibilidades de satisfação destas, elaboradas de forma imediata pela consciência. A consciência é compreendida enquanto um produto lento em relação ao ser material, não sendo este um produto de menor valor ontológico, visto que demanda muita força na constituição do ser, pois reflete sobre a realidade, acionando intervenções que possibilitam transformações.

Porém, as relações de propriedade, organizadas no modo de produção capitalista, alienam a humanidade e impedem a apreensão do sujeito enquanto ser social, o que está posto nos Manuscritos de 1844, nos quais Marx apresenta a afirmação de que a alienação humana se deve ao tipo de sociedade fundamentada na propriedade privada. Logo, a superação da alienação só é possível com a superação da propriedade privada.

No sentido de apresentação da gênese do lazer, a pesquisa apontou o momento de origem dessa categoria enquanto objetivação do homem, reconhecendo sua forma nos diferentes modos de produção. Para esta tarefa, a formulação filosófica clássica do pensamento de Marx e Engels acerca dos reinos da necessidade e da liberdade com crítica da divisão do trabalho foi o procedimento teórico essencial para tal reconhecimento.

A origem do lazer, fenômeno social dos tempos modernos, tem na sua gênese a relação entre a necessidade da produção da vida e a luta por sua liberdade dados em detrimento do homem livre da exploração do tempo de trabalho abstrato, da liberdade de uma vida sem sentido consolidada no trabalho mecânico e reprodutor da lógica do capital.

Assim, precisou-se apontar que para os gregos, a relação com o tempo livre constituído no ócio era um tempo determinado para sabedoria contemplativa que elevava aos espíritos frutíferos dados à alma racional. As formas denominadas ócio, *scholé* e *licere*, referem-se fundamentalmente ao gozo do tempo livre para uma atividade livre, enquanto que direito social possibilita a produção e usufruto da cultura, entendida no campo da arte, da música e da literatura. O ócio era na sociedade grega o momento dedicado à contemplação, reflexão e sabedoria, exercício de elevação da alma racional para alcance dos tesouros espirituais. Essa atividade estava direcionada apenas para aqueles que dispunham das condições e privilégios sociais e econômicos e reservados aos filósofos.

No período medieval de domínio cristão, o tempo livre estava relacionado a um estado de condenação, por relação ao código moral e religioso. O tempo livre representava um perigo aos objetivos de purificação da alma, sendo permitida a contemplação restrita dos deleites do espírito aos escolhidos. O trabalho, por sua vez, estava relacionado às ordens de castigo aos pecadores, punição concebida em detrimento ao pecado original. O tempo de descanso era orientado para a busca da paz, encontro com Deus, evitando-se todos os tipos de tentação causados pelos prazeres da carne. Logo, a busca moral cristã para o desenvolvimento do trabalho e da família eram subsídios para manutenção do domínio das diretrizes demandadas pela Igreja.

A divisão do trabalho foi o que possibilitou aos indivíduos o exercício dicotômico entre atividade intelectual e material, assim como o gozo e o trabalho, a produção e o consumo. Do acesso ao gozo, estava impedida a classe trabalhadora, sendo este prazer reconhecido no reino da liberdade, possível de ser conquistado apenas com o fim da produção do capital.

Nos conformes de totalidade quanto ao trabalho abstrato e o processo de industrialização, apontou-se que no Brasil o processo de industrialização no início do século XIX foi caracterizado pelo emprego da energia hidráulica e do trabalho braçal escravocrata com jornadas de trabalho diário de dez horas ou mais. No início do século XX, as condições de trabalho na indústria têxtil reproduzem o sistema exploratório instaurado na Europa com jornadas de trabalho diárias entre 12 e 13 horas, exercidas com condições desumanas ao trabalhador, incluindo nesse conjunto o valor insuficiente do salário na sua sobrevivência (Requixa, 1977).

Para Marcassa (2002) apud Cândido (2008), o lazer é compreendido como o tempo livre que foi institucionalizado sobre função de formação da classe trabalhadora via o enfoque da assistência social, a recreação e os fins educacionais que formaram em sentidos objetivos e subjetivos o perfil social dos trabalhadores necessários para a consolidação do capitalismo. Assim, o contexto apresentado foi o de que nos conformes da reprodução social a categoria do lazer se processa nos conformes mercadológicos.

Adentrando as considerações quanto ao contexto histórico da crise estrutural do capital e os determinantes postos sobre o lazer com forte influência da reestruturação produtiva do mundo do trabalho, apresentou-se a partir da obra de Mészáros (2009) o esclarecimento do movimento vigente à prática do lazer, apreendida nos sentidos da mercadoria necessária à reprodução do capital, bem como seu caráter social de direito

para corroborar as insanidades capitalistas de ludibriação do trabalhador em manutenção de sua exploração.

Tem-se no resultado dos estudos algumas reflexões quanto à saída para a classe trabalhadora dos conformes destrutivos da crise estrutural para além da social democracia e seu reformismo às possibilidades à emancipação humana posta no socialismo, alinhavado na organização internacional dos trabalhadores.

Neste sentido, foi importante frisar que o fim do capitalismo não está posto em estatuto de naturalidade humana. Seu fim depende da organização, união e articulação da classe trabalhadora em torno de um programa voltado à superação da propriedade privada. Os fatores objetivos revolucionários estão ancorados na crise, mas dependem também de fatores subjetivos que favoreçam a disposição pela disputa do controle social para patamares de ordem socialista através de ações contundentes que quebrem a hegemonia burguesa por protestos de massas e mobilizações insurrecionais.

Quanto ao cenário atual da crise estrutural do capital em meio à reestruturação produtiva, Mészáros destaca desde a década de 1960 o cenário da crise que se consolidou na história. O autor alertou e elaborou contribuições significativas para o devido entendimento deste momento histórico, bem como as possibilidades a sua superação.

Posto em desenvolvimento no segundo capítulo, o sistema sociometabólico do capital, caracterizado na divisão hierárquica do trabalho que subordina a vida ao capital, na busca eterna pelo lucro, no controle do movimento humano vigiado, conduzido, elaborado, articulado nos sustentáculos da desigualdade, da exploração e da destruição da natureza, conduz o processo de reprodução social do sistema vigente a produção e o consumo em estado de obsolescência supérflua de mercadorias.

Desse modo, a crescente expansão da busca de mais-valor no contexto destrutivo de produção, distribuição e consumo descartável, sem sentido, põe o sistema sociometabólico do capital em seu limite incontrolável de degradação da vida em todos os sentidos, consolidando o que o autor chama de produção destrutiva.

Na linha de manutenção da ordem vigente e da exploração do trabalhador, as mudanças no campo do mundo do trabalho se expressam na ordem flexível, propondo ajustamento do mercado da força de trabalho no afrouxar dos contratos, no cenário decorado pela terceirização do trabalhador, com retirada de direitos trabalhistas e pressionamento da classe trabalhadora à competição e conquista de seu bem-estar.

No percurso investigativo sobre a crise, observou-se que o bem-estar citado relaciona-se à política que antecede ao período de crise estrutural, alternativa que vigorou na política de intervenção estatal na saída de crises anteriores como a de 1930, posto que, no atual cenário, há algumas alternativas lançadas na condução do pensamento neokeynesiano¹⁵.

A partir da década de 1970, o capitalismo entra em sua crise de superprodução, incapaz de seguir aumentando sua acumulação de capital via consumo e produção de mercadorias. A lógica encontrada para resolver o problema de escoamento das mercadorias estagnadas nas fábricas foi pautada na destruição. A destruição causa a necessidade de nova produção, o que, para o capital interessado unicamente no lucro, encaminha uma produção orientada para a contínua destruição. Mészáros denomina de produção destrutiva, essa produção pautada na diminuição da taxa de utilidade dos produtos, tornando-os efêmeros, consolidação da ideologia de consumo, aprofundando a criação de necessidades superficiais, fetichizadas no consumo de mercadorias descartáveis.

Outro ponto encontrado para reerguer o capital em crise foi a estratégia de guerra utilizado no século XX no confronto em massa das organizações militares, vista como possibilidade para saída da crise estrutural, sendo um risco para toda humanidade, dividido à violência proporcionada hoje com todo um arsenal nuclear.

Também se observou o aumento da exploração do trabalhador na busca de extração de mais-valia no movimento ideológico neoliberal, articulado pela política de liberação do mercado e seus investimentos no capital fictício de crédito, contando ainda com a participação econômica dos países que se articulavam com a extinta URSS.

Assim, pode-se concluir que procurando responder à crise, amplia-se a exploração humana através das políticas de caráter neoliberal que encaminham privatizações das empresas estatais acompanhadas da precarização e desregulamentação do trabalho com crescimento do setor de contrato temporário, ampliação do setor terciário, resultando em perdas de direitos sociais e financeirização da economia no contexto de disputas bélicas por área de influência.

¹⁵ A sociologia empírica do lazer no Brasil esboçou propostas resultantes do período de bem estar social europeu chamado de Welfare State, organização política e econômica nos moldes keynesianos, apurado de ideias que propunham a intervenção estatal com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego, acreditando que a economia seguiria o mesmo caminho, pois o desemprego seria uma situação temporária que desapareceria graças às forças do mercado. O que não aconteceu.

Observou-se que a crise estrutural do capital é irreversível, cumulativa, endêmica, permanente e crônica. Neste sentido, sinaliza-se uma única solução: a superação das contradições que afetam o sistema do capital nas relações de produção e controle, produção e consumo, produção e circulação, competição e monopólio, desenvolvimento e subdesenvolvimento, produção e destruição, capital e trabalho vivo, expansão de emprego e geração do desemprego, produção e destruição ambiental. A intensificação dos antagonismos existentes é a tendência para este momento contínuo da crise, sendo inconcebível a superação de suas contradições, ainda mais em características sociometabólica, restando, portanto, uma alternativa radical: a transição revolucionária ao socialismo.

A crise estrutural do capital expressa conflitos reais do processo de ampliação da produção e acumulação do capital por meio da divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, produção e destruição da força de trabalho, dominação estrutural do capital sobre o trabalho, produção do tempo livre para reprodução e exploração do trabalho necessário, autoritarismo na decisão do processo produtivo e a necessidade de implementação por consensos ideológicos hegemônicos, expansão do emprego e geração do desemprego, economia dos recursos materiais e humanos acompanhado de seu desperdício, tendo crescimento da produção e destruição ambiental (Mészáros, 2003).

Diante do percurso apresentado, a expansão de novos mercados apresenta como demanda a formação do mercado do lazer acompanhado de formação profissional voltado ao mercado de entretenimento com modo de produção de tecnologia leve de base microeletrônica flexível, formação de trabalhadores polivalentes para a produção de objetos diversificados em pequena escala e um aumento na produtividade personalizada por grupos de consumo.

A partir das contribuições de Antunes (1998), percebeu-se na década de 1980 um período marcado por mudanças no mundo da produção, momento em que as relações passam a se moldar a novas configurações do sistema, iniciadas em décadas anteriores. Os saltos da tecnologia, da robótica, da automação e da microeletrônica abraçam o processo industrial fabril e encaminham novas formas organizativas do trabalho.

Os novos processos de trabalho que emergem no cenário global, perpassados pelo processo de flexibilização e especificidade no campo da produção, procuram

adequar a produção à lógica do mercado em crise. Propõem-se, nesse contexto, outras maneiras de gestão da força de trabalho demarcadas no controle de qualidade da mercadoria e, não mais em sua expressão quantitativa do modelo fordista de produção em massa, pautando a participação no processo produtivo e buscando a qualidade total do serviço oferecido. Estas características, segundo o mesmo autor, são observadas no mundo japonês, nos países de capitalismo avançado e no terceiro mundo industrializado.

Neste processo ganhou destaque a forma organizacional de produção toyotista em contrapartida à já não tão produtiva organização fordista/ taylorista. A inspiração toyotista de acumulação flexível propôs a desconcentração da produção, enaltecendo a produção artesanal auxiliada com o desenvolvimento tecnológico, viabilizada no sentido de atingir um público consumidor mais localizado, regional, específico em suas características e exigências. A desconcentração ou descentralização produtiva reflete a fragmentação do trabalho que, somada aos aparatos tecnológicos, esboça tanto maior controle quanto exploração da força de trabalho.

Outro elemento destacado nas considerações sobre a reestruturação produtiva foi o negativo individualismo do sujeito social na dinâmica global. A elevação da exploração se reflete no aumento competitivo dos sujeitos entre si por postos de trabalho. A seleção dos indivíduos torna-se cada vez mais complexa, privilegiando, critérios de qualidade e formação, encaminhando para o trabalhador a necessidade de qualificação profissional para a disputa de postos de trabalho ínfimos, posto que o período de reestruturação produtiva, ou melhor, de crise estrutural do capital, é marcado pelo aumento da taxa de desemprego em caráter contínuo.

A relação de produção que se opera no contexto vigente de crise estrutural, força através da forma de produção, estabelecida em suas dimensões à produção da vida social, inclusive na produção da subjetividade mediada em alinhamento tecnológico e organizacional do tempo de trabalho e do tempo livre. Este enredo é reforçado pela estrutura política que se procede na lógica do capital, sendo o neoliberalismo sua expressão de fortalecimento de domínio político, estatal e ideológico, uma vez que obnubilam e tomam de assalto a consciência do sujeito.

A reivindicação da diminuição da jornada de trabalho neste momento histórico representa um enfrentamento às ordens do capital que exploram cada vez mais a classe trabalhadora. Este enfrentamento não tem um caráter fraterno. O sistema do capital não

tem condições de conceder às bandeiras dos trabalhadores, pelo contrário, a tendência é de barrá-las, assim como frear os trabalhadores em sua organização revolucionária de diretriz socialista, uma vez que a luta pelo direito ao tempo livre não pode estar descolada da luta em favor da revolução socialista, da superação concreta do sistema vigente.

Reafirmando as colocações de Faleiros (1998) de que o lazer neste sistema assume a função de recompor a força de trabalho, restaura-se o corpo do trabalhador para que o mesmo possa render em suas tarefas diárias, compostas pela vida de cidadão comum na ordem democrática do pagamento de impostos e obediência à ordem capital. Percebeu-se, portanto, a construção de espaços cada vez mais caracterizados como de lazer sendo vendido na sociedade: a especulação imobiliária construindo e explorando cada vez mais a natureza para oferecer verdadeiros paraísos para o descanso, o lazer, o bem-estar, bem como as alternativas de saída da rotina da cidade e suas perturbações, buscando esportes de aventura, contato com a natureza, o mar, a arte, a música, enfim, prazeres significativos para que o sujeito possa manter um equilíbrio entre o trabalho que lhe explora e a vida que lhe proporciona.

Porém, na contramão dos conformes exploratórios do capital, a possibilidade revolucionária posta na consolidação socialista tem em ações criativas e críticas à luta pelo tempo livre e pelo lazer genuíno em conjunto a luta pela superação das relações de produção capitalista, agregando em um só bloco os trabalhadores para que seus avanços não se limitem a consensos com a legislação que rege o sistema, demarcado a aceitação da estrutura mercadológica da venda da felicidade pelo tempo de gozo.

Observou-se também que a partir das mudanças ocorridas no processo de reestruturação produtiva, Mascarenhas (2005) articulou o “mercolazer” como categoria que exprime o lazer-mercadoria como fruto da transição fordismo/taylorismo para o toyotismo, de caráter flexível de acumulação, tendo na década de 1990 sua maior expressão no Brasil. A tese do autor mostrou que o lazer se processou em categoria de direito social do tempo livre para o mercolazer do tempo de consumo, articulando as mudanças econômicas da produção às mudanças culturais da vida social.

A produção voltada para o consumo da cultura alienante contribui na dinâmica produtiva de bens tornados rapidamente obsoletos, efêmeros, superficiais, sem sentido à vida humana, calcada na experimentação de serviços relacionados à qualidade de vida. Logo, apreender o movimento social da história humana por modificações no âmbito da

cultura, bem como perceber a sociedade industrial avançada como a sociedade de consumo é por limites à compreensão da totalidade sociometabólica do capital, empreendedora ideológica da produção, circulação, distribuição e consumo.

Considerar o lazer enquanto mercadoria requer observar o caráter ontológico do ser social e a centralidade da categoria trabalha para seu desenvolvimento. A mercadoria lazer não é fruto da cultura do consumo, mas mediação necessária para a consolidação do consumo ideológico e cultural das subjetivações e objetivações do capital. O consumo não é simplesmente cultural, mas, consumo do trabalho humano, da força de trabalho do trabalhador que agrega valor ao lazer na sociedade complexa de industrialização avançada, tecnológica e sociometabolicamente articulada.

Assim o lazer assume em meio à crise estrutural do capital, o caráter de direito social enviesado a garantir tempo e espaço de divertimento, descanso e desenvolvimento cultural e cidadão pela política pública, além de esboçar no contexto de novos mercados produzidos para dinamizar o processo de acumulação do lucro.

O mercado, como já apontado, sinalizado no contexto da indústria do entretenimento, diversão e prazer, volta-se estritamente não só ao consumo de bens socialmente elaborados pela humanidade, mas na produção empreendedora de empresas voltadas à exploração do trabalhador e extração de mais-valia em seu trabalho abstrato.

Ainda em Mascarenhas (2005), observou-se a apresentação da categoria “lazerania” como uma oposição à tendência de mercado, vista sob a ótica da formação crítica, exercício da cidadania em sua vivência social, expressando em programas sociais de políticas públicas o viés da garantia do direito ao lazer, bem como a organização de grupos sociais articulados na intervenção crítica.

Nas reflexões seguidas em sentido de aproximações preliminares sobre a relação que se consolida pelo lazer e a formação cidadã de caráter crítico, postas no envolvimento teórico da democracia em meio aos limites e possibilidades a emancipação humana, apresentou-se que a reivindicação do lazer enquanto direito social, organizado e desenvolvido na política pública de Estado pautado em relação com a educação e a cultura que promete a garantia social à formação do cidadão ao acesso aos bens culturalmente elaborados pela humanidade está na roda do jogo político neoliberal de retirada de direitos, assegurando em contrapartida projetos como mega

eventos esportivos¹⁶ ao gosto do sistema sociometabólico do capital. A investida dada nos setores sociais propunha uma maior rentabilidade das forças produtivas. Assim, o lazer em conjunto com outros serviços sociais acaba por contribuir a lógica do capital em seu processo reprodutivo da força de trabalho em meio à produção fordista de acumulação.

A posição crítica levantada pelo autor está demarcada no enfrentamento que se dá na política neoliberal implementada no Brasil com grande força na década de 1990 e encaminhada continuamente nos anos seguintes devido à obediência à ingerência internacional do capital. Porém, o enfrentamento diante da crise estrutural do capital está posto à estagnação da produção da lógica destrutiva do capital que está sinalizada em todas as esferas da vida.

As colocações levantadas por Tonet (2005), também no terceiro capítulo, foram de importante contribuição à reflexão crítica sobre a cidadania e sua raiz no Estado democrático, o que pôs nos fins da pesquisa as aproximações preliminares sobre os enredos que conjugam na cidadania uma conquista rumo à revolução socialista.

Nas colocações do autor, as igualdades dos sujeitos cidadãos são postas a partir da comunidade política organizada pelos homens. Esta por sua vez atribui a seus membros, individualmente postos, seus direitos e deveres, sendo neste sentido referido ao cidadão uma estrutura sustentada no princípio da legalidade jurídica. A continuidade das pontuações sobre a cidadania, a esquerda democrática que tinha como foco as ideias mestras do tema de tempos anteriores ao modo capitalista de organização da vida na qual havia cidadania, como exemplo, a cidadania grega, seus direitos e deveres frente à sociedade, era sustentada no trabalho escravo. Dessa forma, apresenta-se que não há vínculo essencial entre cidadania e capitalismo.

O que se expressa no caráter aberto, contínuo de sentido reformista é que não há significados de superação à dimensão da política e do direito, porém a plenitude do estado democrático e do cidadão só pode realizar-se com a erradicação do capital. A conjugação da cidadania plena incorpora os direitos civis que por sua vez não são suficientes para a realização da emancipação humana, pois a elaboração dos direitos democráticos na modernidade se choca com a lógica do capital.

Seguindo as considerações do mesmo autor, faz-se importante frisar o caráter da totalidade no exame lógico do processo social que tem como eixo a autoconstrução

¹⁶ Consolidação da Copa do Mundo no Brasil em 2014 e Olimpíadas em 2016.

humana, observando a gênese histórico-ontológica para desvendar a natureza e a função que a cidadania cumpre na reprodução social.

A cidadania está relacionada ao processo de emancipação política. Esta por sua vez, desenvolvida historicamente desde os gregos, romanos e modernos na dimensão relacionada à existência humana, incorporada em sentido irrevogável, apresenta em sua função a administração e organização do bem comum, podendo os homens, através da política, expressar seus conflitos e sua diversidade sem torná-los motivos de guerra ao extermínio recíproco, como diz Chauí (1997, p. 370) apud Tonet (2005, p. 91): “o modo pelo qual os humanos regulam e ordenam seus interesses conflitantes, seus direitos e obrigações enquanto seres sociais”.

Assim, a emancipação política posta na cidadania coloca em xeque a formação da individualidade em sentido crítico e construtivo da consciência de classes, do enfrentamento das posições idealistas dominantes de consolidação à reprodução social da desigualdade e dos limites postos aos acordos de não destruição nuclear da humanidade.

A compreensão de que a liberdade humana nos conformes cidadãos limita-se a liberdade de posição, de pauta crítica e coerciva do enfrentamento na luta de classe, mas ontologicamente a política, está sobre domínio das objetivações econômicas em curso, o que esboça a necessidade do enfrentamento a economia internacional hegemonicamente consolidada na sociabilidade capitalista.

A expressão desta igualdade é de característica da comunidade política em que está imerso o trabalhador, sendo, portanto, iguais em direitos e deveres sociais que se pautam na ordem da compra e venda da força de trabalho. Logo, a cidadania é a categoria que equaciona a desigualdade dos membros sociais no limiar de que todos são regidos sob mesma constituição político e jurídico de indivíduos iguais e proprietários. As considerações que respaldam a emancipação política e igualam burgueses e operários num mesmo estatus social de gerenciamento do Estado alavancam ainda o desaparecimento das distintas classes sociais.

A formação cidadã tem em seu contexto onto-histórico o limite emancipador no viés da política, do sujeito membro da comunidade política, livre a viver nos conformes burgueses ideológicos da sociabilidade capitalista. A formação humana se propõe a aprofundar e superar esses limites impostos à liberdade e autoconstrução humana, encaminhando a humanidade à consolidação de uma nova forma de sociabilidade,

transformada radicalmente em seus conformes produtivos, pautando o homem integral, totalidade de complexos que consolidem nesses termos a totalidade da vida da humanidade igualitária, comunista.

Com o intuito de apontar no processo de continuidade investigativa as indagações que ficam do estudo, o que se esboça é o aprofundamento dos limites e possibilidades da social democracia para a consolidação da emancipação humana, bem como neste mesmo sentido revolucionário, as estratégias postas para classe trabalhadora para consolidação de práticas revolucionárias e independentes no tempo livre, sinalizadas no enfrentamento da produção destrutiva e à consolidação da consciência crítica dos trabalhadores.

Por fim, viver a pós-graduação enquanto lócus de sistematização deste conhecimento não foi tarefa fácil, visto a velocidade que tem se processado a formação e as informações que procuram negar e contestar os pressupostos marxistas de compreensão da realidade concreta. Mas, resistir à lógica do capital é o desafio daqueles que querem mudar o mundo e não deixam morrer a utopia que agrega a cientificidade orgânica em posição estreita com a classe trabalhadora que da luta não se retira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 9ª.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011

ARAÚJO, L. B. de C. *A questão do método em Marx e Lukács: o desafio da reprodução ideal de um processo real*. In: MENEZES, A. M. D. de (org) Trabalho, sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital – Fortaleza: Editora UFC, 2003.

CANDIDO, F. P. *Lazer e educação no capitalismo brasileiro: concretude histórica e projeto revolucionário*. Florianópolis – SC, 2008. Dissertação de mestrado.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

COSTA, F. *Elementos de compreensão do pensamento pós-moderno: o irracionalismo como subproduto da crise do capital*. In: JIMENEZ, S. V.; RABELO, J. (orgs)...[et al.] Trabalho educação e luta de classes: a pesquisa em defesa da história – Fortaleza, CE: Brasil Tropical, 2004.

_____. *Trabalho educação e luta de classes: a pesquisa em defesa da história*. In:...[et al.] Elementos de compreensão do pensamento pós-moderno: o irracionalismo como subproduto da crise do capital – Fortaleza, CE: Brasil Tropical, 2004.

CHASIN, José. *A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda*. Revista Ensaio, São Paulo, n. 17/18, p. 1-121, 1989.

CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

CUNHA, N. *A Felicidade Imaginada: a negação do trabalho e do lazer*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

ENGELS, F. *Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*. In: RICARDO, Antunes (org). *A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels*. São Paulo. Expressa Popular, 2004.

FELISMINO, C. *A pesquisa na formação do educador*. In: JIMENEZ, S. V.; RABELO, J. (orgs). [et al.] Trabalho educação e luta de classes: a pesquisa em defesa da história – Fortaleza- CE: Brasil Tropical, 2004.

HUNGARO, E. M. *Trabalho, tempo livre e emancipação humana: os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer*. Campinas, SP: [264p.], 2008.

JIMENEZ, S. V.; FURTADO, E. B. (orgs) *Trabalho e educação: uma investigação crítica no campo da formação docente*. In: COSTA, F. *O marxismo enquanto*

referencial teórico para o conhecimento do ser social – Fortaleza: Edições Demócrito rocha, 2001

JIMENEZ, S. V.; RABELO, J. (orgs) *Trabalho educação e luta de classes: a pesquisa em defesa da história*. In: FELISMINO, C. A pesquisa na formação do educador – Fortaleza- CE: Brasil Tropical, 2004.

KOSIK, Karel.. *Dialética do concreto*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LESSA, S. Centralidade ontológica do trabalho em Lukács. *Serviço social e sociedade* nº 52, São Paulo, Cortez ED. 1996.

_____. *A ontologia de Lukács*. Maceió: Edufal, 1997.

_____. *Trabalho e ser social*. Maceio: UFC/Edufal, 1997.

_____. Lukács: por que uma ontologia no século XX. In: *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretação*. São Paulo: Xamã, 2000.

LUKÁCS, Georg. *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978. Tradução Sérgio Lessa.

_____. *A Ontologia do Ser Social: os princípios fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. *Por uma ontologia do ser social*. Trad. Sérgio Lessa a partir de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Editora Riunit, 1ª ed. Roma, 1981. Disponível em www.sergiolessa.com. Acesso em 08.05.2009

MARX, K. *Prefácio à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 2ed.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. L1, v1 Tradução: Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1985 (Coleção s economistas)

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo-SP: HUCITEC, 1991.

_____. *Manifesto comunista*. São paulo: Boitempo, 1998.

MASCARENHAS, F. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. Universidade Estadual de Campinas – SP: 2005. Tese de doutorado.

MENEZES, A. M. D. de (org) *Trabalho, sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital* – Fortaleza: Editora UFC, 2003. In: ARAUJO, L. B. de C. A questão do método em Marx e Lukács: o desafio da reprodução ideal de um processo real.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Tradução de Paulo César castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São paulo: Boitempo, 2002.

_____. *O século XXI: socialismo ou barbárie*. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

_____. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

_____. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao Método da Teoria Social*. Capacitação em Serviço Social. CEAD/UNB, 2009. Disponível em: <http://bit.ly/pafgai>. Acesso em: 10. 08. 2011.

PADILHA, V. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas: Alínea, 2000.

_____. *Shopping Center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PEIXOTO, E. *Estudos do lazer no Brasil: apropriação da obra de Marx e Engels*. Campinas- SP: [s.n.], 2007. Tese de Doutorado.

PEREIRA, M. F. R., PEIXOTO, E. Crise estrutural do capital e a demanda por um programa revolucionário: comunismo ou barbárie (Editorial). *Boletim Germinal*. v.2, n 8, p.1-4, 2009. ISSN 1982-9787 (Impresso) e 1983-4020 (On line). Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/germinal/n8-082009.htm#editorial>. Acesso em: 05 de janeiro de 2011.

POLATO, Thelma H. P. *Lazer e trabalho: algumas reflexões a partir da ontologia do ser social*. *Revista Motrivivência*. Ano XV, Nº 20-21, P. 139-162. Mar./Dez.-2003

REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SÁ, K. *Lazer, trabalho e educação. Pressupostos ontológicos dos estudos do lazer no Brasil*. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2003.

TAFFAREL, C. N. Z. *Lazer e projeto histórico*. Impulso, Piracicaba: 2005.

TONET, I. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Rio de Janeiro - RJ: Editora Unijuí, 2005.

TROSTKI e BRETON. *Por uma arte Revolucionária*. 1938. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/poruma.htm>. Acesso em 16.10.2010.